Município de Vila Velha de Ródão
Câmara Municipal

Relatório de Gestão 2015

Abril de 2016

Índice

1. INTRODUÇÃO 2
1.1. ENQUADRAMENTO LEGAL 2
2. CARATERIZAÇÃO DO CONCELHO 3
2.1. CONTEXTOS E LIMITES ADMINISTRATIVOS 3
2.2. DEMOGRAFIA 4
2.3. ACESSIBILIDADES 6
2.4. ECONOMIA E EMPREGO 7
3. RELATÓRIO DE EXECUÇÃO 8
3.1. ENQUADRAMENTO 8
3.2. RESUMO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS EM 2015 10
3.2.1. TURISMO, ECONOMIA E PATRIMÓNIO 10
3.2.2. OBRAS MUNICIPAIS 17
3.2.3. EDUCAÇÃO E CULTURA 20
3.2.4. AMBIENTE 24
3.2.5. DESPORTO E TEMPOS LIVRES 26
3.2.6. AÇÃO SOCIAL 28
3.2.7. GESTÃO MUNICIPAL 30
4. ANÁLISE ORÇAMENTAL 33
4.1. ORÇAMENTO 33
4.1.1. ANÁLISE SUMÁRIA 33
4.1.2. DADOS HISTÓRICOS 35
4.1.3. RECEITA 38
4.1.4. DESPESA 44
4.1.5. COMPARAÇÃO ENTRE RECEITAS E DESPESAS 51
4.1.6. ORÇAMENTO / GRANDES OPÇÕES DO PLANO 53
4.2. GRANDES OPÇÕES DO PLANO 54

4.2.1. EXECUÇÃO DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS (PPI) 54

4.2.2. EXECUÇÃO DO PLANO ATIVIDADES MUNICIPAIS (PAM) 57

4.3. INDICADORES ORÇAMENTAIS 60

5. ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA 73

5.1. ESTRUTURA DO IMOBILIZADO LÍQUIDO 73

5.2. ANÁLISE ECONÓMICA 75

5.2.1. PROVEITOS 75

5.2.1. PROVEITOS 75

5.2.2. CUSTOS 77

5.2.3. RESULTADOS 78

5.3. ANÁLISE FINANCEIRA 79

5.3.1. ATIVO 79

5.3.2. FUNDOS PRÓPRIOS 80

5.3.3. PASSIVO 80

6. APURAMENTO DOS CUSTOS POR FUNÇÕES 83

7. EVOLUÇÃO DO ENDIVIDAMENTO 85

8. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO 87

1. INTRODUÇÃO

1.1. ENQUADRAMENTO LEGAL

A Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, estabelece o regime financeiro dos municípios. De acordo com o n.º 1 do artigo 6.º deste diploma legal, os Municípios têm património e finanças próprias, cuja gestão compete aos respetivos órgãos e autonomia financeira, que assenta nos poderes estabelecidos no n.º 2, alíneas a) a f) do artigo 6.º do mesmo diploma legal, nomeadamente elaborar e aprovar os documentos de prestação de contas.

No que respeita à contabilidade, o regime contabilístico das autarquias locais visa a sua uniformização, normalização e simplificação, de modo a constituir um instrumento de gestão económico-financeira, permitir o conhecimento completo do valor contabilístico do respetivo património, bem como a apreciação e julgamento do resultado anual da atividade autárquica. A contabilidade das autarquias locais respeita o Plano de Contas em vigor para o setor local, podendo ainda dispor de outros instrumentos necessários à boa gestão e ao controlo dos dinheiros e outros ativos públicos, definido no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, de aplicação obrigatória a todas as autarquias Locais, conforme estipula o n.º 1 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro.

Em conformidade com o disposto anteriormente, e com o estipulado nas considerações técnicas do POCAL, na Lei orgânica e processo do Tribunal de Contas e na alínea i) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o executivo da Câmara Municipal de Vila Velha de Ródão apresenta, para apreciação, o Balanço, a Demonstração de Resultados, os Mapas de execução orçamental, os Anexos às demonstrações financeiras, o Relatório de Gestão e o Inventário do Património Municipal, relativos ao exercício findo a 31 de dezembro de 2015.

2. CARATERIZAÇÃO DO CONCELHO

Vila Velha de Ródão é um concelho que se destaca pela riqueza e diversidade dos seus recursos naturais e culturais, postos ao serviço do desenvolvimento através de uma estratégia de valorização impulsionada pela autarquia, em estreita colaboração e articulação com os seus parceiros institucionais e com as diversas entidades públicas e privadas.

Assenta a sua atividade industrial na fileira do papel, com um peso significativo no PIB regional e nacional; conta com unidades produtoras de energias renováveis; uma agricultura em renovação e a realizar novos investimentos; a atividade agroindustrial que valoriza os produtos da região (queijo, enchidos, presuntos e azeite), uma atividade turística associada à paisagem, à biodiversidade e à oferta cultural instalada (museus, sítios arqueológicos, programação cultural), com grande potencial de crescimento. Possui ainda uma extensão significativa de povoamentos florestais produtivos. Este panorama resume o potencial gerador de riqueza do concelho.

No entanto, a maior riqueza do concelho de Vila Velha de Ródão é constituída pelas pessoas que nele residem e que dele usufruem, tirando partido das condições de vida existentes e para as quais contribuem decisivamente as autarquias e as empresas instaladas.

2.1. CONTEXTOS E LIMITES ADMINISTRATIVOS

De acordo com a reconfiguração das NUT III, a Sub-Região da Beira Baixa é composta pelos concelhos de Castelo Branco, Idanha-a-Nova, Oleiros, Penamacor, Proença-a-Nova e Vila Velha de Ródão.

A localidade de Vila Velha de Ródão é sede de município, constituída por 42 localidades, apresenta uma extensão aproximada de 330 Km^2, e tem 3521 habitantes[1], o que representa uma densidade populacional de 10,67 habitantes/Km^2.

No que respeita às vias de comunicação, Vila Velha de Ródão é atravessada, em toda a sua extensão, pelos dois principais eixos viários estruturantes da Beira Interior, a Linha da Beira Baixa e IP2-A23, os quais têm contribuído, decisivamente, como causa e consequência do desenvolvimento do município e da região, ao longo dos tempos.

[1] Censos de 2011

Apesar da posição geograficamente periférica que ocupamos no território, devemos entende-la como estratégica, se observada na ótica de aproximação às regiões espanholas. A centralidade da Beira Baixa entre as capitais de Lisboa e Madrid pode vir a diminuir esta situação periférica e possibilitar a afirmação geoestratégica, ainda que o concelho de Vila Velha de Ródão se encontre muito próximo de Espanha, este não é servido por ligações viárias transfronteiriças.

O concelho encontra-se subdividido em 4 freguesias: Fratel, Perais, Sarnadas de Ródão e Vila Velha de Ródão. Este encontra-se limitado a norte e a leste por Castelo Branco, a sueste pela Espanha, a sul por Nisa e a oeste por Mação e Proença-a-Nova.

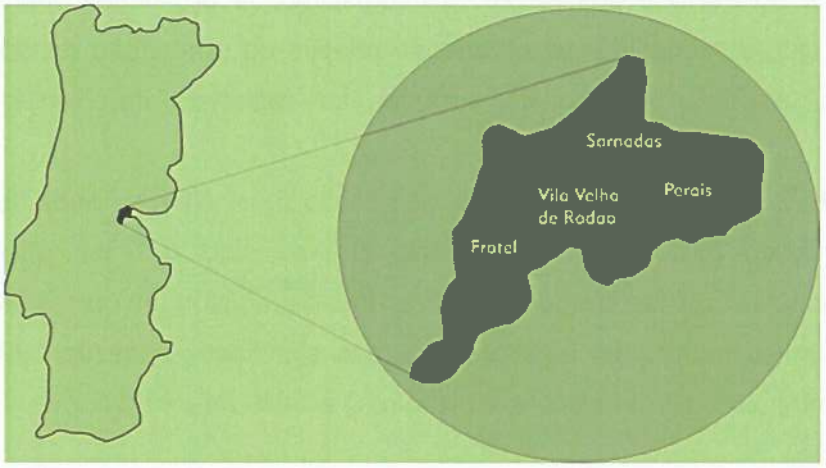


Figura 1 – Concelho de Vila Velha de Ródão

Freguesias	Área (Km²)	População Residente
Fratel	97,84	608
Perais	81,95	510
Sarnadas de Ródão	59,68	637
Vila Velha de Ródão	90,44	1766
Total	**329,91**	**3521**

Tabela 1 – Área e população residente nas freguesias do concelho de V.ª de Ródão (ano de 2011)

2.2. DEMOGRAFIA

Reportando-nos aos resultados dos Censos de 2011, Vila Velha de Ródão contava com 3521 habitantes, com uma distribuição que mostra a tendência para a concentração da sua população na sede do concelho. De acordo com a tabela nº 2, a evolução dos efetivos

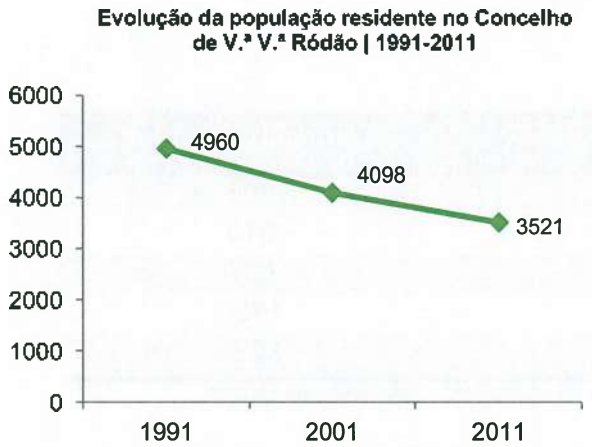
populacionais e a sua distribuição por grandes grupos etários mostra a tendência estrutural para o envelhecimento.

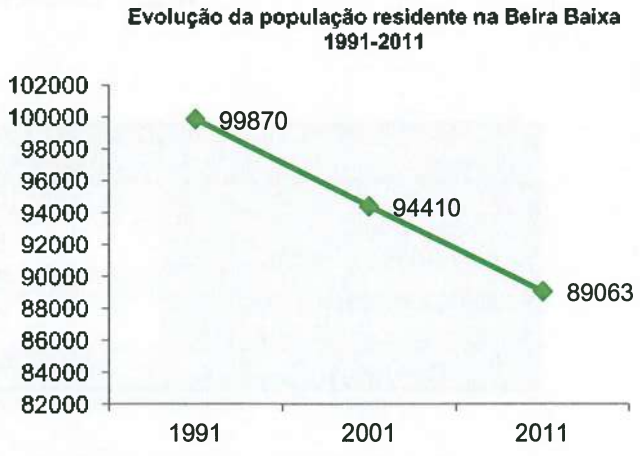
Grupos Etários	Efetivos populacionais
0 - 14 anos	263
15 - 24 anos	204
25 - 64 anos	1519
> = 65 anos	1535
Total	3521

Tabela 2 – População residente no concelho de V.ª V.ª de Ródão Fonte: INE, Censos 2011

De acordo com o Plano Estratégico e de Ação para a Região da Comunidade Intermunicipal da Beira Baixa no Período 2014-2020, o decréscimo da população verificado nas últimas décadas tem sido contínuo, tendo a variação relativa da população residente entre 2001 e 2011 atingido os 6%, valor muito superior ao registado na Região Centro (0,9%).

Na região da CIMBB[2], a evolução da população nos últimos anos foi territorialmente diferenciada, tendo o concelho de Castelo Branco sido o único que apresentou um crescimento populacional, sendo que na última década registou um crescimento na ordem dos 0,7%. Os restantes municípios registaram perdas significativas desde 1991, sendo valores percentuais entre 25% (Proença-a-Nova, Oleiros) e 30% (Idanha-a-Nova, Penamacor e Vila Velha de Rodão).





Figuras 2 e 3 – Evolução da população residente no concelho de V.ª V.ª de Ródão e na CIMBB | Fonte: INE

Para inverter esta tendência e promover o rejuvenescimento populacional o executivo municipal tem vindo a dinamizadar um conjunto de medidas que visam apoiar as famílias residentes e as que se pretendam fixar no concelho, procurando que, num prazo de tempo

[2] Comunidade Intermunicipal da Beira Baixa

relativamente curto, esta realidade demográfica possa vir a ser invertida. Acompanham estes incentivos medidas ativas de promoção do emprego, através da captação de empresas e de investimento para a região.

Complementarmente a esta preocupação com a estabilização demográfica no concelho, tem sido preocupação do município a melhoria da qualidade de vida dos residentes, através da criação de equipamentos coletivos de qualidade, ao nível cultural, educativo e desportivo, bem como pela criação de espaços públicos atrativos e pela realização de investimentos ao nível do setor turístico.

O desenvolvimento de estratégias, metas e objetivos para a fixação e atração de jovens para o concelho têm sido uma das maiores preocupações do atual executivo. Nesse âmbito foram implementadas medidas, que consideramos de elevada importância, face à poupança que estas representaram para as famílias num período particularmente difícil e em que apenas ouviam falar em austeridade e de cortes. Medidas como o apoio ao arrendamento jovem e a famílias numerosas, a gratuidade na frequência das creches e jardins-de-infância, a oferta dos manuais escolares aos alunos do ensino básico e dos 1º e 2º ciclos de ensino, incentivos à habitação e a redução da taxa de IMI para famílias com filhos, foram algumas das medidas de combate à desertificação implementadas desde o início do mandato. Para o executivo municipal o mais importante são as pessoas.

Podemos mesmo afirmar que hoje, Vila Velha de Ródão apresenta condições mais atrativas e vantajosas para quem procura neste território o local para viver.

2.3. ACESSIBILIDADES

O concelho beneficia de uma boa rede viária, bem localizada em relação aos grandes centros urbanos ibéricos: dista 209 km de Lisboa, 250 km do Porto, 160 km de Cáceres e 489 km de Madrid.

O município é atravessado por um corredor traçado na diagonal ao território, na direção SW-NE, formado pela autoestrada A23 e pela linha ferroviária da Beira Baixa. A localização do concelho e o acesso a estas vias estruturantes, que possibilitam uma rápida e eficaz ligação ao restante território nacional e a Espanha, constituem vantagens competitivas para a atividade económica e a mobilidade de pessoas e mercadorias.

2.4. ECONOMIA E EMPREGO

De acordo com os dados recolhidos no Censos 2011, no concelho de Vila Velha de Ródão, apesar da destacada importância da atividade industrial, o setor terciário era o que mais trabalhadores empregava. As atividades com maior destaque neste setor são as da natureza social (38,7%) e as relacionadas com a atividade económica (25,3%).

Setor de Atividade	%
Setor Primário	5%
Setor Secundário	31%
Setor Terciário	64%

Tabela 3 – Proporção da População Empregada por Setor Fontes INE, Censos 2011

O tecido empresarial do concelho é composto, maioritariamente, por pequenas empresas, algumas delas ligadas à fileira agroindustrial e que apostam no fabrico de produtos regionais de qualidade reconhecida, destacando-se entre eles o queijo, o azeite, os enchidos, o presunto, o mel e a doçaria.

O setor terciário, em franco crescimento, tem vindo a desenvolver-se, em torno das atividades ligadas aos serviços sociais, circunstância essa, determinada pelo envelhecimento da população, problema transversal a todos os municípios do interior. O setor turístico, que possuiu um potencial fortíssimo, ainda se encontra relativamente pouco desenvolvido, embora estejam a ser feitos e programados importantes investimentos nesta área, que permitirão impulsionar este setor para uma fase de desenvolvimento mais avançada. Os investimentos mais emblemáticos efetuados nesta área passaram pela integração do território de Ródão no Geopark Naturtejo, o qual integra a Rede Global de Geoparques da UNESCO, a classificação das Portas de Ródão como monumento natural, a criação de equipamentos coletivos de qualidade e a requalificação de infraestruturas de lazer (Estádio Municipal, Cabeço das Pesqueiras e Parque Ambiental do Tejo).

No que respeita a grandes empresas localizadas no território, destacam-se a *Celtejo*, produtora de pasta de papel branqueado e detentora de uma unidade de co-geração, a *The Navigator Tissue Ródão* produtora de *papel tissue*, e a *Trevipapel* que se encontra em fase de construção, mas também esta ligada à fileira do papel. As duas primeiras empresas a que nos referimos são as maiores empregadoras do concelho, o que contribui para que Vila Velha de Ródão, quando comparado com os restantes municípios da Comunidade Intermunicipal da Beira Baixa, seja aquele que regista a segunda mais baixa taxa de desemprego[3] (8,27%) e

[3] De acordo com os Censos 2011

aquele que apresenta o mais elevado ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem, conforme podemos verificar na tabela 4.

	Taxa de Desemprego	Ganho Médio Mensal (Trabalhadores por Conta de Outrem)
Castelo Branco	10,57%	897,39€
Idanha-a-Nova	11,90%	747,32€
Oleiros	5,09%	710,15€
Penamacor	10,99%	736,51€
Proença-a-Nova	9,72%	761,92€
Vila Velha e Ródão	**8,27%**	**1.125€**

Tabela 4 –Taxa de Desemprego e Ganho Médio Mensal na CIMBB | Fonte: INE, Censos 2011 e DATACENTRO

De acordo a informação disponível na plataforma informática do sistema de monitorização da Região Centro (DATACENTRO), o concelho de Vila Velha de Ródão tem vindo a afirmar a sua capacidade exportadora, quando falamos na proporção das exportações intracomunitárias (U.E.) sobre total das exportações, como se pode verificar no gráfico.

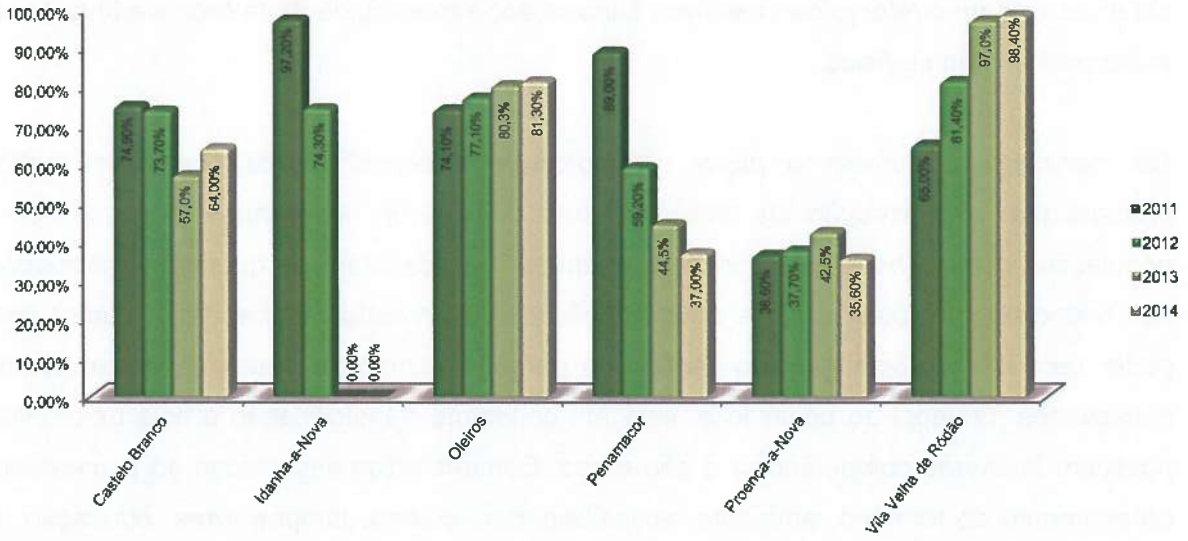


Figura 4 – Proporção das exportações Intracomunitárias (U.E.28) no total das exportações | 2011-2014 | Fonte: DATACENTRO

3. RELATÓRIO DE EXECUÇÃO

3.1. ENQUADRAMENTO

Após o longo período de recessão, pelo qual a economia portuguesa atravessou, entre os anos de 2011 a 2013, e de acordo com o Boletim Económico do Banco de Portugal, a economia portuguesa, no primeiro semestre de 2015, registou um crescimento do PIB de 1,6% face ao período homólogo de 2014, após uma variação anual de 0,9% cento no ano de

2014. A aceleração da atividade na primeira metade de 2015 foi caraterizada por um comportamento mais dinâmico quer da procura interna quer das exportações.

O atual ritmo de recuperação da economia portuguesa tem sido relativamente moderado, em particular quando olhamos para a severidade da contração observada nos últimos anos.

Em virtude das medidas de ajustamento económico, impostas pelo governo, os diversos organismos públicos foram obrigados implementar medidas de combate ao desequilíbrio económico e imposta uma disciplina orçamental, sem precedentes, no que respeita ao controlo da despesa pública.

Ainda que a economia se apresente a um ritmo de recuperação gradual, esta reflete a necessidade de ajustamento adicional dos balanços dos vários agentes económicos, públicos e privados, na sequência da crise financeira internacional. Se por um lado, é crucial assegurar um aumento significativo da produtividade, bem como assegurar uma distribuição dos retornos do crescimento económico que contribua para um grau elevado de coesão social. Por outro, importa intensificar os progressos observados na correção dos desequilíbrios macroeconómicos acumulados que ainda caracterizam a economia portuguesa. Estes objetivos exigem o reforço de incentivos à inovação, à mobilidade de fatores e a investimentos em capital humano e físico.

Os municípios assumem o papel de motor de desenvolvimento dos seus territórios, promovendo a construção de infraestruturas básicas e necessárias para a vida das populações que os habitam e, consequentemente, se debatem as questões associadas ao seu financiamento, bem como a consolidação do seu eventual papel de mediador entre o poder central e a população, no sentido de garantir recursos e meios de desenvolvimento necessários. O papel do poder local está em constante transformação e hoje os municípios possuem inúmeras competências a seu cargo. Competências associadas ao planeamento e ordenamento do território, ambiente, acessibilidades, cultura, tempos livres, educação, ação social, saúde, entre outras. A inovação é uma necessidade das organizações autárquicas. O que está em causa é a obtenção de um serviço público de qualidade, capazes de responder adequadamente às exigências e expetativas dos cidadãos, prestado com eficiência, eficácia e economicidade.

É nesta tentativa de dar uma resposta de qualidade aos cidadãos, que os municípios sem têm vindo a substituir, gradualmente, à Administração Central no que respeita à resolução de necessidades prementes das populações e à promoção, junto da sociedade civil e das empresas, estabelecendo parcerias e ações de estímulo. São ações desta natureza que

asseguram, no concelho de Vila Velha de Ródão, os níveis de emprego e coesão social sejam verdadeiramente excecionais, face à realidade nacional.

Os anos vindouros revestem-se de especial importância, no que respeita à recuperação da economia, por essa razão assumimos a responsabilidade e o compromisso de dar continuidade à nossa política de atuação de desenvolvimento sustentado, em matéria de decisão de despesa, assunção de compromissos, pagamento atempado das dívidas, redução do nível de endividamento, sustentabilidade dos investimentos a realizar, assim como a devida ponderação no planeamento e análise da decisão de investir, sustentabilidade social, demográfica e ambiental.

O balanço que agora se apresenta é o inevitável espelho de uma política que ao longo do tempo tem atraído para este concelho, condições de excelência no que respeita à valorização do território e à preservação dos seus valores patrimoniais mais genuínos, a preocupação com as famílias e com as suas condições de vida, a educação e a difusão do conhecimento, o apoio à dinâmica associativa e à prática desportiva, a modernização e qualificação da administração autárquica e a política de prestação de serviços qualificados e promotores da proximidade com os cidadãos.

3.2. RESUMO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS EM 2015

3.2.1. TURISMO, ECONOMIA E PATRIMÓNIO

Vila Velha de Ródão é um concelho com forte vocação e apelo na área do turismo. As suas manifestações de interesse perpassam vários domínios, como sejam o património natural e paisagístico, passando pela arqueologia e pela gastronomia. É com o turismo de natureza e cultural, baseado em produtos locais de qualidade, que a autarquia investe neste importante eixo de desenvolvimento concelhio e simultaneamente pretende impulsionar o desenvolvimento equilibrado do tecido empresarial apoiando a criação de empresas relacionadas com a vertente turística, ao mesmo tempo que desenvolve uma política de atração e captação de outros investimentos.

Atualmente, Ródão orgulha-se de ter suprido uma das lacunas que se registavam no concelho, a falta de alojamento disponível para quem escolhe este território como destino. Neste momento existem quatro empreendimentos turísticos, Estalagem Portas de Ródão, Vila Portuguesa, Herdade da Urgueira, Casas da Foz do Cobrão, que se encontram a levar o nome do concelho além portas e com a sua qualidade de serviços atrair muitas pessoas para o concelho.

Ainda no âmbito da oferta turística que o concelho tem vindo a potenciar, entrou em funcionamento o Bar do Cais, uma infraestrutura de qualidade no qual o município efetuou um investimento na ordem dos 200 mil euros.

- ✓ A estratégia preconizada pelo executivo municipal, que vê na promoção e apoio aos produtores e agentes locais, uma forma de projetar o concelho, insere-se numa lógica de estímulo ao desenvolvimento rural, ao reforço da competitividade das atividades mais tradicionais do concelho e à valorização da qualidade e da imagem dos produtos da região. No âmbito desta estratégia o executivo desenvolveu medidas de apoio às empresas existente no concelho, através da divulgação dos seus produtos e que este ano, à semelhança do ano anterior, teve uma preocupação muito forte no que respeita à internacionalização dessas empresas. No âmbito destas medidas, só no ano de 2015 o Município, em representação dos produtores locais concelhios, esteve presente na **Feira Internacional de Berlim – *Green Week 2015*** e na **Feira Internacional de Londres, *Speciality & Fine Food Fair*,** numa ação conjunta com a InovCluster, e com a comparticipação de fundos comunitários, com o objetivo de divulgar os produtos locais e o potencial turístico deste território.

- ✓ O ***IIIº Festival das Sopas de Peixe***, realizado no último fim-de-semana de setembro, promovido pela autarquia de Vila Velha de Ródão em parceria com a Celtejo, superou as melhores expetativas. Um evento temático que teve como principal objetivo a promoção dos recursos endógenos da região, valorizando um produto diferenciador e típico de Vila Velha de Ródão, as Sopas de Peixe.

Durante dois dias, Ródão foi o destino de muitas pessoas, quer em grupos organizados quer individualmente, de onde se realça a presença do embaixador do Paraguai,

Julio Henriques Mineur, que veio provar as Sopas de Peixe de Ródão e que conversa informal, disse estar rendido à beleza natural e aos sabores de Ródão.

Tratou-se de um certame multidisciplinar que focando-se na gastronomia, envolveu a restauração, a hotelaria, o artesanato e os produtores locais. Foram ainda realizadas ações promocionais, passeios pedestres e visitas a pontos de interesse turístico do concelho, nomeadamente aos monumentos naturais e espaços museológicos existentes.

O Festival das Sopas de Peixe é um emblema de qualidade da região e tem vindo a ganhar expressão desde a sua 1ªedição. Este ano foi, sem dúvida, o melhor ano para degustar as Sopas de Peixe conseguindo atrair e satisfazer um público exigente que escolheu o destino de Vila Velha de Ródão para passar dias em convívio neste fim de semana, tendo à sua disposição um programa pensado de modo a que os visitantes pudessem desfrutar de uma gastronomia única, produtos locais de reconhecida qualidade e muita animação musical.

- ✓ Sob o mote de *Sentir o Rio Viver a Terra*, Vila Velha de Ródão acolheu a IIª edição da ***Feira dos Sabores do Tejo,*** que constituiu uma montra do que melhor se produz na região. A nova disposição do espaço e a criação de pavilhões temáticos, trouxeram uma maior dinâmica e interatividade ao certame, com ações culturais de interesse. Este evento acolheu em Ródão cerca de 120 expositores da região, que participaram numa mostra diversificada de atividades, serviços e produtos relacionados tendo como enquadramento o Tejo e a dinâmica que ele gera.

A Feira dos Sabores do Tejo é um espaço de afirmação da visão estratégica do executivo para o desenvolvimento do território, da capacidade e do valor dos agentes económicos que, nos últimos anos, têm vindo a investir no concelho, a gerar riqueza e a criar postos de trabalho. O evento que já é uma referência para a região foi visitado,

nos três dias do certame, por mais de 32 mil pessoas e tendo sido classificado com uma das melhores edições de sempre e tendo superado todas as expetativas.

Com a realização destes dois festivais, a autarquia cumpre os objetivos de divulgar o território e atrair mais visitantes à região, promovendo a sua gastronomia, valorizando o seu potencial turístico e estimulando a atividade económica da restauração e hotelaria, criando ainda oportunidades para a promoção dos produtos locais de excelência, resultantes da atividade desenvolvida pelas pequenas e médias empresas existentes.

O património de Ródão, a sua relevância e diversidade são sobejamente reconhecidos na comunidade científica nacional que, frequentemente, se desloca até ao concelho para a realização de expedições de trabalho de investigadores ou para visitas de estudo, com alunos dos diversos níveis de ensino. Igualmente a comunicação social, no tratamento de temas sobre a diversidade geológica e biológica, mas igualmente sobre o património arqueológico ou o turismo da natureza, deslocam, com regularidade, equipas de reportagem até Vila Velha de Ródão para recolha de imagens e outra informação existente, relativa a esses valores.

- ✓ No dia a 15 de junho a Casa de Artes e Cultura do Tejo acolheu o evento ***Dia Global do Vento.*** Neste dia várias entidades nacionais e internacionais estiveram presentes e expuseram a sua visão em torno da temática Energia Eólica.

  O município de Vila Velha de Ródão recebeu, em fase de testes, uma tecnologia que permite avaliar o comportamento do vento sem recurso a torres meteorológicas. Este equipamento dotado de tecnologia WindScanner está colocado na Serra do Perdigão, sendo, um instrumento que vai marcar a atividade da indústria eólica nos próximos anos.

  A Serra do Perdigão, local onde foram instalados os equipamentos, reúne condições favoráveis à realização deste estudo uma vez que existe a necessidade de medir o vento em terrenos complexos ao nível da orografia e do coberto vegetal; a

particularidade da serra ser constituída por uma dupla colina, praticamente paralela, à mesma altitude e com um declive uniforme e ainda a juntar a estes fatores regista-se o facto do vento soprar perpendicularmente a esta serra e com diferentes orientações. A conjugação destes fatores e o apoio logístico inexcedível disponibilizado pela autarquia de Ródão justificam a opção por Vila Velha de Ródão e pelo Perdigão como o local ideal para a realização da experiência do Atlas Europeu do Vento.

- ✓ Em novembro, Vila Velha de Ródão acolheu a realização da prova ***Especial Sprint Portas de Ródão***, prova organizada pelo Clube de Automóveis Antigos de Castelo Branco, sob a égide da FPAK. Esta prova envolveu as variantes de regularidade e de Sprint e trouxe até Ródão centenas de participantes e amantes da modalidade.

- ✓ ***III Cruzeiro Religioso do Tejo*** - A primeira de sete etapas do cruzeiro religioso, partiu do Cais de Ródão, cuja cerimónia foi dirigida pelo pároco deste Concelho e contou com a presença de mais de uma centena de pessoas. Com o intuito de celebrar a religiosidade das comunidades ribeirinhas do Tejo, promover a Cultura Avieira, a Património Imaterial da UNESCO, e evidenciar as potencialidades do Tejo foram alguns dos objetivos da realização desta iniciativa.

- ✓ ***Feiras tradicionais dos Santos e do Carnaval*** – O município realizou as tradicionais *Feira dos Santos* e *Feira de Carnaval* como forma de manter viva a realização das feiras tradicionais, tendo-se procurado apelar à participação das populações e dos produtores locais, através da realização de programas de animação diversificados.

- ✓ ***VI Prémio Ibero-Americano de Educação e Museus*** - O projeto de Museologia e Educação no Sítio Arqueológico da Foz do Enxarrique, responsabilidade do município, foi distinguido com a única menção honrosa portuguesa da 6ª edição do Prémio Ibero-Americano de Educação e Museus. Entre as quase centena e meia de candidaturas recebidas, o projeto de Museologia e Educação no sítio arqueológico da Foz do Enxarrique foi o único da categoria projetos em execução premiado em Portugal.

  As entidades envolvidas neste projeto, a autarquia de Vila Velha de Ródão, o Museu Nacional de Arqueologia e o Centro Português de Geo-História e Pré-História, veem nesta esta distinção o reconhecimento do trabalho desenvolvido no âmbito do qual se estabeleceu também um protocolo para a criação no local da "Escola Internacional de Arqueologia".

PRÊMIO IBERO-AMERICANO
DE EDUCAÇÃO E MUSEUS
PREMIO IBEROAMERICANO
DE EDUCACIÓN Y MUSEOS

- ✓ De acordo com os dados publicados no Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses, da responsabilidade do Núcleo de Estudos em Administração e Políticas Públicas (NEAPP), que apresenta uma análise económica e financeira das contas dos municípios relativas ao exercício económico de 2014, o município de Vila Velha de Ródão está em 1º lugar distrital no ranking global no que à eficiência da gestão financeira diz respeito. A nível nacional, Ródão ocupa o 9º lugar na execução da

receita cobrada, está em 10º com menor passível exigível, em 11º com menor volume de juros pagos e em 16º lugar como o Município com melhor índice de divida total.

É para o Município de Vila Velha de Ródão, um enorme orgulho de apresentar este excelente resultado, referente ao exercício económico de 2014, fruto de uma estratégia de gestão consolidada no rigor e na transparência das contas da autarquia. Os indicadores referidos refletem o rigor da gestão que a Câmara Municipal de Vila Velha de Ródão implementou, aliando uma forte orientação para a poupança à capacidade de investimento bem como à redução da carga fiscal.

- ✓ ***Redução da Taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis*** – As famílias com filhos que residem no concelho de Vila Velha de Ródão vão pagar menos de IMI no próximo ano. O Município de Vila Velha de Ródão aprovou os descontos máximos previstos na lei, sobre o IMI (Imposto Municipal sobre Imóveis) para as famílias com filhos.

  Numa altura em que os portugueses vivem uma situação de instabilidade financeira, fruto do aumento da carga fiscal, a autarquia de Ródão decidiu apoiar os seus munícipes aprovando a taxa mínima de IMI de 0,3% e a redução deste imposto, em função do número de filhos.

  A iniciativa insere-se no âmbito das medidas de estímulo e apoio à fixação de famílias no concelho de Vila Velha de Ródão, implementadas desde o início do mandato deste executivo, em resposta àquele que é um problema transversal aos concelhos do interior: o despovoamento.

  A Câmara Municipal continua a fomentar em Vila Velha de Ródão a qualidade de vida das famílias e um ambiente favorável ao crescimento demográfico, inserindo esta medida de redução de IMI numa lógica social de um regime fiscal mais atrativo para as famílias, tendo como prioridade a devolução dos recursos municipais à comunidade.

- ✓ ***Orçamento Participativo*** - Tendo como objetivo incentivar o diálogo entre eleitos, cidadãos e a sociedade civil, mobilizar a participação dos munícipes numa intervenção cívica mais ativa e promover uma democracia participativa e de proximidade, o município de Vila Velha de Ródão, colocou a votação, 12 propostas para escolha dos munícipes nas áreas da educação, ação social e obras municipais.

  Os munícipes puderam escolher projetos colocados a votação, no âmbito do orçamento participativo para 2016, cuja verba ascende a 120 mil euros. A opção dos munícipes recaiu sobre a atribuição gratuita de manuais escolares ao 3º ciclo para

alunos residentes no concelho, apoio ao arrendamento jovem e a construção da Praia Fluvial da Foz do Cobrão.

Foi a primeira vez que se realizou um orçamento participativo em Vila Velha de Ródão onde se registou uma elevada adesão de votantes, demonstrativo do interesse dos munícipes.

- ✓ No concelho de Vila Velha de Ródão não há praticamente desemprego e os investimentos têm-se sucedido a um ritmo verdadeiramente invulgar. A taxa de atratividade é quase o triplo da região centro, o número de crianças na creche, no ano passado, cresceu 50%. A matriz industrial de Vila Velha de Ródão tem vindo a afirmar-se através de avultados investimentos, destaque para a *The Navigator Company Tissue Ródão*, que realizou um investimento de 40 milhões de euros, que visa duplicar a sua capacidade produtiva, tendo criado, aproximadamente, mais 70 postos de trabalho. Salienta-se também os investimentos que a *Celtejo* realizou, e que a tornam na empresa europeia mais eficiente do seu setor, esta também efetuou um processo de recrutamento para a ocupação de mais 20 postos de trabalho. Na agricultura o panorama do concelho está igualmente a alterar-se, pois os investimentos na sua globalidade ultrapassam os 12 milhões de euros, sendo neste momento, já bem visíveis no terreno, os seus resultados, com centenas de hectares de regadio cultivados.

- ✓ ***Jornal do Fundão e autarquia de Ródão organizam conferência sobre o tema "Vila Velha de Ródão - Destino de investimento"*** – A CACTEJO acolheu a conferência sobre o tema do Destino do Investimento, que abordou temas como o impacto do investimento no combate ao despovoamento, os recursos endógenos e o desenvolvimento sustentável, temas que suscitaram o interesse e participação do público, no decorrer da conferência. Da conferência destacou-se uma ideia base consensual de que o panorama económico em Vila Velha de Ródão, está em contra-ciclo nacional. Desde 2008 que o investimento privado no concelho, o posiciona como único no país, que mais investimento privado *per capita* conseguir mobilizar.

3.2.2. OBRAS MUNICIPAIS

- ✓ ***Requalificação do Parque Escolar*** – As preocupações com a requalificação do parque escolar e a melhoria das condições de trabalho dos jovens e profissionais de educação, constituem prioridades nas quais o município de Vila Velha de Ródão concentra especial atenção. Faz parte desta linha de atuação, a remodelação do

pavilhão gimnodesportivo do Agrupamento de Escolas de Vila Velha de Ródão, com intervenções ao nível da substituição de 800m2 de pavimento em madeira para piso modelar sport court e a colocação de novos equipamentos desportivos (balizas, redes, postes, entre outros).

O investimento realizado na execução das obras de melhoria, foram assegurados, integralmente, por fundos próprios do município que viu neste investimento não só a beneficiação do parque escolar, como também a melhoria das condições para a prática desportiva.

- ✓ ***Requalificação do Cabeço das Pesqueiras*** – no seguimento da política de requalificação dos espaços urbanos, adotada pelo executivo, que definiu como prioritário a recuperação total da zona envolvente ao Cabeço das Pesqueiras e a sua ligação à estação rodoviária. Por ser uma zona que se encontrava um pouco degradada e possuía alguns imóveis em risco de colapso foi entendida como essencial. A requalificação deste local, teve início há aproximadamente 3 anos e implicou um investimento na ordem dos 333 mil euros. Esta obra contempla duas ligações pedonais, uma entre o Porto do Tejo e o Cabeço das Pesqueiras, e outra à Estação da CP. A zona da antiga serração, irá ser convertida num espaço ajardinado, esta obra vem de encontro à necessidade de corrigir uma das lacunas atualmente existentes na ligação desta zona à estação ferroviária e ao viaduto, por via pedonal.

  O espaço em questão, pela sua localização, pela área que possui e pelos equipamentos coletivos existentes, contribuirá ainda para dotar de Vila Velha de Ródão de uma centralidade cívica que até à data não possuía.

✓ ***Parque Ambiental do Tejo/Foz do Enxarrique -Valorização do Sítio Arqueológico do Enxarrique*** – O projeto tem por objetivo a valorização do sítio arqueológico da Foz do Enxarrique, classificado como "Imóvel de Interesse Público", e que constitui, tanto do ponto vista patrimonial, como do ponto de vista científico, um dos mais importantes locais da sua tipologia (acampamento de ar livre) e datação (Paleolítico Médio Final) conhecidos em Portugal e em toda a Península Ibérica.

A concretização da obra implicou um investimento do município, na ordem dos 274 mil euros e vem viabilizar um conjunto de investimentos que a câmara fez anteriormente, nomeadamente no Parque de Campismo, Bar do Cais e Ponte Pedonal sobre o Enxarrique e vai imprimir uma nova dinâmica económica ao turismo em Ródão.

O espaço é composto por três vertentes principais são elas, o núcleo museológico diretamente relacionado com o sítio classificado, a escavação escola destinada a uma prática continuada de trabalhos de campo, com fins essencialmente formativos e a criação de espaço verde de recreio e lazer, que se assume como o remate tanto funcional, como físico e cénico, sendo que o passeio pedonal, proporcionado ao longo da margem da albufeira, termina neste local.

✓ As **obras realizadas por administração direta**, pelo facto de terem reflexo imediato na qualidade de vida das populações revestem-se de elevada importância. Neste sentido e na medida das necessidades foram efetuadas uma diversidade de obras de

reparação em pavimentos, calçadas e de construção/reparação de muros, demolição de casas degradadas, beneficiação de caminhos agrícolas, requalificação de espaços ajardinados e colocação/ manutenção de gradeamentos nas diversas povoações deste concelho.

3.2.3. EDUCAÇÃO E CULTURA

- ✓ O investimento na ***educação*** é encarado pela autarquia como um assunto prioritário. Para fazer face a esta preocupação foram reforçados os apoios socioeducativos prestados às famílias, neste âmbito importa referir a gratuitidade na frequência das creches por crianças, cujas famílias residam no concelho. Ainda no âmbito destes apoios foram atribuídas doze bolsas de estudo aos alunos do concelho que se encontram a frequentar o ensino superior, no montante total de 9.500€. Destacam-se ainda outros apoios, como os transportes escolares gratuitos, as refeições, o prolongamento de horários, as atividades extracurriculares, aulas de música aos alunos dos do 1º ciclo, apoio técnico aos alunos do Agrupamento de Escolas ao nível das Terapias da Fala e Ocupacional e o apoio ao Projeto Educativo do Agrupamento de Escolas.

- ✓ No âmbito das medidas que têm vindo a ser desenvolvidas pelo executivo municipal, no que respeita à fixação de jovens e famílias, o município, no ano letivo 2015/2016, procedeu à oferta dos manuais escolares e de um kit de material escolar, a todas as crianças do 1º e 2º ciclo do ensino básico. Num momento em que cada vez mais se evidenciam as dificuldades económicas das famílias, esta medida, de grande alcance social, representa um excelente contributo para as famílias que, no arranque de cada ano letivo se debatem com despesas elevadas para a aquisição destes materiais indispensáveis aos alunos.

- ✓ O município proporcionou este ano, e pela primeira vez a possibilidade dos jovens do concelho participarem no programa *Universidade de Verão* da responsabilidade da Universidade de Coimbra, tendo a autarquia suportado os custos inerentes à participação de cada jovem.

  Esta edição foi dirigida a estudantes residentes no concelho e que estivessem a frequentar o ensino básico/secundário, reunindo numa só semana a possibilidade de os potenciais futuros alunos universitários, experimentarem um conjunto de atividades pedagógicas/científicas em diversas áreas do saber, além de atividades culturais e desportivas, no sentido de promover uma maior interligação com a cidade de Coimbra.

- ✓ No âmbito das comemorações do ***Dia Mundial da Criança***, a autarquia proporcionou a todas as crianças da creche da Santa Casa da Misericórdia, do pré-escolar, 1º, 2º e 3º ciclo do Agrupamento de Escolas e Vila Velha de Ródão a possibilidade de assistirem àquele que é considerado, o maior espetáculo do Mundo, o circo. Cerca de 190 crianças puderam assistir à edição especial do espetáculo, da companhia circense Circo Twister, tendo ficado absolutamente maravilhadas com os vários números que foram exibidos, nomeadamente os palhaços, que fazem sempre o maior sucesso junto das crianças.

- ✓ ***Moda e Tendências*** – O anfiteatro exterior da Casa de Artes e Cultura do Tejo acolheu a realização de um desfile de moda intitulado *Moda e Tendências*. Este evento reuniu várias lojas e marcas representadas, que abraçaram esta iniciativa e que escolheram este evento em Vila Velha de Ródão, para promover a sua identidade e ainda as coleções de Leonor Aragão, Inês Gonçalves, Ana Diniz e Luciana Leal, alunas e ex-alunas da Escola Superior de Artes Aplicadas (ESART) do IPCB. Em destaque esteve também a coleção inspirada na Arte Rupestre do Vale do Tejo, da autoria de Sabrina Mendes, que incluiu a participação especial da manequim internacional Helena de Sousa da Elite Models.

  Os lugares do anfiteatro foram poucos para acolher o público presente que desde cedo se começou a juntar a esta iniciativa para assistir a um evento único e diferente no concelho. Uma noite aprazível, em torno do mundo da moda, com momentos musicais de Custódio Castelo e de Hugo Rangel and Friends.

  As cerca de 60 crianças que participaram nos três desfiles das lojas aderentes, Petit Enfants, Espaço Moda e Polichinelo, desfilaram pela passerelle com a alegria e a boa

disposição que os caracteriza e conseguiram proporcionar grandes sorrisos na plateia que assistia atentamente ao desfile dos pequenos manequins.

- ✓ No setor cultural destaca-se a diversidade de iniciativas desenvolvidas pela ***Biblioteca Municipal José Batista Martins,*** que procura integrar no seu programa de animação, ações que assinalam datas importantes ligadas à realidade cultural nacional e muitas outras reveladoras de caráter inovador. No decorrer de 2015 concebeu e dinamizou atividades ligadas ao livro e à leitura, à poesia, deu apoio às atividades educativas do Agrupamento de Escolas, promoveu a ocupação de crianças e jovens em ateliês temáticos, organizou exposições, foi responsável pela apresentação de livros e pela realização de pequenos filmes infantis que submeteu a concursos nacionais. A Biblioteca foi ainda responsável pela dinamização de projetos como ***Bibliotecários por duas semanas***, pelo funcionamento do ***Clube de Leitores Adolescentes da BMJBM*** que está a ser dinamizado pela mediadora de leitura Andreia Brites.

- ✓ Durantes os meses de janeiro e fevereiro promoveu workshop's de escrita direcionados aos alunos do 9° ano, e organizou uma visita ao Núcleo de Investigação e Divulgação de Arqueologia e Paleontologia da Golegã na qual participou um grupo de jovens do concelho.

- ✓ Em julho a acolheu a escritora Hélia Correia para uma conversa sobre o seu livro *A terceira miséria* na qual participou uma interessada plateia de leitores. De referir que a escritora, que inúmeras vezes tem colaborado com a Biblioteca Municipal, recém galardoada com o Prémio Camões, facto que motivou um brinde à sua obra oferecido pelo município. Ainda no mês e julho acolheu um ateliê de expressão plástica e educação ambiental denominado *Somos animais*, dinamizado por Elisa Aragão.

- ✓ Em agosto promoveu a residência artística da *Terceira Pessoa Associação*, que envolveu um total de 18 pessoas na criação de um vídeo poema do livro *A terceira miséria*, apresentado, no final desse mês, durante um jantar na Herdade da Urgueira no âmbito do evento *Poesia, um dia.*

- ✓ Em setembro a BMJBM dinamizou a quarta edição do evento Poesia, um dia, organizado pela Biblioteca Municipal da autarquia de Vila Velha de Ródão, que apresentou, uma diversidade de ações direcionadas para diferentes públicos. Destas ofertas culturais destacou-se uma residência literária, uma oficina de escrita no ambiente, uma residência de ilustração e design gráfico; e, para o público escolar,

oficinas de poesia, escrita criativa e desenho sonoro, recortes de papel, pintura, e o espetáculo «Afinal o Íbis», pela Associação Artística Andante.

Nomes como Jaime Rocha, diretor literário do «Poesia, um dia», Margarida Vale de Gato, José Luís Costa, Inês Dias, Marta Chaves são o garante do elevado nível de qualidade que se presenciou nas valências deste encontro.

Realizou ainda a apresentação da editora Volta d'Mar, de dois números do jornal " É Absolutamente Certo" e da obra poética " O Rio que Vem Depois" de Vergílio Alberto Vieira, com textos criados pelo autor na última residência literária em que participou, tendo como motivo de inspiração alguns locais deste concelho.

A autarquia de Vila Velha de Ródão reconhece neste evento a promoção da literatura neste território do interior e a afirmação do nome de Vila Velha de Ródão no panorama da cultura nacional.

- ✓ Promoveu, para os membros do Clube de Leitura da BMJBM, a realização de uma viagem literária a Lisboa na qual tiveram oportunidade de conhecer a editora «&etc» e na mesma ocasião visitaram ainda uma tipografia artesanal e a exposição «Tesouros dos Palácios Reais de Espanha» no Museu Gulbenkian;

- ✓ Foi responsável pela vinda da escritora Danuta Wojciechowska e Joana Paz para partilharem com o público escolar a sua paixão por livros e pela expressão artística.

O acesso à informação, a sua difusão e a sua livre circulação são elementos essenciais para as sociedades e é neste contexto que podemos dizer que a biblioteca assume um papel fundamental, como mediadora da informação e formação dos munícipes, já que proporciona a estes o acesso a um conjunto multidisciplinar de atividades culturais e formativas.

- ✓ ***Casa de Artes e Cultura do Tejo*** – Espaço de convergência e partilha de várias formas de arte, contribui para o fomento do turismo cultural, representando um pólo de concentração cultural e gerador de novas dinâmicas sociais. Esta tem sido palco para a realização dos mais diversificados eventos culturais promovidos pelo município e também por entidades externas, que encontram naquele espaço condições de excelência para a realização dos seus eventos. Esta infraestrutura tem-se vindo a afirmar no panorama cultural do concelho, como um excelente dinamizador das mais diversas formas de cultura.

A execução da política autárquica de Vila Velha de assume a importância da cultura na sua gestão encarando-a como uma das respostas às necessidades dos munícipes, resposta refletida na sua agenda cultural pautada pela qualidade e diversidade da oferta.

Este equipamento permitiu dar continuidade à aposta do município na oferta regular de uma programação cultural, nas áreas da Música, Cinema, Teatro e Exposições. A programação cultural da CACTEJO privilegia a opção pela diversidade, assente em critérios de qualidade e sustentabilidade financeira.

O ano de 2015 ficou marcado pela realização do 1º Festival de Outono assente em música clássica e espetáculos que marcaram pela diferença dado o grau de qualidade dos mesmos. No panorama musical destaca-se a presença de artistas como o maestro *Rui Massena* e *Jorge Palma,* esgotando o auditório. No panorama das exposições destacou-se a de *David de Almeida* intitulada *A Ética da Mão.*

O município, como estrutura de proximidade e detentor de um vastíssimo património e de equipamentos, procura adequar e sincronizar estas valências em prol de uma cultura descentralizada e abrangente.

3.2.4. AMBIENTE

A Sensibilização Ambiental tem por objetivo esclarecer e informar os cidadãos sobre os problemas ambientais e as possíveis soluções, procurando incutir atitudes nos cidadãos tornando-os participantes ativos na proteção dos recursos naturais. A sensibilização torna-se fundamental para a reflexão de um modelo de sociedade mais sustentável e indispensável para se exercer uma cidadania plena, visando a salvaguarda do meio ambiente.

A promoção do desenvolvimento sustentado do concelho e da qualidade de vida dos munícipes tem sido uma preocupação do município, que tem estabelecido com algumas empresas do concelho e instituições não governamentais, importantes parcerias associadas a esta temática. São os pequenos gestos do nosso dia-a-dia que poderão fazer a diferença, contornando os problemas associados às questões ambientais e que ameaçam a qualidade de vida das populações.

- ✓ O ***Relatório Final da Avaliação da Qualidade do Ar***, realizado em Vila Velha de Ródão, a pedido do município e realizado pela Universidade Nova de Lisboa (UNL), entre 2012 e 2015, vem mostrar que a população local pode estar tranquila.

  Após o primeiro estudo efetuado pela UNL em 2011 ter assinalado níveis "extremamente elevados" de poluição do ar, o município contratou os serviços daquela instituição para efetuar a monitorização à qualidade do ar numa perspetiva bastante alargada. O resultado final do Relatório Final da Avaliação da Qualidade do Ar em Vila Velha de Ródão revelou que durante os três anos não se registaram índices de poluição acima do permitido por lei.

  Apesar do resultado e do protocolo com a UNL ter chegado ao fim, a autarquia vai continuar a realizar monitorizações à qualidade do ar e vai também estar atenta a potenciais situações de poluição do ar que possam causar incomodidade nas populações para que esta preocupação não se desvaneça.

- ✓ ***Eficiência energética e valorização ambiental*** – Com vista a aumentar a eficiência energética da iluminação pública, contribuir para a qualificação do ambiente e contribuir para a eliminação das lâmpadas de mercúrio, Ródão é o primeiro concelho do distrito de Castelo Branco e um dos primeiros a nível nacional a ter localidades completas com iluminação de tecnologia Led e o primeiro do País a erradicar por completo as luminárias de vapor de mercúrio.

- ✓ O FAPAS - Fundo para a Proteção dos Animais Selvagens, ONG do Ambiente, pioneira do movimento ambientalista português, organizou em Vila Velha de Ródão, com o apoio do município, as ***XVI Jornadas da Conservação da Natureza e Educação para o Desenvolvimento Sustentável*** que mobilizaram mais de uma centena participantes, para além das conferências realizadas no auditório da CACTEJO, incluiu a realização de atividades multidisciplinares relacionadas com tema da conferência e realizadas saídas de campo relacionadas com Itinerários educativos

e de âmbito local, ao Monumento Natural das Portas de Ródão, ao castelo de Ródão e ao Vale da Sarvinda.

- ✓ ***Comemoração do Dia Mundial da Árvore*** - A autarquia de Ródão, em colaboração com o Agrupamento de Escolas do concelho, celebrou o Dia Mundial da Árvore e da Floresta realizando, uma iniciativa de plantação de árvores, envolvendo e mobilizando cerca de 100 crianças do jardim-de infância e do 1º ciclo.

Neste dia, especialmente vocacionado para a sensibilização das crianças nos temas do ambiente e da proteção da natureza, foram plantadas cerca de 30 árvores no Cabeço das Pesqueiras, local onde o município desenvolveu um amplo projeto de requalificação do espaço.

A gestão e a valorização das áreas protegidas, a proteção e recuperação de habitats e espécies prioritárias, as alterações climáticas, a educação ambiental e o papel da escola nestes processos de formação da cidadania, dominaram o universo dos temas apresentados tendo sido promotores de pertinentes intervenções, da parte do público presente, e gerado um debate de ideias e a troca de experiências enriquecedoras.

3.2.5. DESPORTO E TEMPOS LIVRES

- ✓ A promoção da prática desportiva, aliada à educação e lazer, integrada de forma coerente e sustentada a fim de responder às necessidades da população tem sido, ao longo dos anos, uma permanente preocupação do Município de Vila Velha de Ródão.

Para além do apoio que se procura dar às associações e coletividades locais, a autarquia tem procedido à valorização de diferentes equipamentos desportivos, que permitem ao concelho dispor, hoje, de condições atrativas para a prática ou realização de provas e eventos em, praticamente, qualquer modalidade.

O ginásio municipal, o campo de futebol, a pista de atletismo, os campos de ténis, a zona de lazer do cais, os polidesportivos pelas freguesias e as condições naturais - sobretudo o rio Tejo, que Ródão possui, fazem deste território um concelho onde a prática desportiva está bem presente.

- ✓ Concretizámos o programa de **Ocupação dos Tempos Livres** dos jovens através dos projetos de ATL direcionados para crianças, o Campo de Férias para adolescentes, a prática da canoagem e do voleibol. Estes programas ocupacionais destacam-se pela sua qualidade e têm atraído a participação de crianças e jovens de outros concelhos. Também a população mais idosa tem sido alvo do acompanhamento dos técnicos do município, envolvendo-os em atividades ocupacionais que visam estimular a atividade física e intelectual, aumentando assim a sua qualidade de vida.

- ✓ O concelho de Vila Velha de Ródão, herdeiro de um património natural único acolheu, no último ano, provas desportivas de elevada qualidade, entre elas o ***Trail Run***, que trouxe até Ródão 270 participantes e o passeio de BTT – ***Trilhos da Açafa*** que contou com a presença de 350 adeptos da modalidade e respetivos acompanhantes. Vila Velha de Ródão dispõe de condições de excelência e apoia a realização deste tipo de práticas desportivas, desde que estas sejam praticadas com total respeito pela natureza e património.

- ✓ A ***Rede de Percursos de Ródão***, cuja criação e gestão é da responsabilidade do município de Vila Velha de Ródão, conta já com 7 percursos, devidamente homologados. A Rota das Fontes (PR7), último dos percursos a ser criado, faz um périplo pelas fontes e poços existentes nas imediações de Cebolais de Baixo e revela a inteligência das nossas comunidades rurais que criavam pontos de acesso à água onde esta existia em quantidade e qualidade.

A inauguração do PR7 - Rota das Fontes, em Cebolais de Baixo, contou com a organizada da Associação Desportiva Recreativa e Cultural de Cebolais de Baixo, em colaboração com a Associação de Estudos do Alto Tejo e esteve associada às comemorações do Dia Mundial da Água. Estiveram presentes nesta caminhada uma centena de participantes, que tiveram a possibilidade de conviver, praticando atividade física saudável e conhecer belos exemplos da arquitetura popular da região, pautada pelo xisto.

- ✓ ***IIº Convívio de Trabalhadores*** – Sabendo que qualquer organização eficiente é constituída por colaboradores empenhados e motivados, a autarquia promoveu em 2015, uma vez mais, o dia do colaborador. Atividades desta natureza promovem a compatibilidade e a cumplicidade entre colaboradores, fortalecem o espírito de equipa e sensibilizam para a importância do trabalho em equipa como forma de promover o sucesso da equipa e da organização. O dia culminou com um jantar, alargado às famílias dos colaboradores, reforçando a ideia de integração que importa fortalecer.

3.2.6. AÇÃO SOCIAL

Na área da Ação Social, compete às autarquias, através de uma ação sistemática e diversificada, minimizar os problemas e as carências que afetam os grupos sociais mais vulneráveis, como crianças e jovens em situação de risco, pessoas portadoras de deficiência, idosos, e outros grupos excluídos social e culturalmente. Neste sentido, a ação social é encarada, cada vez mais, como uma prioridade para o município e, ano após ano, tem merecido especial atenção, principalmente no contexto de crise vivido no país e que, inevitavelmente, se reflete na vida das famílias.

- ✓ Pautando a sua ação por uma intervenção discreta e objetiva, a ***Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ)*** tem vindo a trabalhar de forma pró-ativa, tendo sido sinalizados os casos cujo comportamento é considerado de risco e tem efetuado o acompanhamento dos mesmos. Ainda no âmbito da sua intervenção, a CPCJ dinamizou um conjunto de atividades que procuraram sensibilizar os jovens e as famílias para assuntos relacionados com os maus tratos na infância e o relacionamento entre pais e filhos.

- ✓ A autarquia concedeu diversos apoios na área social, entre eles, os apoios sociais às crianças frequentadoras das creches e jardim-de-infância, o apoio a estudantes de todos os níveis de ensino, apoios à fixação de jovens e famílias, incentivos a habitação

e recuperação de imóveis para habitação própria, apoios aos idosos e classes sociais desfavorecidas, e a disponibilização de transportes gratuitos por todo o concelho.

- ✓ A autarquia procurou ainda envolver os munícipes num compromisso, em torno de uma nova dimensão do princípio da solidariedade como valor da expressão social: o voluntariado. Neste sentido, a ***Loja Social*** contou com o apoio de um grupo de munícipes, no âmbito do Banco Local de Voluntariado os quais, ao longo do ano, dinamizaram e asseguraram a organização e abertura da loja social ao público e colaboraram ativamente nas ações de recolha de alimentos, no âmbito das campanhas do Banco Alimentar. A Loja Social é uma das formas mais diretas e acessíveis de ajustar a oferta de quem quer contribuir, com a procura por parte daqueles que mais necessitam.

- ✓ A autarquia de Vila Velha de Ródão estendeu o ***apoio ao arrendamento aos jovens***, com idade superior aos 18 anos e até aos 35 anos. Este programa agora aprovado prevê o pagamento do valor da renda, variável em função do rendimento *per capita* e agregado familiar – pelo período de 1 a 3 anos. Com a implementação desta medida a autarquia pretende replicar o conceito do programa Porta 65, aplicando-o em Vila Velha de Ródão, disponibilizando para o efeito 30 mil euros para o primeiro ano de funcionamento. Esta medida agora instituída é mais uma das medidas do executivo que visam o combate à desertificação do território.

- ✓ Realizou-se a ***VIII Jornada das Gerações de Ródão***, evento destinado a todos os idosos e reformados do concelho e que constitui uma marca inquestionável do concelho no que toca à participação ativa da comunidade em torno da terceira idade. Esta iniciativa assume um papel importante no que se refere à promoção de uma cidadania sénior saudável, que procura combater a solidão e o isolamento.

  Esta ação envolveu cerca de 1100 idosos e 100 voluntários e contou com um programa cultural bastante preenchido. Na iniciativa puderam também participar as crianças e jovens do concelho, para as quais foram preparadas atividades desportivas que lhes proporcionaram um dia bastante animado. À semelhança do ano anterior, a autarquia introduziu algumas variantes no programa do evento com o objetivo de aproximar gerações, proporcionando vários momentos de partilha e de convívio entre todos. Ao promover iniciativas desta natureza o município assume um papel determinante na qualidade de vida da terceira idade de todas as gerações,

combatendo desta forma a solidão e incentivando momentos de partilha e de saudáveis momentos de convívio intergeracionais.

3.2.7. GESTÃO MUNICIPAL

✓ ***Reuniões de Câmara Descentralizadas*** – No seguimento da estratégia do executivo municipal, de ouvir os munícipes sobre os assuntos de interesse coletivo ou público das freguesias, foram muitos os munícipes que marcaram presença nestas reuniões de câmara, descentralizadas pelas freguesias.

Os munícipes, no período reservado à intervenção do público, aproveitaram a oportunidade para colocar questões de interesse, relativamente à sua freguesia, nomeadamente, questões relacionadas com arruamentos, sinalização, aproveitamento de recursos hídricos, entre outros. Tendo o executivo respondido a todas as questões suscitadas.

Desde a tomada de posso do atual executivo, que se realizam Reuniões de Câmara descentralizadas, uma por cada freguesia do Concelho.

- ✓ ***Reunião de Aperfeiçoamento Profissional da ATAM***[4] – No início do ano, a ATAM escolheu Vila Velha de Ródão para a realização da Reunião de Aperfeiçoamento Profissional dos técnicos das autarquias. Para o executivo municipal, iniciativas desta natureza são de valorizar, uma vez que acrescem valor aos técnicos dos municípios, para um melhor desempenho das suas funções e à continuidade de intercâmbio de saberes e experiências em torno de questões inerentes às autarquias locais.

- ✓ O ano de 2015 foi marcado pelo processo de ***Revisão do Plano Diretor Municipal*** (PDM), e pela sua aprovação. Tratou-se de um procedimento complexo, desenvolvido num contexto de profundas alterações legislativas, que obrigaram a constantes reformulações e alterações dos trabalhos já desenvolvidos, mas que se encontra concluído, muito por mérito dos serviços e dos técnicos da Câmara Municipal que nele estiveram envolvidos.

  O Plano Diretor Municipal é um instrumento que estabelece a estratégia de desenvolvimento territorial, a política municipal de ordenamento do território e as políticas urbanas, integrando, obrigatoriamente, as orientações estabelecidas pelos instrumentos de gestão territorial de âmbito nacional e regional. O processo de revisão do PDM implica a elaboração de uma proposta fundamentada e que perspetive o concelho para um período de 10 anos.

  Segundo a autarquia, a atual proposta de revisão do PDM constitui um instrumento fundamental para a gestão e qualificação do território do concelho, sendo importante a sua entrada em vigor para permitir novas oportunidades de desenvolvimento para o concelho e para a região.

- ✓ ***Iniciativa para a Economia Cívica*** – Vila Velha de Ródão pretende reunir condições para apoiar projetos de inovação e empreendedorismo, nomeadamente na área social, e outros que procurem gerar respostas de bens e serviços com o objetivo primordial de melhorar a vida das pessoas. No seguimento desta vontade, a Câmara Municipal aderiu à constituição da Comunidade para a Iniciativa Economia Cívica.
  Esta associação, agora criada, tem como objetivo abordar os problemas, necessidades e desafios sociais complexos de Ródão e resolvê-los através de respostas inovadoras, eficazes e sustentáveis, nas quais os cidadãos são convidados a participar ativamente.

[4] Associação dos Trabalhadores da Administração Local

A mudança e a vontade de resolver os problemas constituíram um grupo de trabalho, multidisciplinar, que identifica os desafios complexos afetos ao interior do país, e mais em concreto ao concelho de Vila Velha de Ródão.

- ✓ No âmbito das Comemorações do 66º aniversário da Associação Humanitária das Bombeiros Voluntários, a autarquia de Vila Velha de Ródão ofereceu àquela instituição uma nova ambulância e comparticipou a aquisição de uma viatura de combate a incêndios. O apoio prestado pelo município veio dotar esta Associação de equipamentos que procuram reforçar a capacidade de resposta às populações e do aumenta da sua operacionalidade.

- ✓ No seguimento da estratégia do executivo, desde o início do mandato, o combate à interioridade e desertificação, problemas transversais aos territórios de baixa densidade.

A capacidade de fixar empresas, criar riqueza e valorizar os recursos endógenos é, sem dúvida, um dos caminhos a seguir.

Às autarquias compete dar corpo à capacidade para definir e implementar estratégias de articulação com a comunidade empresarial, no sentido de ajudar a ultrapassar os principais constrangimentos que dificultam a concretização dos projetos desses investidores.

Este será o modelo de cooperação e desenvolvimento que o município ambiciona fomentar e reforçar no seu relacionamento com o tecido empresarial concelhio, apoiando as em presas instaladas e proporcionando condições para que novas unidades e novos projetos de empreendedorismo se fixem no concelho, trabalhando em articulação com o tecido empresarial já instalado e apostando na formação dos seus colaboradores como mola impulsionadora da competitividade. Será esta, cada vez mais, a matriz da construção dos municípios do século XXI.

4. ANÁLISE ORÇAMENTAL

4.1. ORÇAMENTO

4.1.1. ANÁLISE SUMÁRIA

Este capítulo tem como finalidade analisar os elementos relativos à execução orçamental de 2015, nomeadamente no que se refere ao comportamento e evolução histórica das suas principais rubricas.

Assim, são de realçar os seguintes aspetos:

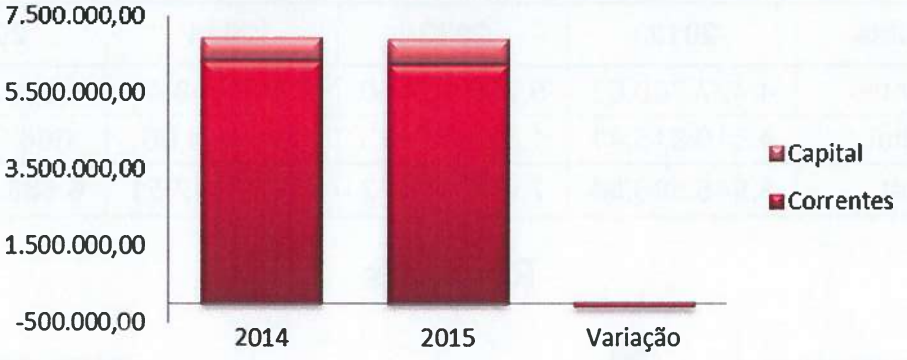
RECEITAS

As receitas totalizaram € **6.888.712,69**, tendo atingido as receitas de natureza corrente o valor de € 6.206.939,25 (90,10%), as de capital o valor de € 668.052,21 (9,70%) e as outras receitas o valor de € 13.721,23 (0,20%), que por respeitarem a reposições não abatidas nos pagamentos de natureza corrente, serão acrescidas às receitas daquela natureza, totalizando assim as *receitas correntes* € **6.220.660,48** (90,30%) e as receitas de capital € **668.052,21** (9,70%).

Designação	2014	2015	Variação	
			Valor	%
Receitas Correntes	6.310.968,45	6.220.660,48	-90.307,97	-1,43
Receitas de Capital	614.044,06	668.052,21	54.008,15	8,80
Total	**6.925.012,51**	**6.888.712,69**	**-36.299,82**	**-0,52**

Se compararmos a execução da receita com o ano anterior verifica-se um ligeiro decréscimo das receitas, em cerca de 36 mil euros (-0,52%), facto que se deve exclusivamente ao decréscimo das receitas correntes, em cerca de 90 mil euros (-1,43%), resultante do decréscimo dos impostos diretos, rubrica que reduziu cerca de 331 mil euros, por via da redução do montante arrecadado da derrama e dos rendimentos de propriedade, tendo-se mesmo registado acréscimos na generalidade das rubricas da receitas correntes, essencialmente nas transferências correntes e nas outras receitas correntes. Contrariamente as receitas de capital sofreram um acréscimo em cerca de 54 mil euros (8,80%), tendo contribuído para esta situação o acréscimo de todas as rubricas desta natureza.

Comparação da Receita



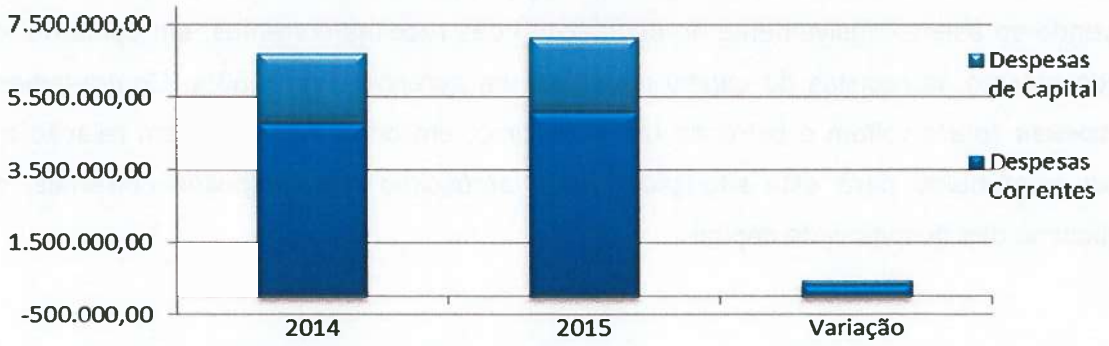
DESPESAS

As despesas totalizaram € **7.148.017,89**, sendo constituídas por despesas de natureza corrente de €5.105.861,01 (71,43%) e de despesas de capital de €2.042.156,88 (28,57%).

Designação	2014	2015	Variação	
			Valor	%
Despesas Correntes	4.787.139,21	5.105.861,01	318.721,80	6,66
Despesas de Capital	1.911.084,25	2.042.156,88	131.072,63	6,86
Total	**6.698.223,46**	**7.148.017,89**	**449.794,43**	**6,72**

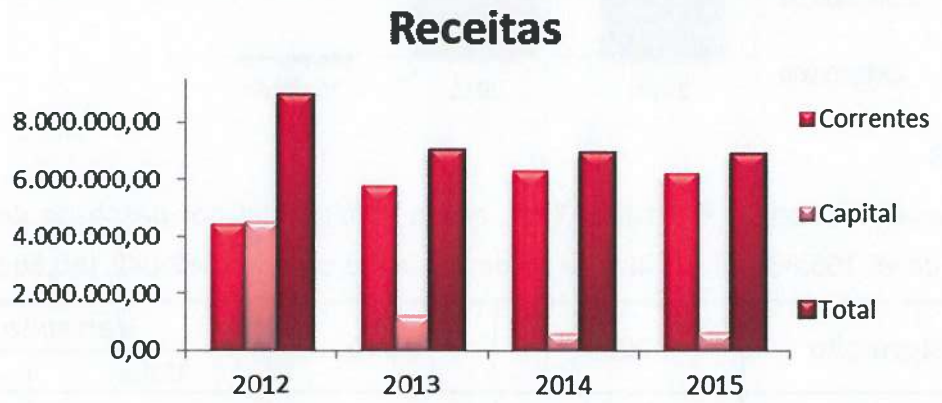
Em relação ao ano transato, e contrariamente ao comportamento da receita, observa-se um acréscimo das despesas em cerca de 450 mil euros (6,72%), como resultado do aumento das despesas de natureza corrente e de capital. As despesas correntes sofreram um acréscimo em cerca de 319 mil euros (6,66%), devido a um aumento generalizado das rubricas da despesa corrente, à exceção das despesas com pessoal. As despesas de capital sofreram também um acréscimo em cerca de 131 mil euros, tendo contribuído para esta situação o aumento da rubrica aquisição de bens de investimento, registando-se o decréscimo nas restantes rubricas desta natureza da despesa.

Comparação da Despesa

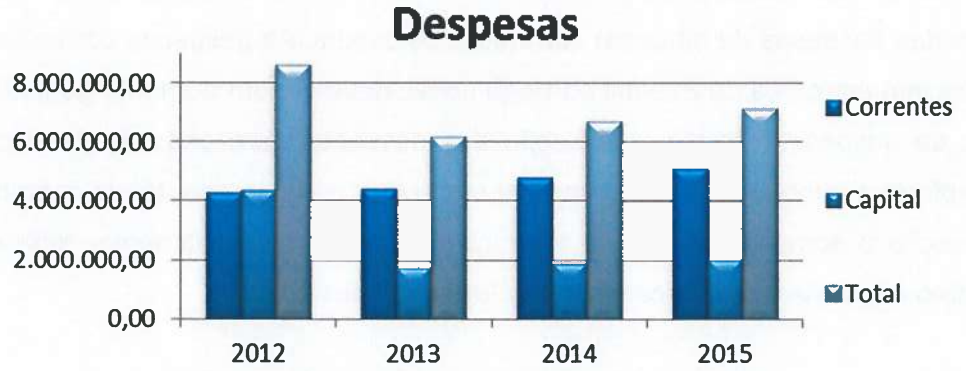


4.1.2. DADOS HISTÓRICOS

Receitas	2012	2013	2014	2015
Correntes	4.427.780,63	5.796.479,50	6.310.968,45	6.220.660,48
Capital	4.518.815,41	1.258.632,13	614.044,06	668.052,21
Total	**8.946.596,04**	**7.055.111,63**	**6.925.012,51**	**6.888.712,69**

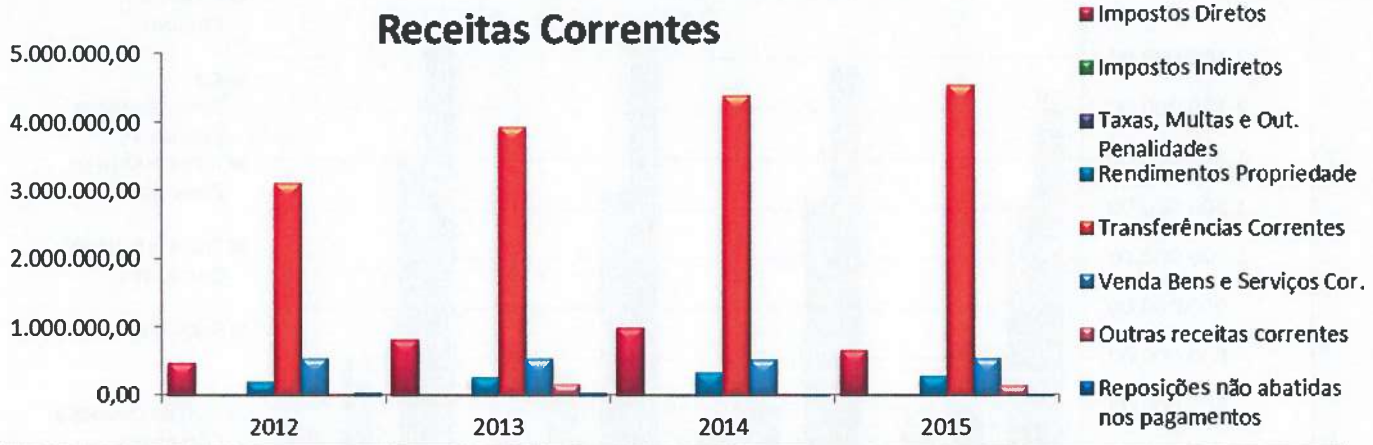


Despesas	2012	2013	2014	2015
Correntes	4.257.026,11	4.423.671,17	4.787.139,21	5.105.861,01
Capital	4.369.055,01	1.742.656,81	1.911.084,25	2.042.156,88
Total	**8.626.081,12**	**6.166.327,98**	**6.698.223,46**	**7.148.017,89**



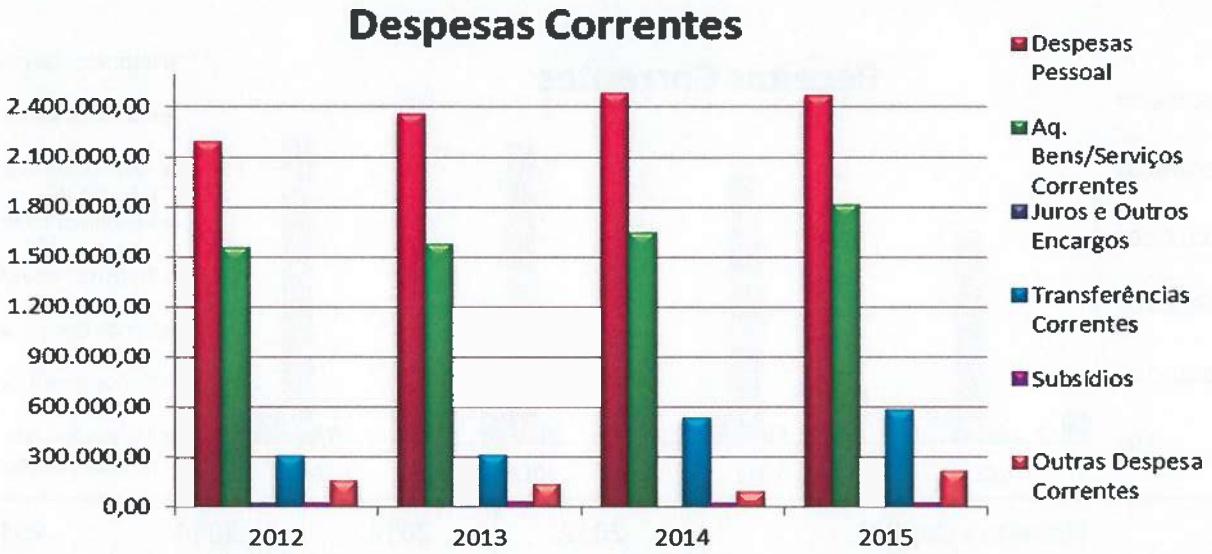
As ***receitas totais*** registam novamente um ligeiro decréscimo face ao ano transato (-0,52%), devendo-se este exclusivamente ao decréscimo das receitas correntes, em cerca de -1,43%, tendo mesmo as receitas de capital registado um acréscimo de 8,80%. Contrariamente, as ***despesas totais*** voltam a sofrendo um acréscimo, em cerca de 6,72% em relação a 2014, tendo contribuído para esta situação quer o acréscimo das despesas correntes, quer o acréscimo das despesas de capital.

Receitas Correntes	2012	2013	2014	2015
Impostos Diretos	473.221,83	814.217,32	987.026,40	656.371,40
Impostos Indiretos	8.109,96	9.184,19	6.927,99	5.285,56
Taxas, Multas e Out. Penalidades	23.195,18	19.610,81	22.902,79	23.118,16
Rendimentos de Propriedade	201.772,12	273.692,95	337.577,66	284.549,05
Transferências Correntes	3.105.595,10	3.938.728,79	4.388.210,42	4.550.395,00
Venda de Bens e Serviços Correntes	542.802,92	533.174,63	529.716,52	546.123,30
Outras Receitas Correntes	32.066,39	167.958,05	30.216,15	141.096,78
Reposições não abatidas pagamentos	41.017,13	39.912,76	8.390,52	13.721,23
Total Receitas Correntes	**4.427.780,63**	**5.796.479,50**	**6.310.968,45**	**6.220.660,48**

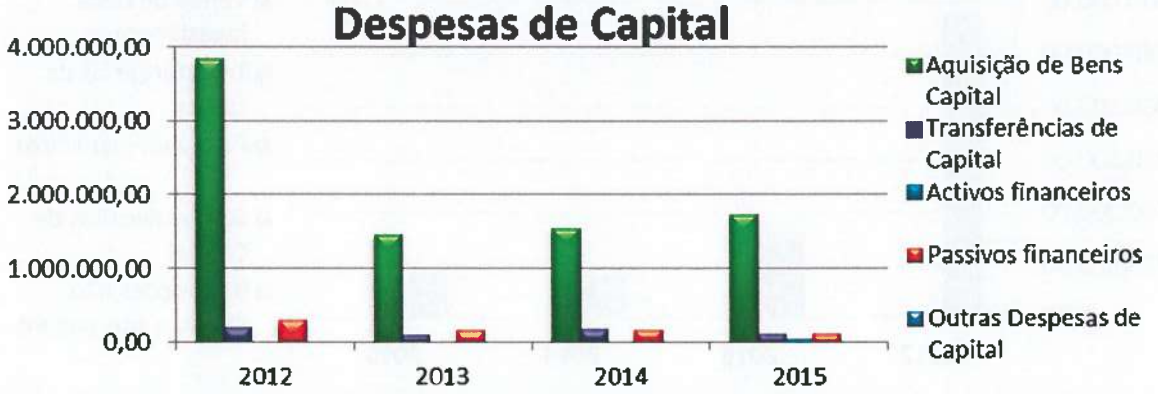


Receitas Capital	2012	2013	2014	2015
Vendas de Bens de Investimento	102.926,00	12.671,00	5.053,00	12.436,50
Transferências de Capital	4.357.662,19	1.214.377,42	608.991,06	654.115,71
Passivos Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Capital	58.227,22	19.255,50	0,00	1.500,00
Reposições não abatidas pagamentos	0,00	12.328,21	0,00	0,00
Total Receitas Capital	**4.518.815,41**	**1.258.632,13**	**614.044,06**	**668.052,21**

Despesas Correntes	2012	2013	2014	2015
Despesas com Pessoal	2.188.804,20	2.360.556,13	2.482.743,19	2.470.576,72
Aquisição de Bens e Serviços	1.554.293,79	1.581.759,24	1.646.685,77	1.815.102,01
Juros e Outros Encargos	24.096,50	10.462,34	6.633,73	4.775,31
Transferências Correntes	306.909,34	309.312,62	534.546,08	579.599,59
Subsídios	25.600,30	28.928,70	21.894,30	24.756,30
Outras Despesas Correntes	157.321,98	132.652,14	94.636,14	210.871,08
Total Despesas Correntes	**4.257.026,11**	**4.423.671,17**	**4.787.139,21**	**5.105.681,01**



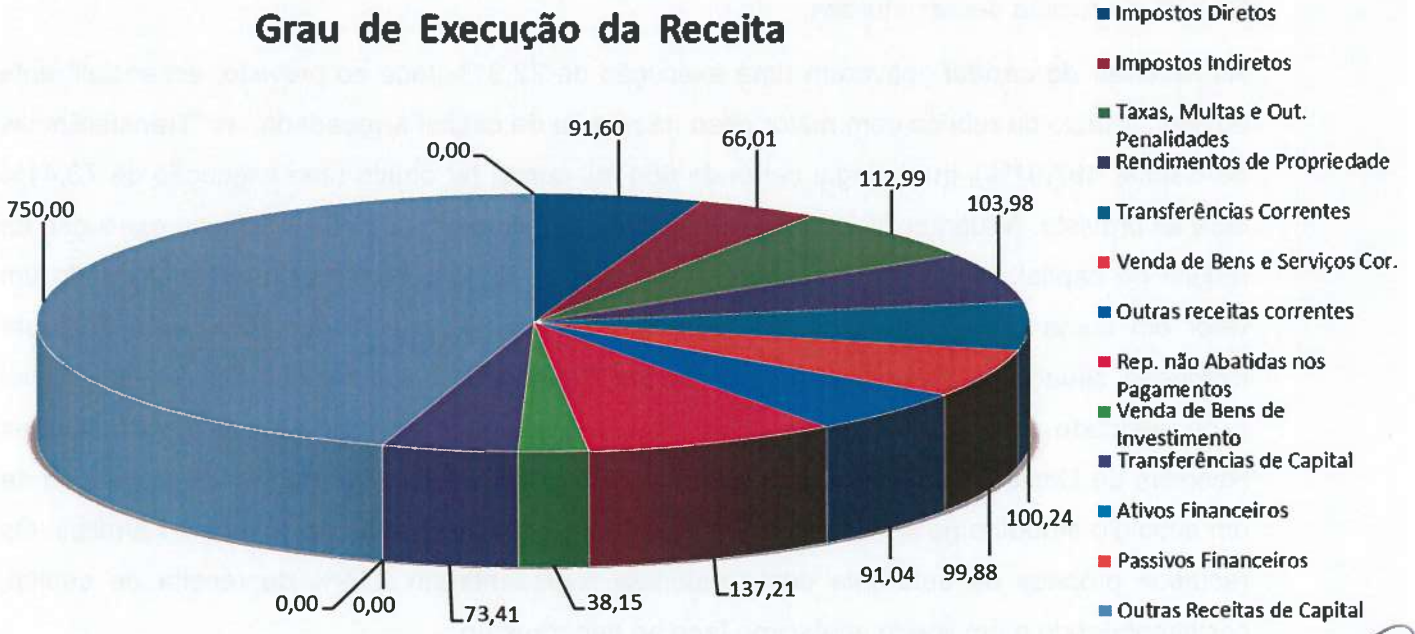
Despesas Capital	2012	2013	2014	2015
Aquisição de Bens de Capital	3.854.766,96	1.467.881,98	1.554.623,37	1.743.033,01
Transferências de Capital	207.080,29	104.219,27	179.727,63	117.735,19
Ativos Financeiros	0,00	0,00	0,00	50.020,00
Passivos Financeiros	307.207,76	170.555,56	176.733,25	126.147,65
Outras Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	5.221,03
Total Despesas Capital	**4.369.055,01**	**1.742.656,81**	**1.911.084,25**	**2.042.156,88**



4.1.3. RECEITA

4.1.3.1. ANÁLISE DA EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DA RECEITA

Capítulos da Receitas	Dotação Corrigida	Execução	Grau de execução (%)	Peso Relativo na execução(%)
Receitas Correntes				
Impostos Diretos	716.573,00	656.371,40	91,60	9,53
Impostos Indiretos	8.007,00	5.285,56	66,01	0,08
Taxas, Multas e Outras Penalidades	20.460,00	23.118,16	112,99	0,34
Rendimentos de Propriedade	273.668,00	284.549,05	103,98	4,13
Transferências Correntes	4.539.526,00	4.550.395,00	100,24	66,06
Venda de Bens e Serviços Correntes	546.780,00	546.123,30	99,88	7,93
Outras Receitas Correntes	154.986,00	141.096,78	91,04	2,05
Reposições não Abatidas nos Pagamentos	10.000,00	13.721,23	137,21	0,20
Total Receitas Correntes	**6.270.000,00**	**6.220.660,48**	**99,21**	**90,30**
Receitas Capital				
Venda de bens de Investimento	32.600,00	12.436,50	38,15	0,18
Transferências de Capital	891.100,00	654.115,71	73,41	9,50
Ativos Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
Passivos Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,02
Outras Receitas de Capital	200,00	1.500,00	750,00	0,00
Reposições não Abatidas nos Pagamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Total Receitas de Capital	**923.900,00**	**668.052,21**	**72,31**	**9,70**
TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES E CAPITAL	**7.193.900,00**	**6.888.712,69**	**95,76**	**100,00**

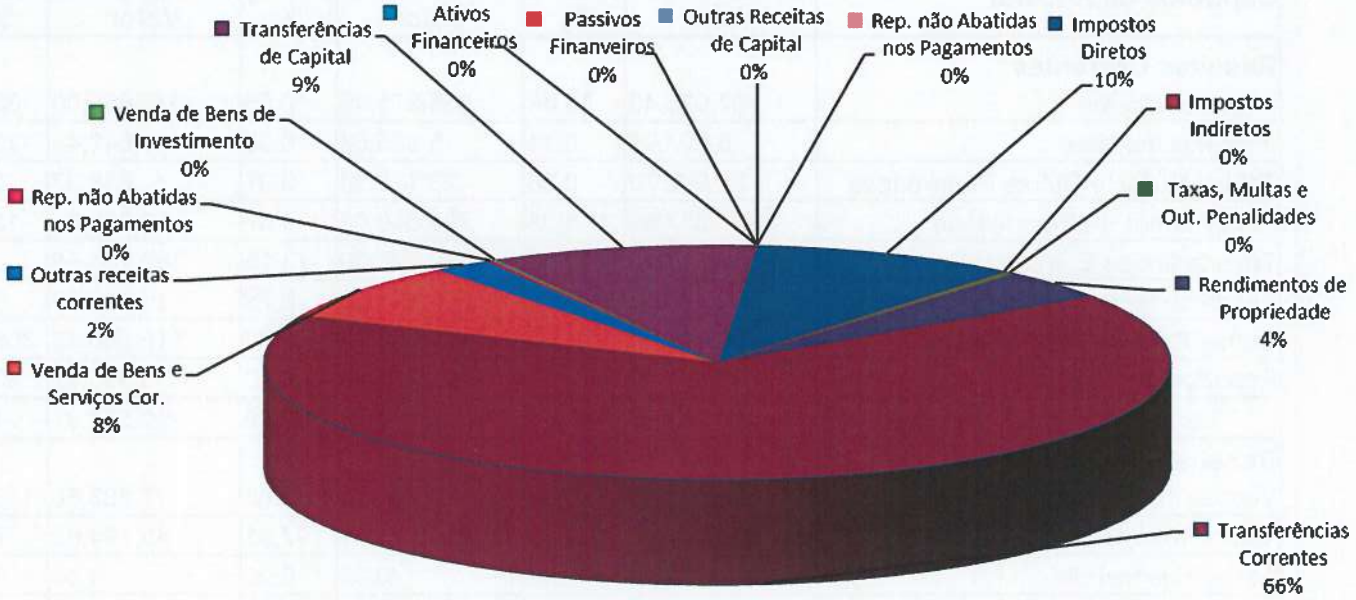


As receitas atingiram uma execução de 95,76% do valor orçado, tendo-se verificado uma execução de 99,21% na receita corrente e atingindo as receitas de capital uma execução de 72,31%.

As ***receitas correntes*** obtiveram uma execução de 99,21% face ao previsto, registando as várias rubricas desta natureza graus de execução bastante variáveis. O grau de execução da receita corrente deveu-se essencialmente ao facto das receitas com algum peso na execução corrente, as "Transferências Correntes", a "Venda de Bens e Serviços Correntes" e os "Rendimentos de Propriedade", com pesos de 73,15% 8,78% e 4,57% respetivamente, terem atingido uma execução ligeiramente acima do inicialmente previsto. As "Transferências Correntes", rubrica com maior peso na execução corrente, atingiu o valor de 4.550 mil euros, sobretudo por via do acréscimo dos fundos do orçamento de estado. A rubrica dos "Impostos Diretos", com um peso na execução corrente de 10,55%, apenas registou uma execução de 91,60% face ao previsto, em virtude da redução da receita arrecadada de derrama e do Imposto Municipal sobre a Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT). As maiores taxas de execução corrente observaram-se nas rubricas "Reposições não Abatidas nos Pagamentos Correntes" e "Taxas, Multas e Outras Penalidades", com um valor de 137,21% e 112,99% respetivamente, contudo face ao seu peso na execução corrente (0,22% e 0,37%), não tiveram impacto na execução da receita desta natureza. A menor taxa de execução, 66,01%, verificou-se na rubrica os "Impostos Indiretos", mas face ao seu baixíssimo peso na execução da receita da mesma natureza (0,08%), não teve grande impacto na execução corrente. A média de execução das três rubricas com maior peso na execução corrente foi de 97,24%, sendo a média de execução das rubricas das receitas correntes de 100,37%. Assim, reduziu o peso dos recursos próprios da autarquia de natureza corrente, que representaram apenas 26,85% da receita desta natureza.

As ***receitas de capital*** obtiveram uma execução de 72,31% face ao previsto, essencialmente devido ao facto da rubrica com maior peso na receita de capital arrecadada, as "Transferências de Capital" (97,91%), que atingiu cerca de 654 mil euros, ter obtido uma execução de 73,41% face ao previsto. A rubrica "Venda Bens Investimento", com um peso de 1,86% na execução da receita de capital, registou uma execução de apenas 38,15% face ao previsto, atingindo um valor em cerca de 12 mil euros. As restantes rubricas de capital não registaram qualquer execução, situação já prevista para os "Passivos Financeiros", uma vez que não era espectável a necessidade de recorrer à contratação de empréstimos e exceção feita à rubrica "Outras Receitas de Capital" que apresentou uma execução não prevista por motivo da devolução de um subsídio atribuído no âmbito do Regulamento de Apoio à Fixação de Jovens e Famílias. Os recursos próprios da autarquia desta natureza representaram 2,09% da receita de capital, correspondendo a um ligeiro acréscimo face ao ano transato.

Peso Relativo por Rubricas

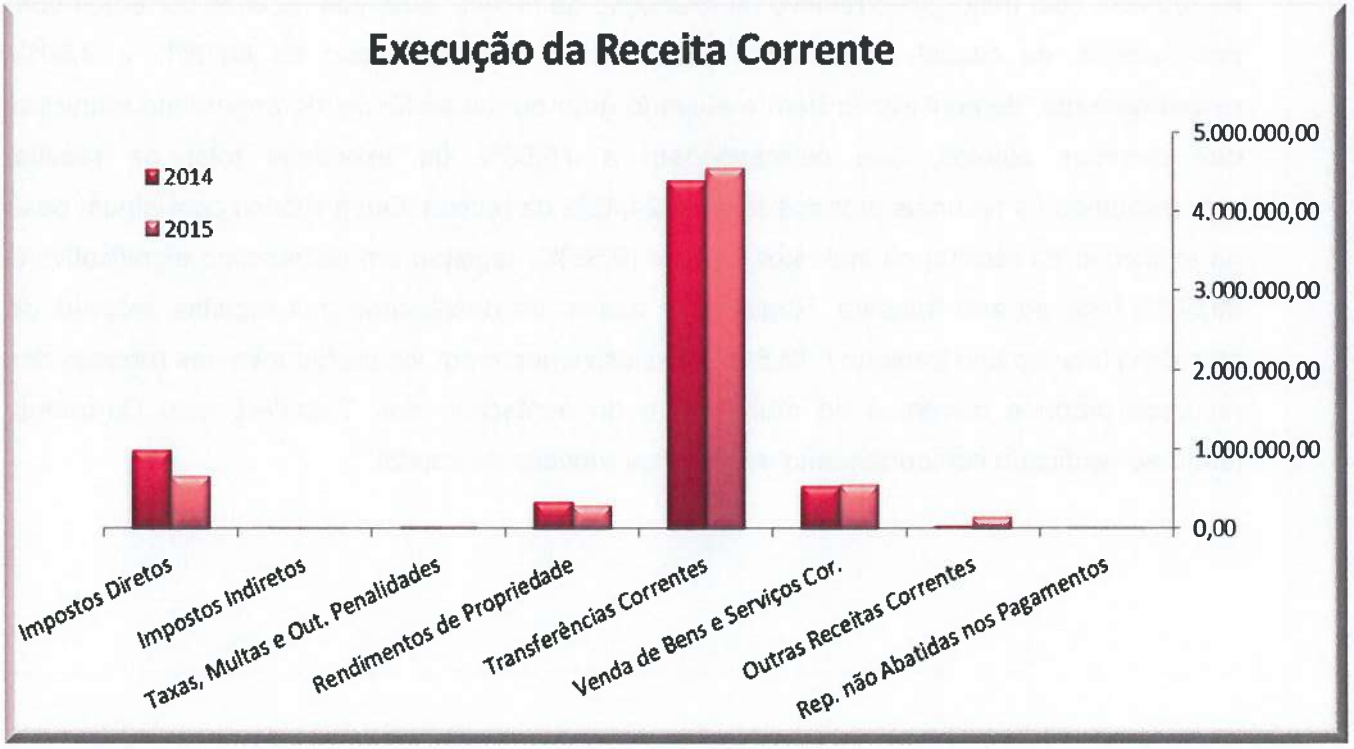


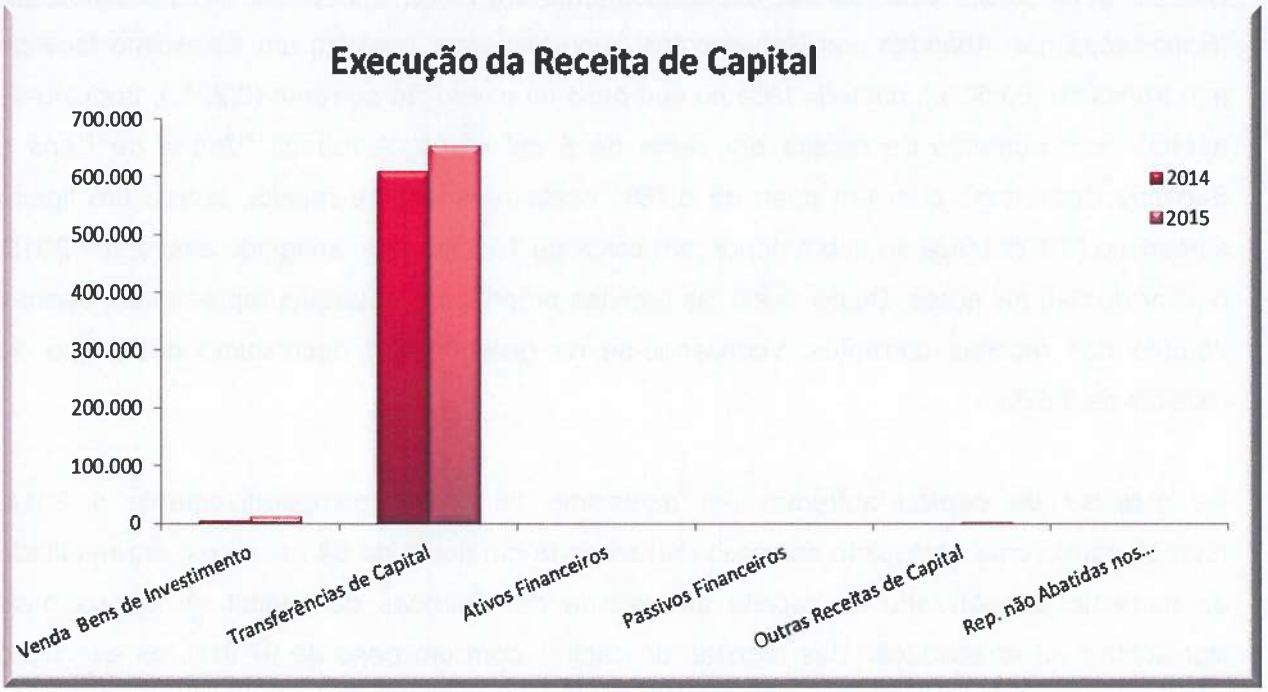
As receitas correntes contribuíram em 90,30% para a execução do orçamento, enquanto as receitas de capital contribuíram com 9,70%.

As rubricas com maior peso relativo na execução da receita, quer das receitas correntes quer das receitas de capital, foram as Transferências, com um peso de 66,06% e 9,50%, respetivamente, demonstrando bem o elevado grau de dependência do orçamento municipal dos recursos alheios, que correspondem a 75,55% da execução total da receita, representando os recursos próprios apenas 24,45% da receita. Outra rubrica com algum peso na execução da receita, os Impostos Diretos (9,53%), registou um decréscimo significativo (-33,50%) face ao ano transato. Registou-se assim um decréscimo das receitas próprias do município face ao ano transato (-12,64%), exclusivamente por via da redução das rubricas dos recursos próprios correntes do município e do acréscimo das Transferências Correntes, tendo-se verificado comportamento inverso nas rubricas de capital.

4.1.3.2. ANÁLISE DETALHADA DO ORÇAMENTO DA RECEITA

Capítulos da Receita	Execução 2014		Execução 2015		Variação 2014/2015	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Receitas Correntes						
Impostos Diretos	987.026,40	15,64	656.371,40	10,55	-330.655,00	-33,50
Impostos Indiretos	6.927,99	0,11	5.285,56	0,08	-1.642,43	-23,71
Taxas, Multas e Outras Penalidades	22.902,79	0,36	23.118,16	0,37	215,37	0,94
Rendimentos de Propriedade	337.577,66	5,35	284.549,05	4,57	-53.028,61	-15,71
Transferências Correntes	4.388.210,42	69,53	4.550.395,00	73,15	162.184,58	3,70
Venda de Bens e Serviços Correntes	529.716,52	8,39	546.123,30	8,78	16.406,78	3,10
Outras Receitas Correntes	30.216,15	0,48	141.096,78	2,27	110.880,63	366,96
Reposições não abatidas pagamentos	8.390,52	0,13	13.721,23	0,22	5.330,71	63,53
Total Receitas Correntes	**6.310.968,45**	**100,00**	**6.220.660,48**	**100,00**	**-90.307,97**	**-1,43**
Receitas Capital						
Vendas de Bens de Investimento	5.053,00	0,82	12.436,50	1,86	7.383,50	146,12
Transferências de Capital	608.991,06	99,18	654.115,71	97,91	45.124,65	7,41
Ativos Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Passivos Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	1500,00	0,22	1.500,00	0,22
Reposições não abatidas pagamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total Receitas de Capital	**614.044,06**	**100,00**	**668.052,21**	**100,00**	**54.008,15**	**8,80**
TOTAL RECEITAS CORRENTES E CAPITAL	**6.925.012,51**		**6.888.712,69**		**-36.299,82**	**-0,52**





De um modo geral, as receitas sofreram uma ligeira redução em cerca de 36 mil euros (-0,52%). Esta situação resultou da redução verificada nas receitas correntes, que sofreram um decréscimo em cerca de 90 mil euros (-1,43%), tendo mesmo as receitas de capital registado um acréscimo em cerca de 54 mil euros (8,80%).

Comparativamente ao ano anterior, as ***receitas correntes*** sofreram uma redução em cerca de 90 mil euros, devido ao decréscimo de várias rubricas com algum peso na execução corrente, apesar da rubrica com maior peso nesta natureza da receita (73,15%), as "Transferências Correntes", terem sofrido um aumento em cerca de 162 mil euros (3,70%), por via do aumento registado nas transferências do orçamento do estado, tendo mesmo reduzido o montante arrecadado de transferências comunitárias, atingindo assim a rubrica o valor de 4.550 mil euros. O maior decréscimo (-33,50%), em cerca de 331 mil euros ocorreu na rubrica "Impostos Diretos", passando esta a representar 10,55% da receita corrente e a registar um valor arrecadado em cerca de 656 mil euros, devido à redução da receita arrecadada de Derrama e IMT. Igualmente as rubricas "Impostos Indiretos" e "Rendimentos de Propriedade", viram reduzir o montante de receita arrecadado em 23,71% e 15,71%, mas face ao seu peso na execução corrente (0,08% e 4,57%), tiveram diferente impacto na execução desta natureza da receita, representando esta última uma redução em cerca de 53 mil euros. O maior acréscimo percentual registou-se nas "Outras Receitas Correntes" (366,96%), rubrica cujo peso na execução corrente é de 2,27%, traduzindo-se num aumento em cerca de 111 mil euros, por via do registo do reembolso do IVA, valor esse que foi restituído à Autoridade Tributaria, na sequência do processo de aplicação de uma nova metodologia de dedução do

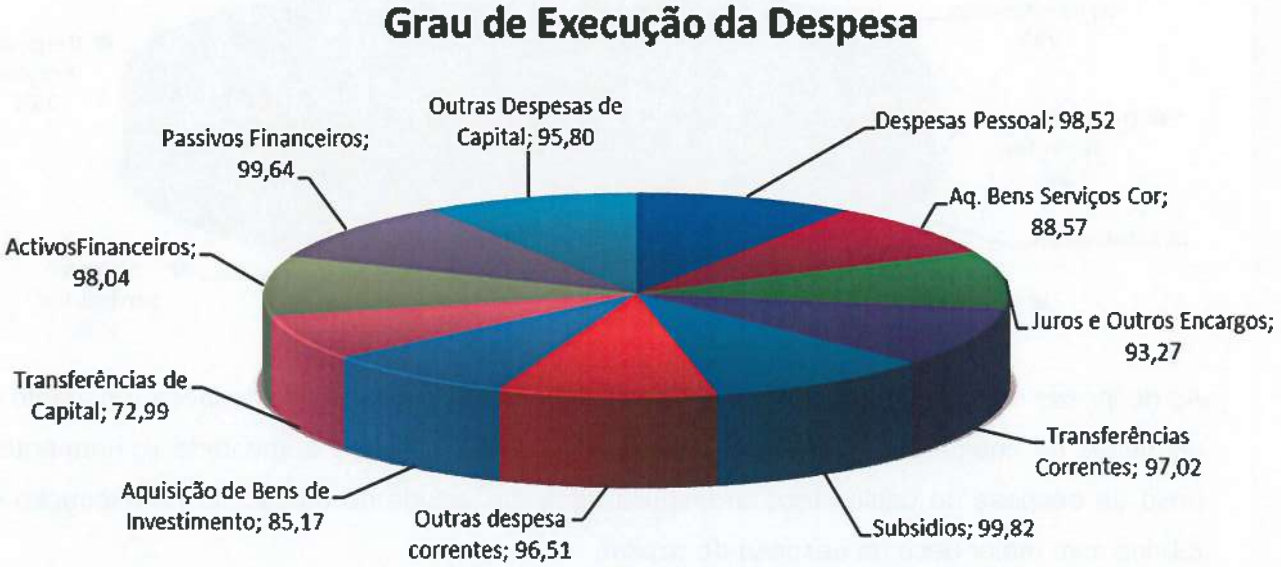
IVA, atingindo assim esta rubrica, excecionalmente em 2015, o valor de 141 mil euros. As "Reposições não Abatidas nos Pagamentos" representaram também um acréscimo face ao ano transacto (63,53%), contudo face ao seu peso na execução corrente (0,22%), traduziu-se apenas num aumento de receita em cerca de 5 mil euros. A rubrica "Venda de Bens e Serviços Correntes", com um peso de 8,78% nesta natureza de receita, sofreu um ligeiro acréscimo (3,10%) face ao ano anterior, em cerca de 16 mil euros, atingindo assim, em 2015, o valor de 546 mil euros. Deste modo, as receitas próprias da autarquia representam apenas 26,85% das receitas correntes, verificando-se na gerência um decréscimo deste tipo de receitas de 3,62%.

As ***receitas de capital*** sofreram um acréscimo de 8,80% comparativamente a 2014, representando uma acréscimo da receita arrecadada em cerca de 54 mil euros, em resultado do aumento generalizado da receita arrecadada das rubricas de capital. A rubrica mais significativa na arrecadação das receitas de capital, com um peso de 97,91% na execução desta natureza, as "Transferências de Capital", registou um acréscimo em cerca de 45 mil euros (7, 41%), atingindo assim, em 2015, o valor de 654 mil euros, por via do aumento da receita arrecadada dos fundos comunitários e do Fundo de Equilíbrio Financeiro. O maior acréscimo percentual, face ao valor arrecadado no ano transacto, em 146,12%, ocorreu na rubrica "Venda de Bens de Capital, mas em função do seu peso na execução da receita de capital (1,86%), apenas representou um aumento da receita em cerca 7 mil euros. O acréscimo extraordinário registado na execução das "Outras Receitas de Capital" deveu-se à devolução de um subsídio não prevista. Por conseguinte, contrariamente ao que se registou nas receitas correntes, as receitas próprias de capital sofreram um acréscimo de 1,26%, passando os recursos alheios a representar 97,91 % das receitas de capital do Município.

4.1.4. DESPESA

4.1.4.1. ANÁLISE DA EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DA DESPESA

Capítulos da Despesas	Dotação Corrigida	Execução	Grau de execução (%)	Peso relativo na execução (%)
Despesas Correntes				
Despesas Pessoal	2.507.849,00	2.470.756,72	98,52	34,57
Aquisição de Bens e Serviços	2.049.243,00	1.815.102,01	88,57	25,39
Juros e Outros Encargos	5.120,00	4.775,31	93,27	0,07
Transferências Correntes	597.378,00	579.599,59	97,02	8,11
Subsídios	24.800,00	24.756,30	99,82	0,35
Outras Despesa Correntes	218.490,00	210.871,08	96,51	2,95
Total Despesas Correntes	**5.402.880,00**	**5.105.861,01**	**94,50**	**71,43**
Despesas Capital				
Aquisição de Bens de Capital	2.046.650,00	1.743.033,01	85,17	24,38
Transferências de Capital	161.300,00	117.735,19	72,99	1,65
Ativos Financeiros	51.020,00	50.020,00	98,04	0,70
Passivos Financeiros	126.600,00	126.147,65	99,64	1,76
Outras Despesas de Capital	5.450,00	5.221,03	95,80	0,07
Total Despesas Capital	**2.391.020,00**	**2.042.156,88**	**85,41**	**28,57**
TOTAL DESPESAS CORRENTES CAPITAL	**7.793.900,00**	**7.148.017,89**	**91,71**	**100,00**



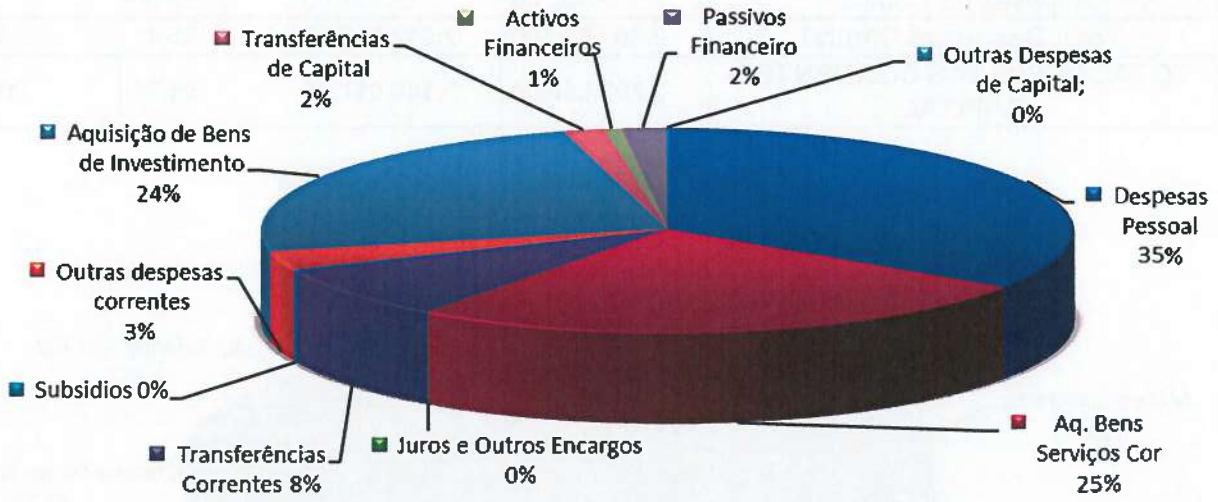
As despesas atingiram uma execução global de 91,71% do valor orçado, tendo-se registado um aumento na execução da despesa corrente e de capital.

As ***despesas correntes*** foram executadas a em 94,50% em relação ao previsto, tendo-se verificado uma execução média das várias rubricas da despesa de 95,62%, com todas as rubricas a registarem uma execução acima dos 88%. As rubricas que apresentam maior peso na execução corrente, são as "Despesas com Pessoal", que atingiram uma execução face ao

previsto de 98,52%, a que correspondeu um valor despendido de 2.471 mil euros e a "Aquisição de Bens e Serviços Corrente", que obtiveram uma execução de 88,57%, atingindo o valor de 1.815 mil euros. As "Transferência correntes", com um peso de 11,35% na execução da despesa corrente, apresentaram uma execução de 97,02%, registando, em 2015, o valor de 580 mil euros.

Nas ***despesas de capital*** verificou-se uma execução de 85,41% em virtude da rubrica com maior peso na execução de capital (85,35%), a "Aquisição de Bens de Investimentos", ter alcançado uma execução de 85,17% face ao previsto, ou seja, cerca de 1.743 mil euros, tendo-se verificado uma execução média das várias rubricas da despesa de capital de 75,27%. A rubrica que obteve maior execução face ao previsto foi os "Passivos Financeiros" (99,64%), contudo, dado o seu peso na execução da despesa desta natureza (6,18%), o valor atingido, cerca de 126 mil euros, não foi muito significativo. As "Transferências de Capital", que representaram 5,77% da execução da despesa de capital, atingiram uma execução de 72,99 % face ao previsto, correspondendo a cerca de 118 mil euros.

Peso Relativo por Rubricas



As despesas correntes representaram 71,43% do total da execução da despesa, enquanto as despesas de capital obtiveram uma execução de 28,57%, tendo aumentado ligeiramente o peso da despesa de capital face à despesa total, em virtude do acréscimo na execução da rubrica com maior peso na despesa de capital.

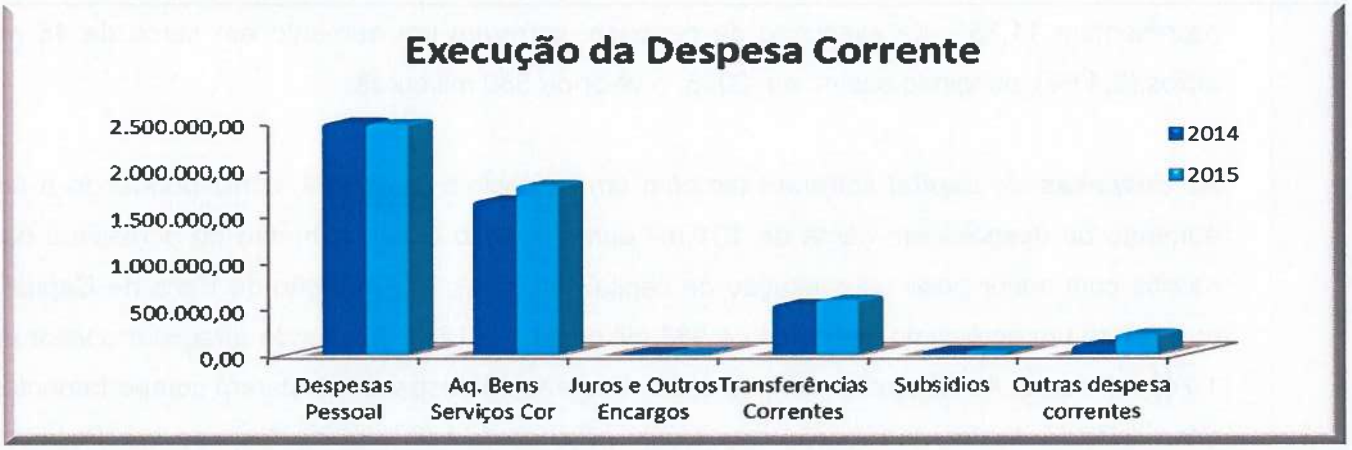
As rubricas com maior peso na execução corrente foram, como seria previsível, as "Despesas de Pessoal" (34,57%) e a "Aquisição de Bens e Serviços" (25,39%), repartindo-se os restantes 11,47% pelas outras rubricas correntes, com maior incidência para as "Transferências Correntes" (8,11%).

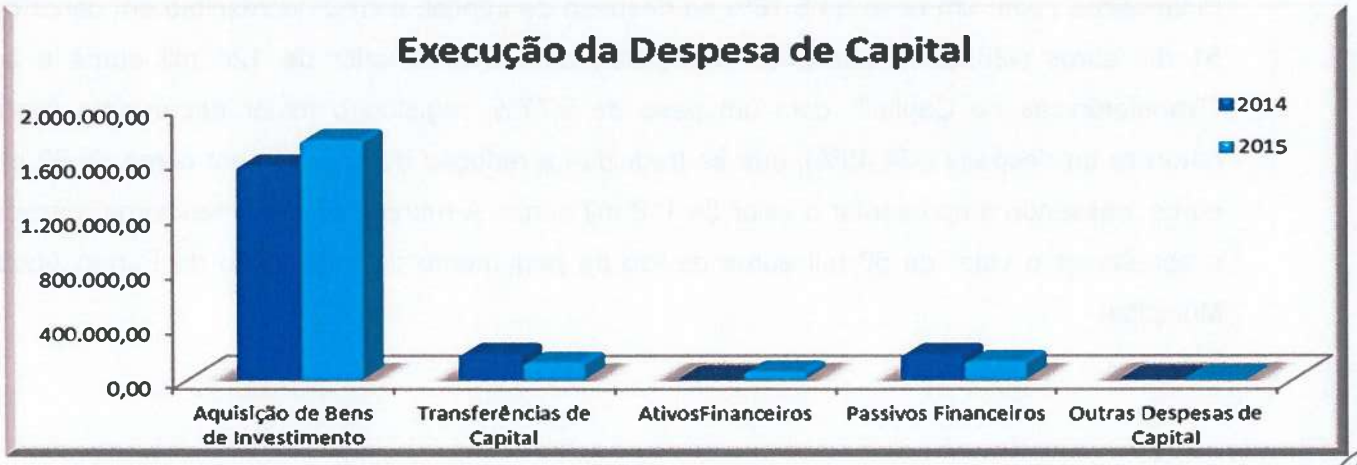
Nas despesas de capital, a rubrica com maior peso na execução desta natureza, a "Aquisição de Bens de Capital" obteve a quase totalidade da execução de capital, com um peso de 24,38%, repartindo-se a restante execução pelas rubricas "Passivos Financeiros" e

"Transferências de Capital", com uma execução de 1,76% e 1,65%, respetivamente, apresentando as restantes rubricas valores residuais.

4.1.4.2. ANÁLISE DETALHADA DO ORÇAMENTO DA DESPESA

Capítulos da despesa	Execução 2014		Execução 2015		Variação 2014/2015	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Despesas Correntes						
Despesas Pessoal	2.482.743,19	48,63	2.470.756,72	48,39	-11.986,47	-0,48
Aquisição de Bens e Serviços	1.646.685,77	32,25	1.815.102,01	35,55	168.416,24	10,23
Juros e Outros Encargos	6.633,73	0,13	4.775,31	0,09	-1.858,42	-28,01
Transferências Correntes	534.546,08	10,47	579.599,59	11,35	45.053,51	8,43
Subsídios	21.894,30	0,43	24.756,30	0,48	2.862,00	13,07
Outras Despesa Correntes	94.636,14	1,85	210.871,08	4,13	116.234,94	122,82
Total Despesas Correntes	**4.787.139,21**	**100,00**	**5.105.861,01**	**100,00**	**318.721,80**	**6,66**
Despesas Capital						
Aquisição de Bens de Capital	1.554.623,37	76,13	1.743.033,01	85,35	188.409,64	12,12
Transferências de Capital	179.727,63	8,80	117.735,19	5,77	-61.992,44	-34,49
Ativos Financeiros	0,00	0,00	50.020,00	2,45	50.020,00	ss
Passivos Financeiros	176.733,25	8,65	126.147,65	6,18	-50.585,60	-28,62
Outras Despesas de Capital	0,00	0,00	5.221,03	0,26	5.221,03	ss
Total Despesas Capital	**1.911.084,25**	**100,00**	**2.042.156,88**	**100,00**	**131.072,63**	**6,86**
TOTAL DESPESAS CORRENTES E CAPITAL	**6.698.223,46**		**7.148.017,89**		**449.794,43**	**6,72**





De um modo geral, as despesas sofreram um aumento de 6,72% relativamente ao ano transato, correspondendo a um acréscimo em cerca de 450 mil euros, para o qual contribuiu quer o acréscimo quer da despesa corrente (6,66%), quer da despesa de capital (6,86%).

A ***despesa corrente***, sofreu um acréscimo em cerca de 319 mil euros, correspondendo a uma variação de 6,66% face ao ano transato, devido ao aumento generalizado das rubricas desta natureza da despesa, à exceção da rubrica com maior peso na execução corrente, as "Despesas com Pessoal", com um peso de 48,39%, que sofreu um ligeiro decréscimo (-0,48%) de 12 mil euros, atingindo assim, em 2015, o valore de 2.471 mil euros e da rubrica "Juros e Outros Encargos", que registou um decréscimo de 28,01%, mas face ao seu peso na estrutura da despesa corrente, não teve impacto na execução corrente. A rubrica que apresentou maior acréscimo de valor foi a "Aquisições de Bens e Serviços Correntes", rubrica com um peso significativo na execução da despesa corrente, que sofreu um aumento em cerca de 168 mil euros (10,23%), passando a registar o valor de 1.815 mil euros e a representar 35,55% da execução corrente. O maior acréscimo percentual das despesas correntes (122,82%) ocorreu na rubrica "Outras Despesas Correntes", por via da restituição do reembolso do IVA, rubrica com um peso de 4,13% na execução corrente, correspondendo a um aumento de valor em cerca de 116 mil euros. As "Transferências Correntes", que representam 11,35% da execução da despesa, sofreram um aumento em cerca de 45 mil euros (8,43%), atingindo assim, em 2015, o valor de 580 mil euros.

As ***despesas de capital*** sofreram também um acréscimo de 6,86%, correspondendo a um aumento da despesa em cerca de 131 mil euros, reflexo essencialmente do acréscimo das rubrica com maior peso na execução de capital (85,35%), a "Aquisição de Bens de Capital", que sofreu um acréscimo em cerca de 188 mil euros (12,12%), passando a registar o valor de 1.743 mil euros. As restantes rubricas desta natureza da despesa registaram comportamentos diferenciados. Assim, as rubricas com algum peso nesta estrutura da despesa, os "Passivos Financeiros", com um peso de 6,18% na despesa de capital, sofreu decréscimo em cerca de 51 mil euros (-28,62%), passando a registar, em 2015, o valor de 126 mil euros e as "Transferências de Capital", com um peso de 5,77%, registou o maior decréscimo nesta natureza da despesa (-34,48%), que se traduziu na redução da despesa em cerca de 62 mil euros, passando a apresentar o valor de 118 mil euros. A rubrica "Ativos Financeiros" passou a apresentar o valor de 50 mil euros devido ao pagamento da subscrição do Fundo Apoio Municipal.

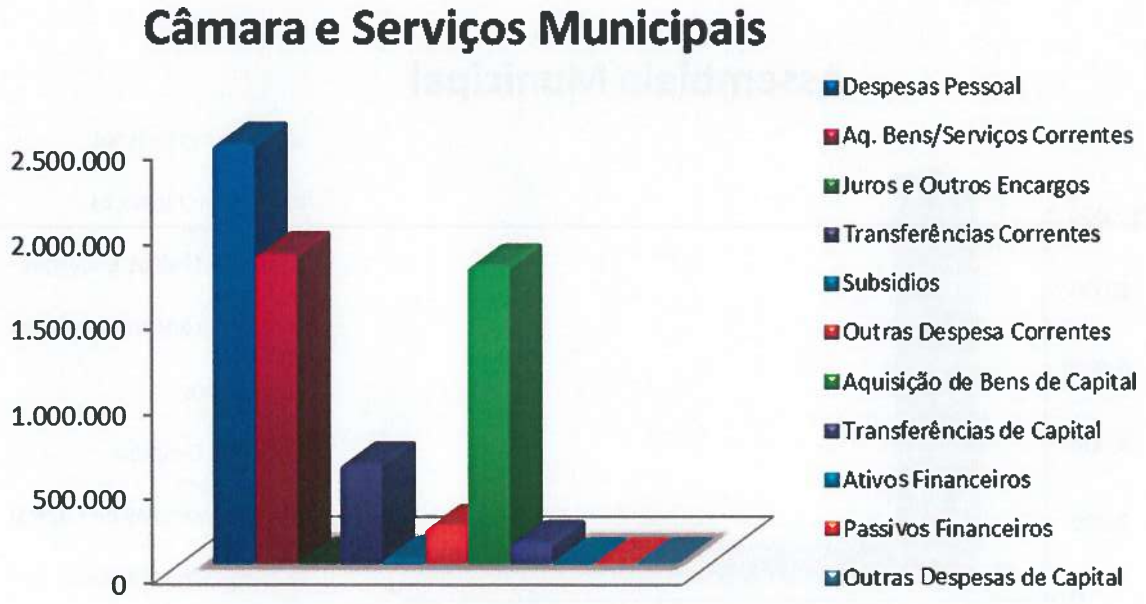
4.1.4.3. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL POR CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA

Execução Orçamental da Assembleia Municipal (0101)

Capítulos da Despesa	Dotação Corrigida	Execução	Peso relativo na execução (%)
Despesas Correntes			
Despesas Pessoal	14.400,00	9.811,46	100,00
Aq. Bens/Serviços Correntes	600,00	0,00	0,00
Juros e Outros Encargos	0,00	0,00	0,00
Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00
Subsídios	0,00	0,00	0,00
Outras Despesa Correntes	0,00	0,00	0,00
Total Despesas Correntes	**15.000,00**	**9.811,46**	**100,00**
Despesas Capital			
Aquisição de Bens de Capital	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00
Ativos Financeiros	0,00	0,00	0,00
Passivos Financeiros	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00
Total Despesas Capital	**0,00**	**0,00**	**0,00**
TOTAL DESPESAS CORRENTES E CAPITAL	**15.000,00**	**9.811,46**	**100,00**

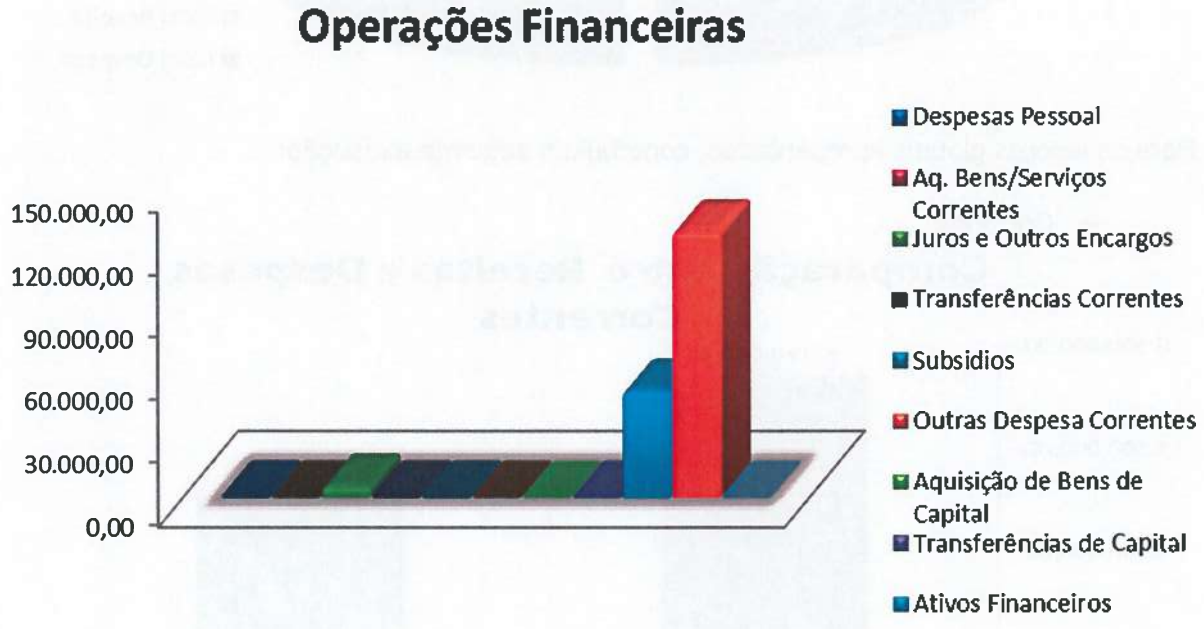
Execução Orçamental da Câmara Municipal e Serviços Municipais (0102)

Capítulos da Despesas	Dotação Corrigida	Execução	Peso relativo na execução (%)
Despesas Correntes			
Despesas Pessoal	2.493.449,00	2.460.945,26	35,37
Aq. Bens/Serviços Correntes	2.048.643,00	1.815.102,01	26,09
Juros e Outros Encargos	0,00	0,00	0,00
Transferências Correntes	597.378,00	579.599,59	8,33
Subsídios	24.800,00	24.756,30	0,36
Outras Despesa Correntes	218.490,00	210.871,08	3,03
Total Despesas Correntes	**5.382.760,00**	**5.091.274,24**	**73,18**
Despesas Capital			
Aquisição de Bens de Capital	2.046.650,00	1.743.033,01	25,05
Transferências de Capital	161.300,00	117.735,19	1,69
Ativos Financeiros	0,00	0,00	0,00
Passivos Financeiros	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas de Capital	5.250,00	5.221,03	0,08
Total Despesas Capital	**2.213.200,00**	**1.865.989,23**	**26,82**
TOTAL DESPESAS CORRENTES E CAPITAL	**7.595.960,00**	**6.957.263,47**	**100,00**



Execução Orçamental das Operações Financeiras (0103)

Despesas Correntes	Dotação Corrigida	Execução	Peso relativo na execução (%)
Despesas Correntes			
Despesas Pessoal	0,00	0,00	0,00
Aq. Bens/Serviços Correntes	0,00	0,00	0,00
Juros e Outros Encargos	5.120,00	4.775,31	2,64
Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00
Subsídios	0,00	0,00	0,00
Outras Despesa Correntes	0,00	0,00	0,00
Total Despesas Correntes	**5.120,00**	**4.775,31**	**2,64**
Despesas Capital			
Aquisição de Bens de Capital	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00
Ativos Financeiros	51.020,00	50.020,00	28,39
Passivos Financeiros	126.600,00	126.147,65	69,72
Outras Despesas de Capital	200,00	0,00	0,00
Total Despesas Capital	**177.820,00**	**176.167,65**	**97,36**
TOTAL DESPESAS CORRENTES E CAPITAL	**182.940,00**	**180.942,96**	**100,00**

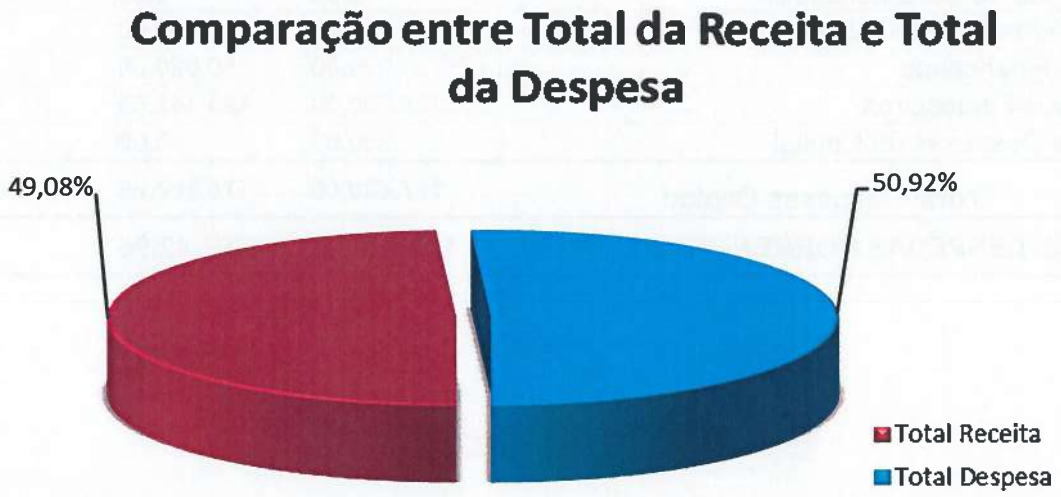


4.1.5. COMPARAÇÃO ENTRE RECEITAS E DESPESAS

Na gerência de 2015 verificou-se um saldo de ***€ -259.305,20*** sendo que € 1.114.799,47 tem natureza corrente e € -1.374.104,67 tem natureza de capital, resultante da diferença entre as receitas cobradas, que atingiram o valor de € 6.888.712,69 e as despesas realizadas cujo montante foi de € 7.148.017,89.

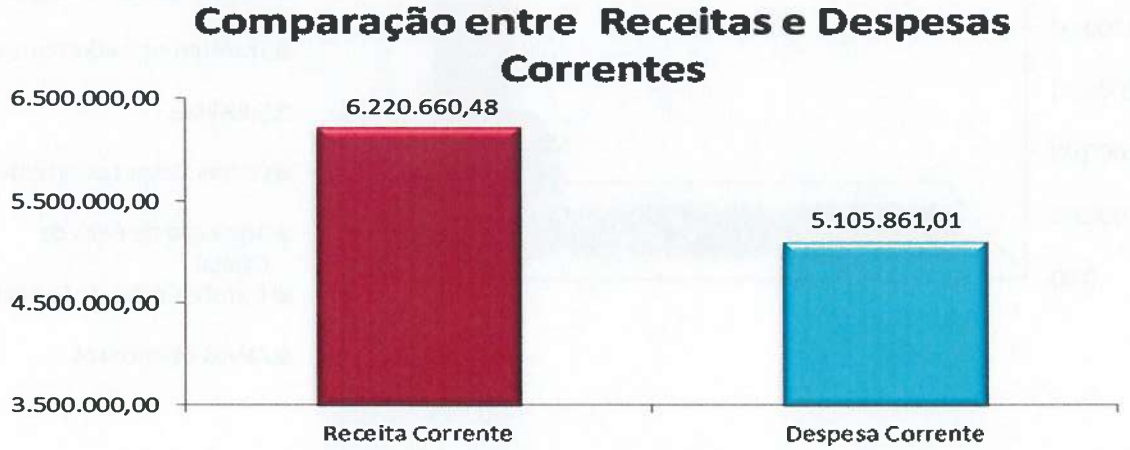
Tendo em conta o valor do saldo da gerência anterior de € 1.885.372,53, dos quais € 1.510.002,43 são de natureza corrente e € 375.370,10 de capital, o saldo que transita para 2016 será de ***€ 1.626.067,33.*** Transita igualmente, como encargos assumidos e não pagos, o valor de € 72.015,91.

Receita Total/Despesa Total



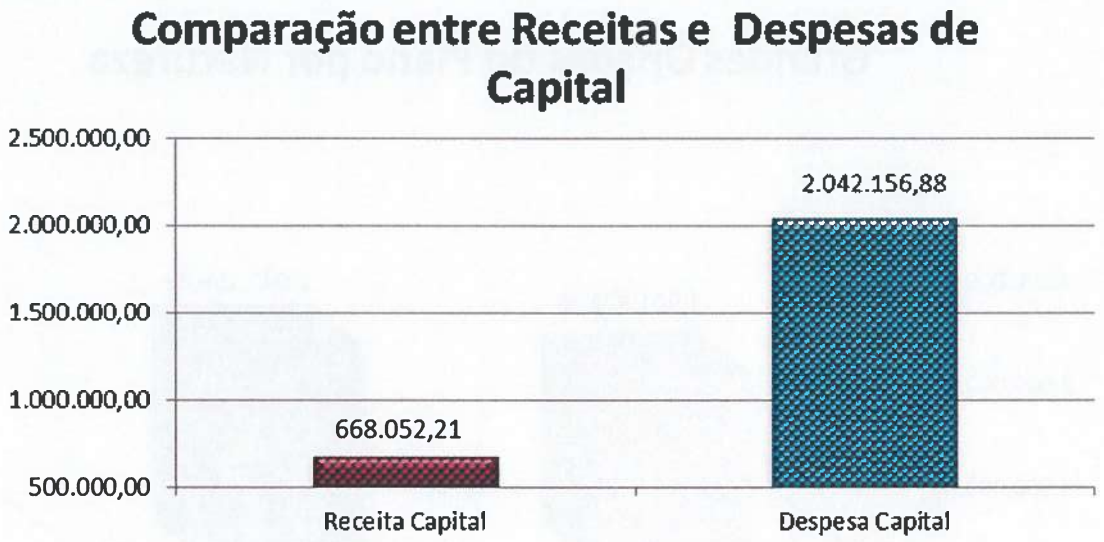
Para os valores globais apresentados, contribuiu a seguinte execução:

- Corrente:



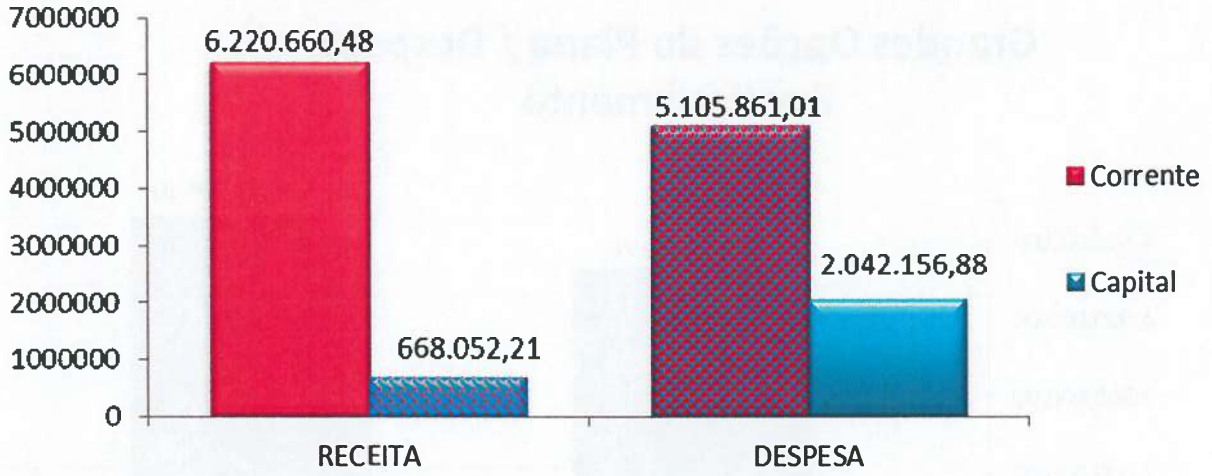
A receita corrente foi de € 6.220.660,48 e a despesa corrente de € 5.105.861,01, resultando um ***saldo corrente*** de **€ 1.114.799,47.**

- Capital



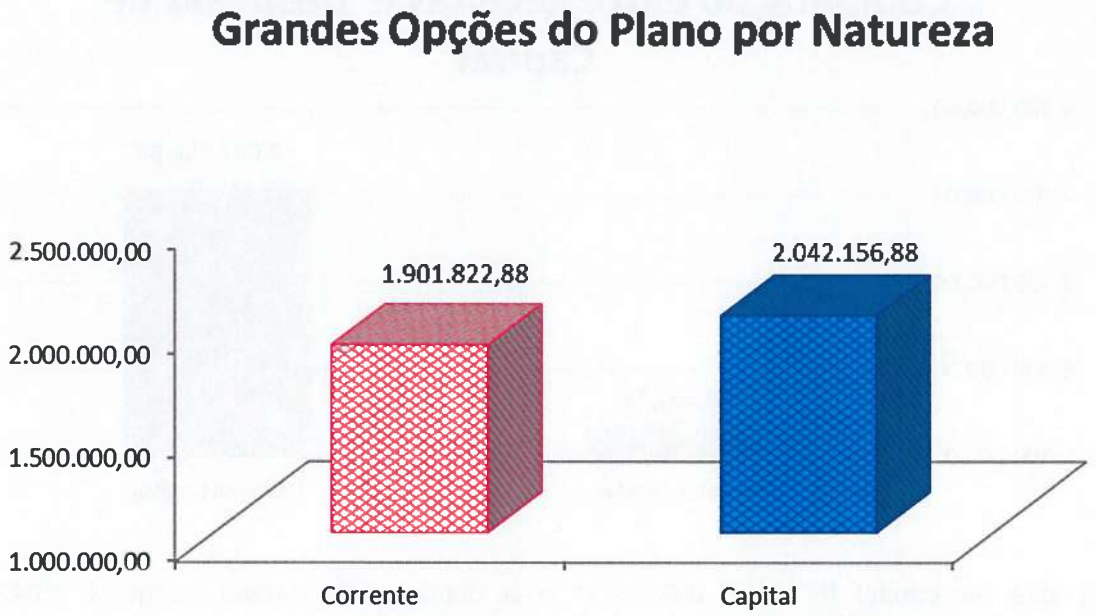
A receita de capital foi de **€** 668.052,21 e a despesa de capital atingiu **€** 2.042.156,88, resultando um **saldo de capital** de **€** -1.374.104,67.

Comparando as receitas e despesas por natureza, obtemos o seguinte gráfico:

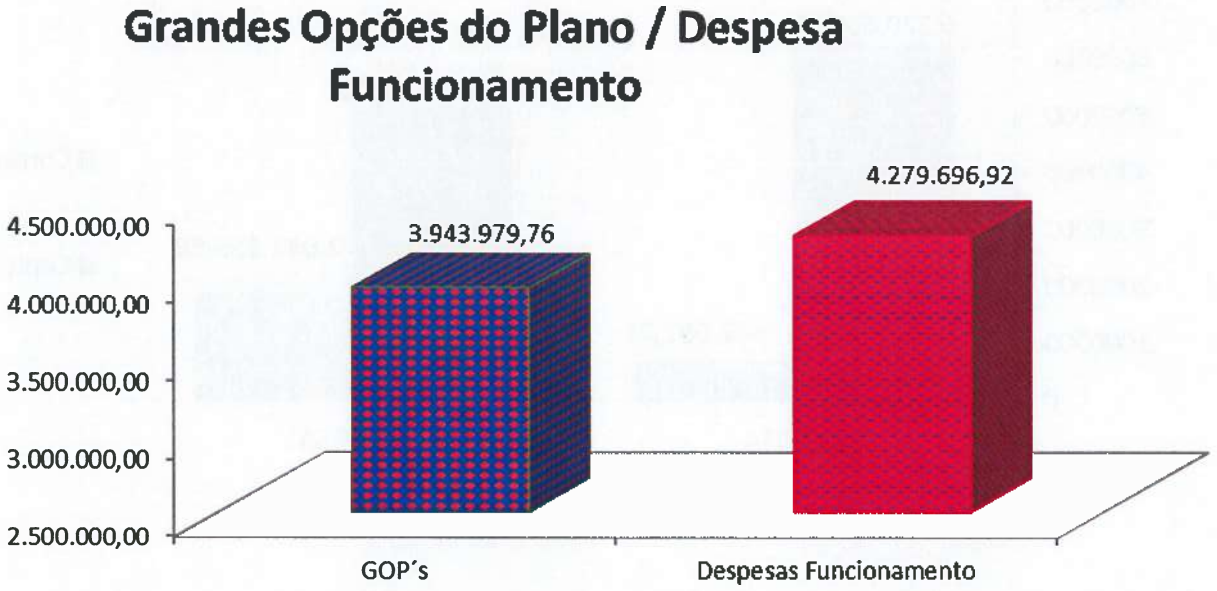


4.1.6. ORÇAMENTO / GRANDES OPÇÕES DO PLANO

Em 2015 as Grandes Opções do Plano totalizam **€ 3.943.979,76**, correspondendo a 55,18% da despesa executada, que atingiu o valor de € 7.148.017,89. Daquele valor, € 1.901.822,88 respeita a despesa corrente e € 2.042.156,88 tem a natureza de capital.



Por sua vez, as despesas de funcionamento, calculadas pela diferença entre o Orçamento e as Grandes Opções do Plano, deduzido das despesas de funcionamento inscritas neste documento, atingiram € 4.279.696,92, ou seja 59,87% da execução do orçamento da despesa, conforme se pode observar no gráfico abaixo apresentado.

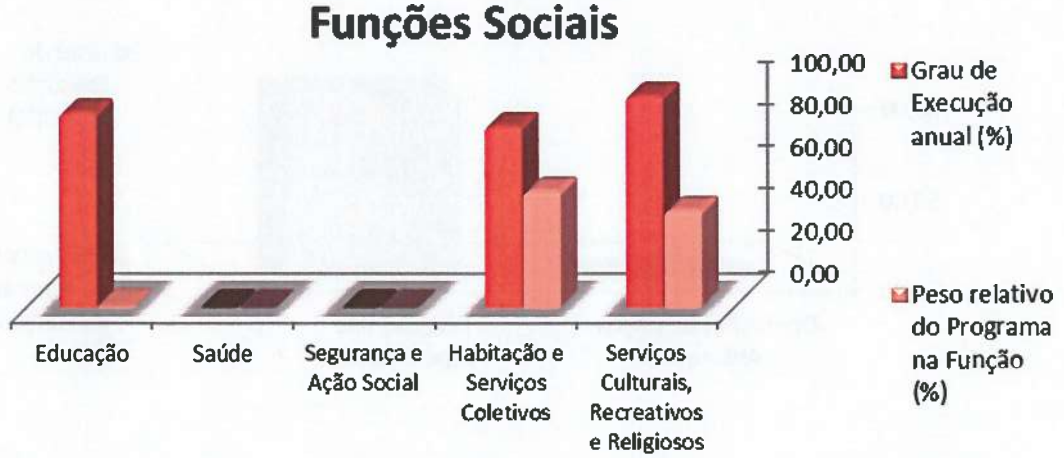


4.2. GRANDES OPÇÕES DO PLANO

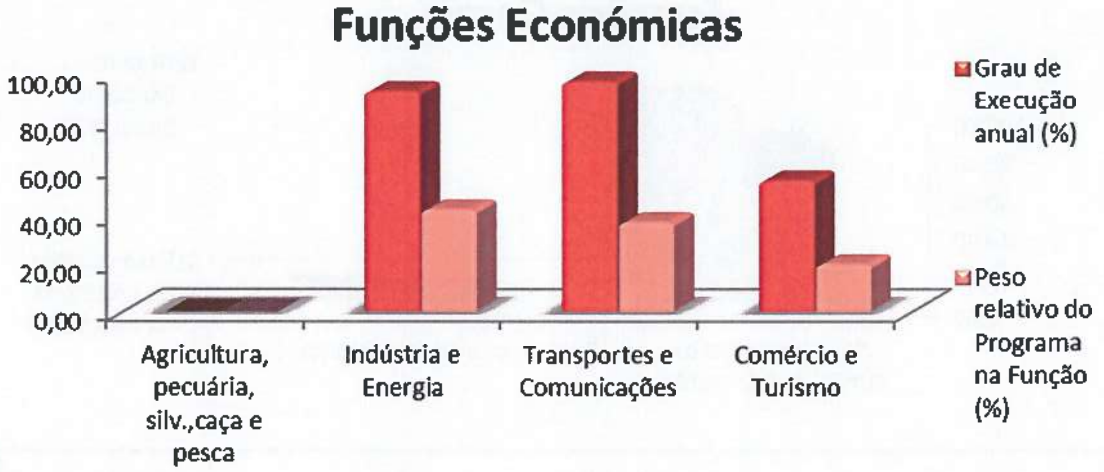
4.2.1. EXECUÇÃO DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS (PPI)

Classificação Funcional	Previsão	Execução	Grau de Execução anual (%)	Peso relativo do Programa na Função (%)
Funções Gerais	**425.800,00**	**329.263,47**	**77,33**	**100,00**
Serviços Gerais da Administração Pública	425.800,00	329.263,47	77,33	100,00
Segurança e Ordem Pública	0,00	0,00	ss	0,00

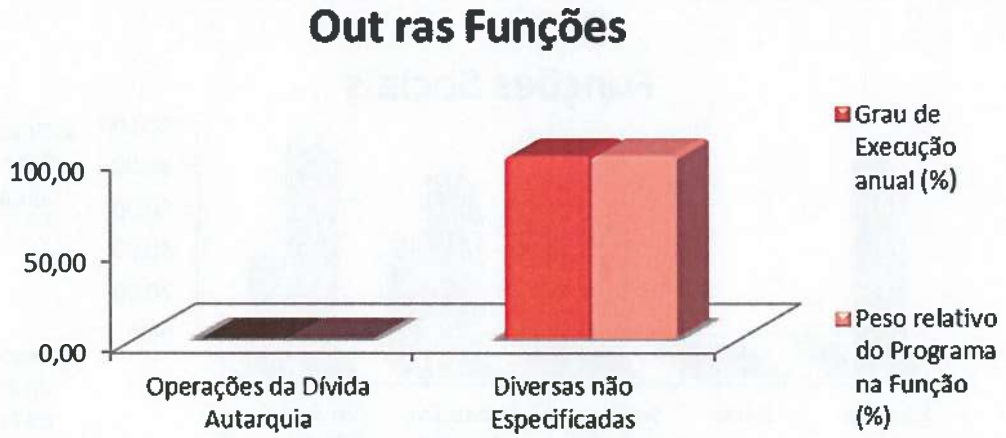
Classificação Funcional	Previsão	Execução	Grau de Execução anual (%)	Peso relativo do Programa na Função (%)
Funções Sociais	**1.042.050,00**	**944.700,95**	**90,66**	**100,00**
Educação	6.900,00	6.283,84	91,07	0,67
Saúde	0,00	0,00	ss	0,00
Segurança e Ação Social	0,00	0,00	ss	0,00
Habitação e Serviços Coletivos	604.150,00	512.060,85	84,76	54,20
Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos	431.000,00	426.356,26	98,92	45,13



Classificação Funcional	Previsão	Execução	Grau de Execução anual (%)	Peso relativo do Programa na Função (%)
Funções Económicas	**452.400,00**	**374.499,72**	**82,78**	**100,00**
Agricultura, Pecuária, Silvic.,Caça e Pesca	400,00	0,00	0,00	0,00
Indústria e Energia	173.000,00	160.294,89	92,66	42,80
Transportes e Comunicações	145.000,00	140.368,57	96,81	37,48
Comércio e Turismo	134.000,00	73.836,26	55,10	19,72

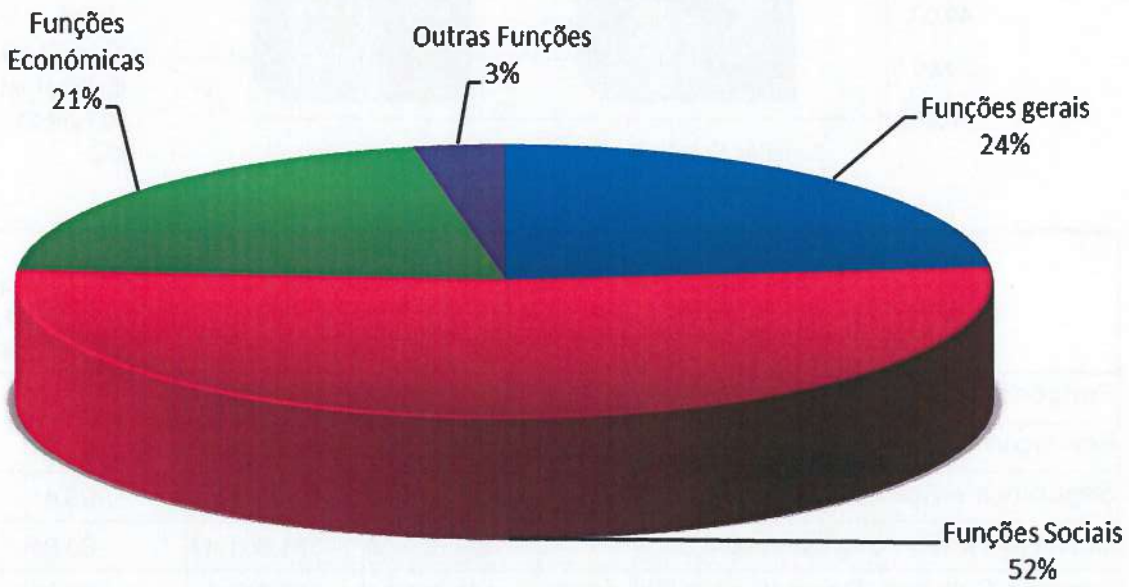


Classificação Funcional	Previsão	Execução	Grau de Execução anual (%)	Peso relativo do Programa na Função (%)
Outras Funções	**55.270,00**	**55.241,03**	**99,95**	**100,00**
Operações da Dívida Autarquia	0,00	0,00	0,00	0,00
Diversas não Especificadas	55.270,00	55.241,03	99,95	100,00



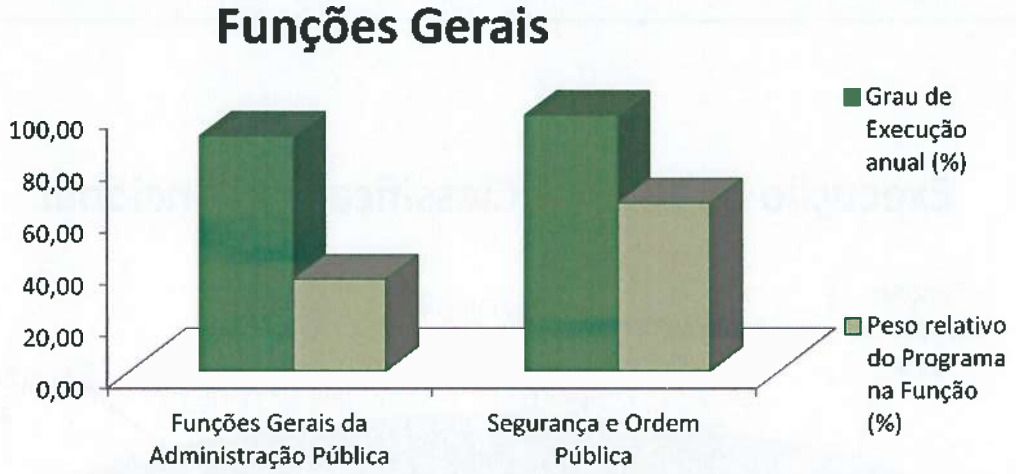
Classificação Funcional	Previsão	Execução	Grau de Execução anual (%)	Peso Relativo da Função na execução (%)
Funções gerais	552.200,00	423.832,34	76,75	23,57
Funções Sociais	1.042.050,00	944.700,95	90,66	52,53
Funções Económicas	452.400,00	374.499,72	82,78	20,83
Outras Funções	55.270,00	55.241,03	99,95	3,07
Total do PPI	**2.101.920,00**	**1.798.274,04**	**85,55**	**100,00**

Execução do PPI por Classificação Funcional

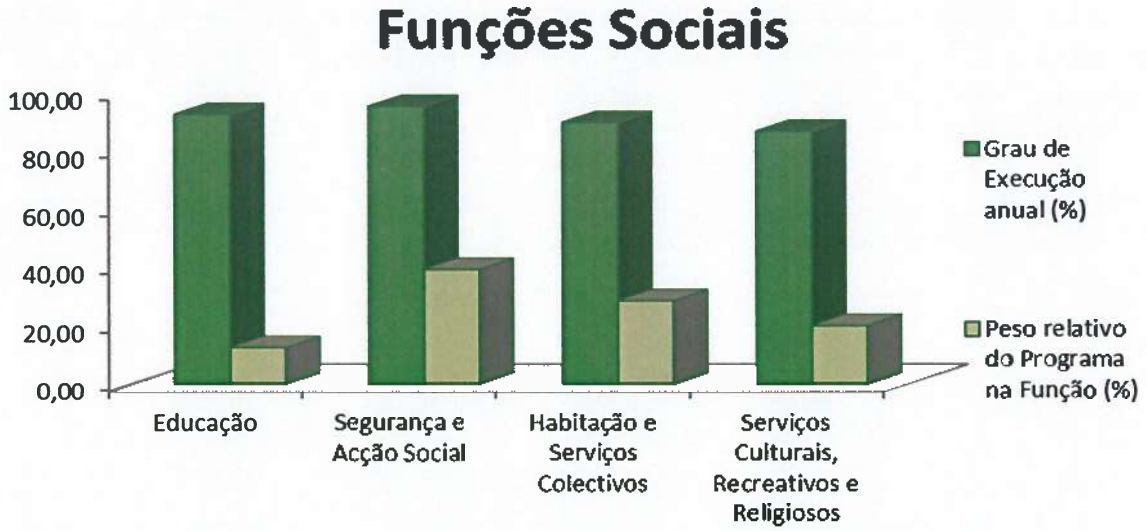


4.2.2. EXECUÇÃO DO PLANO ATIVIDADES MUNICIPAIS (PAM)

Classificação Funcional	Previsão	Execução	Grau de Execução anual (%)	Peso relativo do Programa na Função (%)
Funções Gerais	**134.700,00**	**128.621,62**	**95,49**	**100,00**
Funções Gerais da Administração Pública	50.200,00	45.421,62	90,48	35,31
Segurança e Ordem Pública	84.500,00	83.200,00	98,46	64,69

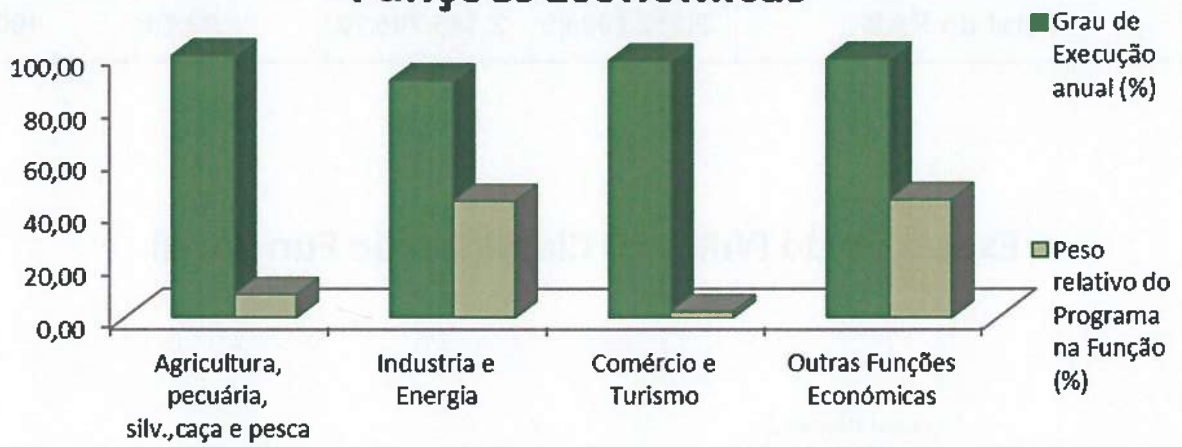


Classificação Funcional	Previsão	Execução	Grau de Execução anual (%)	Peso relativo do Programa na Função (%)
Funções Sociais	**1.461.620,00**	**1.339.228,91**	**91,63**	**100,00**
Educação	178.310,00	165.124,66	92,61	12,33
Segurança e Ação Social	551.410,00	526.078,84	95,41	39,28
Habitação e Serviços Coletivos	424.800,00	381.501,47	89,81	28,49
Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos	307.100,00	266.523,94	86,79	19,90



Classificação Funcional	Previsão	Execução	Grau de Execução anual (%)	Peso relativo do Programa na Função (%)
Funções Económicas	**431.010,00**	**407.531,75**	**94,55**	**91,25**
Agricultura, Pecuária, Silvic.,Caça e Pesca	35.850,00	35.652,94	99,45	8,75
Indústria e Energia	200.000,00	180.063,20	90,03	44,18
Comércio e Turismo	9.600,00	9.361,57	97,52	2,30
Outras Funções Económicas	185.560,00	182.454,04	98,33	44,77

Funções Económicas

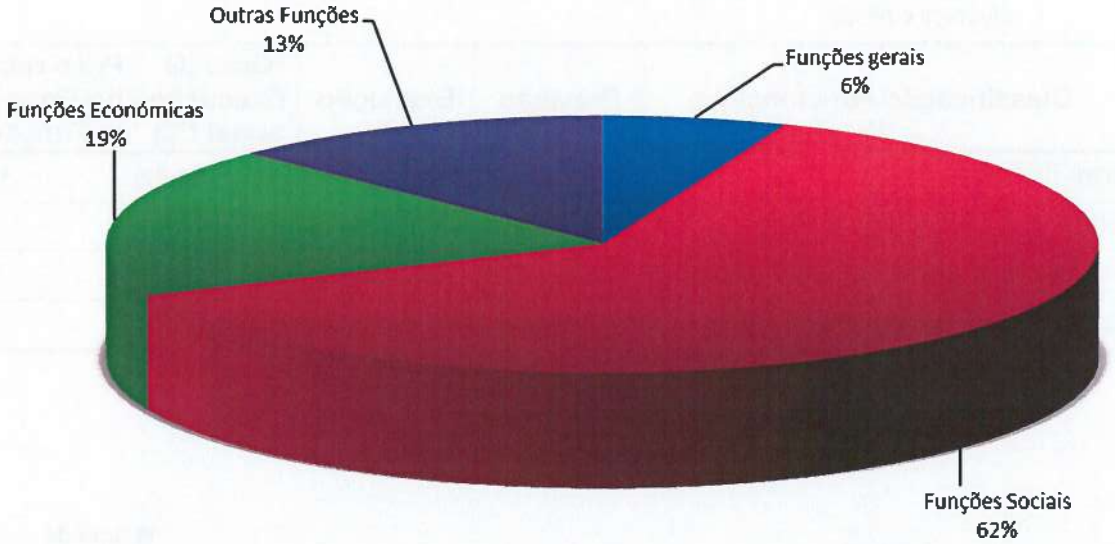


Classificação Funcional	Previsão	Execução	Grau de Execução anual (%)	Peso relativo do Programa na Função (%)
Outras Funções	**285.378,00**	**270.323,44**	**94,72**	**100,00**
Operações da Dívida Autarquia	131.700,00	130.906,96	99,40	48,43
Transferências entre Administrações	152.478,00	139.416,48	91,43	51,57
Diversas não Especificadas	1.200,00	0,00	0,00	0,00

Outras Funções

Classificação Funcional	Previsão	Execução	Grau de Execução anual (%)	Peso Relativo da Função na execução (%)
Funções gerais	134.700,00	128.621,62	95,49	5,99
Funções Sociais	1.461.620,00	1.339.228,91	91,63	62,41
Funções Económicas	431.010,00	407.531,75	94,55	18,99
Outras Funções	285.378,00	270.323,44	94,72	12,60
Total do PAM	**2.312.708,00**	**2.145.705,72**	**92,78**	**100,00**

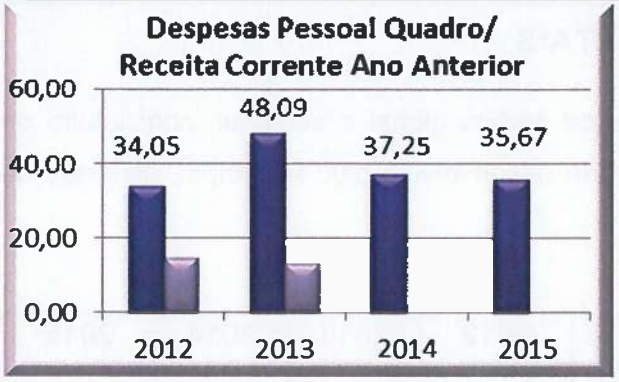
Execução do PAM por Classificação Funcional

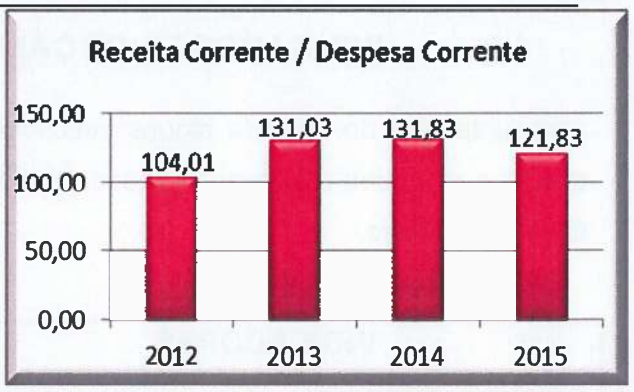


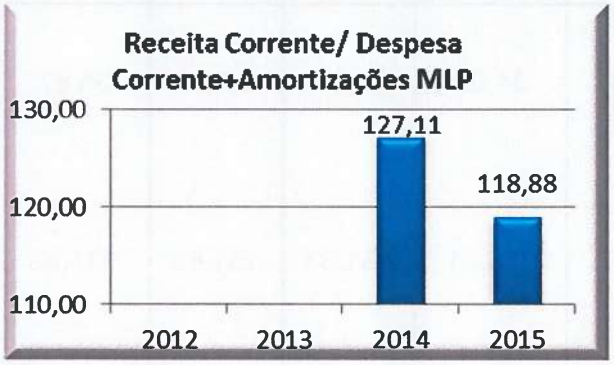
4.3. INDICADORES ORÇAMENTAIS

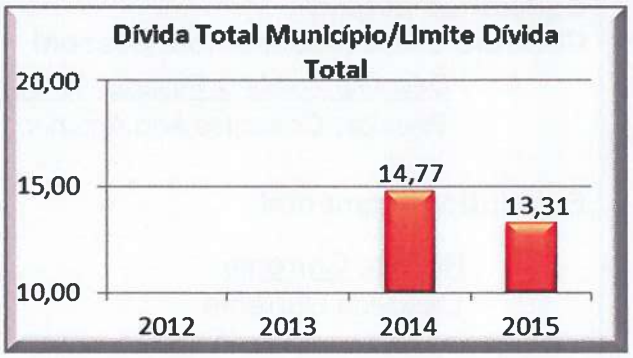
Apresentam-se de seguida alguns indicadores de âmbito global e sectorial, com intuito de avaliar o nível dos resultados obtidos na atividade desenvolvida pelo Município, ao longo do último quadriénio.

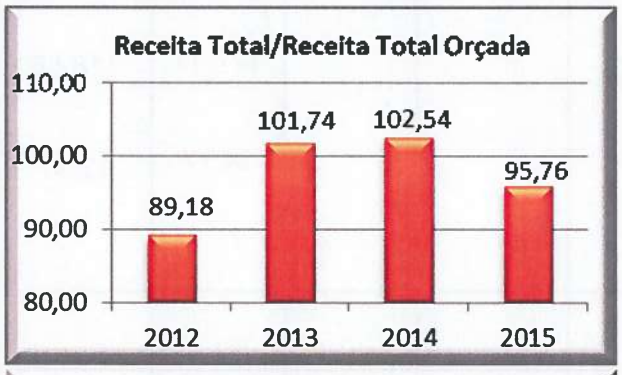
INDICADORES	2012	2013	2014	2015
Equilíbrios Legais				
Controlo das despesas com pessoal				
1. Despesa Totais c/ Pessoal do Quadro / Receitas Correntes Ano Anterior	34,05	48,09	37,25	35,67
Equilíbrio orçamental				
2. Receita Corrente / Despesa Corrente	104,01	131,03	131,83	121,83
3. Receita Corrente / Despesa Corrente+ Amortizações médias empréstimos MLP			127,11	118,88
4. Dívida total do município / Limite da dívida total			14,77	13,31
Indicadores de Eficácia				
4. Receita Total / Receita Total Orçada	89,18	101,74	102,54	95,76
5. Despesa Total / Despesa Total Orçada	82,30	80,08	87,52	91,71
6. Investimento / Investimento Final Previsto	76,37	63,00	82,89	85,17
Indicadores de Eficiência/Produtividade				
7. Investimento / Despesas de Pessoal	176,11	62,18	62,62	70,55
8. Investimento / Empréstimos Utilizado	1.254,78	860,65	879,64	1.381,74


Despesas Pessoal Quadro/ Receita Corrente Ano Anterior
60,00
40,00
20,00
0,00
34,05
48,09
37,25
35,67
2012
2013
2014
2015


Receita Corrente / Despesa Corrente
150,00
100,00
50,00
0,00
104,01
131,03
131,83
121,83
2012
2013
2014
2015


Receita Corrente/ Despesa Corrente+Amortizações MLP
130,00
120,00
110,00
127,11
118,88
2012
2013
2014
2015


Dívida Total Município/Limite Dívida Total
20,00
15,00
10,00
14,77
13,31
2012
2013
2014
2015


Receita Total/Receita Total Orçada
110,00
100,00
90,00
80,00
89,18
101,74
102,54
95,76
2012
2013
2014
2015

Despesa Total/DespesaTotal Orçada
100,00
90,00
80,00
70,00
82,30
80,08
87,52
91,71
2012
2013
2014
2015

Investimento/Investimento Final Previsto
90,00
80,00
70,00
60,00
50,00
76,37
63,00
82,89
85,17
2012
2013
2014
2015

Investimento/Despesas Pessoal)
200,00
150,00
100,00
50,00
0,00
176,11
62,18
62,62
70,55
2012
2013
2014
2015

Investimento/Empréstimos Utilizados
1.500,00
1.000,00
500,00
0,00
1.254,78
860,65
879,64
1.381,74
2012
2013
2014
2015

NOTAS EXPLICATIVAS

Equilíbrios Legais

1 – Peso da Despesa com "Pessoal do Quadro" na Receita Corrente do ano anterior

O limite em análise já não se encontrava em vigor para 2015, contudo o mesmo estava em vigor em anos anteriores e manteve-se a necessidade de controlar as despesas com pessoal, apesar do Município não necessitar de reduziu pessoal, pelo que, por uma questão de comparabilidade com os anos anteriores, procedeu-se ao seu apuramento. Apresenta um valor médio, ao longo dos últimos quatro anos, de 38,76%, tendo sofrido um decréscimo de 4,23% em relação a 2014, atingindo o valor de 35,67%, por via da redução das despesas com pessoal, permanecendo, muito abaixo do limite que era estipulado no artigo 10º do Decreto-lei 116/84, de 6 de abril, com a redação dada pela lei 44/85, de 13 de setembro (60% das receitas correntes do ano anterior), actualmente revogado.

2 – Peso da Receita Corrente na Despesa Corrente

Este indicador sofreu um decréscimo de 7,58% em relação ao ano anterior. Em 2015 apresentou o valor de 121,83%, resultado quer do decréscimo das receitas correntes arrecadadas quer pelo acréscimo registado na execução das despesas correntes executadas, mantendo-se, ainda assim, as receitas desta natureza acima das despesas, dando cumprimento ao princípio do equilíbrio orçamental ainda em vigor. A média deste indicador, nos últimos quatro anos, foi de 122,18%.

3– Peso da Receita Corrente na Despesa Corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazos.

Conforme estipulado no n.º 1 do art.º 40 da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazos. Este indicador, apresenta na gerência de 2015, o valor de 118,88%, significando que as receitas correntes foram superiores às despesas da mesma natureza, acrescidas das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazos do município, em 18,88%. O indicador sofreu um decréscimo, em relação a 2014, de 7,58%, quer por via da redução registada nas receitas correntes, quer pelo acréscimo das despesas.

4 – Peso da Dívida Total do Município no Limite da Dívida Total para o ano

Nos termos do disposto do n.º 1 do art.º 52.º da lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, a dívida total de operações orçamentais do município, incluindo a das entidades previstas no artigo 54.º, não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores. Não sendo possível, à presente data, o apuramento do contributos daquelas entidades para a dívida total do município, foi apurado o peso da divida do município no limite referido. Assim, na gerência de 2015, a Dívida Total do Município representou apenas 13,31% do Limite da Dívida Total para o ano, representando um decréscimo de 9,89% em relação ao ano anterior.

Indicadores de Eficácia

4 – Taxa de Execução da Receita

A taxa de execução global da receita foi de 95,76%, registando-se um decréscimo na execução da receita em relação ao ano transato de 6,61%, sobretudo por via da execução corrente. A taxa média de execução da receita, no quadriénio, foi de 97,30%.

5 – Taxa de Execução da Despesa

A taxa de execução da despesa em 2015 sofreu um acréscimo face ao ano transato de 4,79%, passando a representar 91,71% face ao previsto, devido ao acréscimo registado na execução corrente e do investimento. Assim, a taxa média de execução da despesa, nos últimos quatro anos, passou a ser de 85,40%.

6 – Taxa de Execução das Despesas de Investimento

A capacidade de realização das despesas de investimento foi de 85,17%, representando um ligeiro acréscimo de 2,75% em relação a 2014, registando o valor mais elevado do quadriénio. A taxa média de execução das despesas de investimento no período foi de 76,86%.

Indicador de Eficiência/Produtividade

7 – Investimento realizado por unidade paga ao pessoal

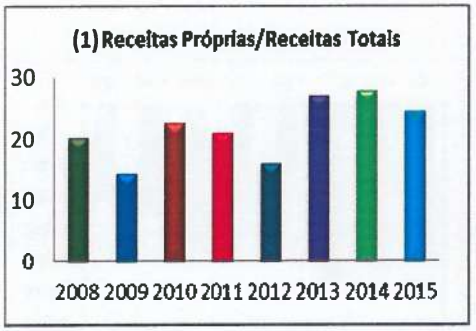
O indicador apresenta para o ano de 2015 um valor de 70,55%, verificando-se um acréscimo de 12,67% face ao ano anterior, essencialmente devido ao aumento do investimento, tendo as despesas com pessoal sofrido um ligeiro decréscimo.

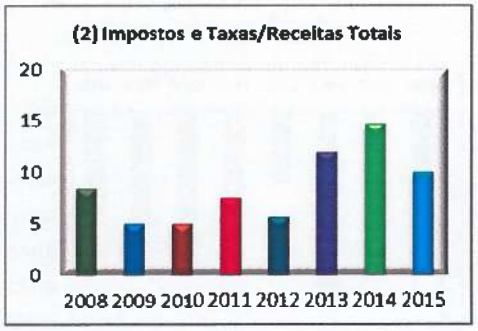
8- Investimento realizado por unidade utilizada de empréstimos

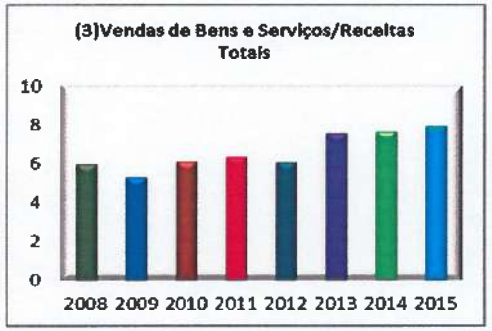
O indicador apresenta no ano de 2015 um valor de 1.381,74%, valor mais alto do quadriénio, significando que por cada unidade utilizada de empréstimo, foi investido 13,82. Este indicador sofreu um acréscimo significativo de 57,08% face ao ano transato, devido ao já referido aumento das despesas de investimento e redução do valor dos empréstimos.

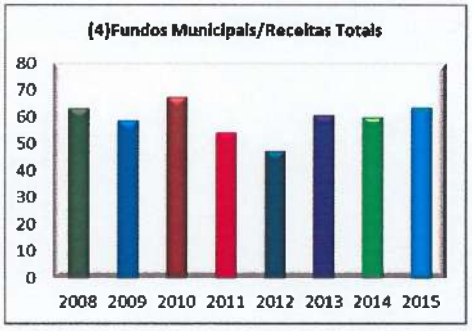
RÁCIOS DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

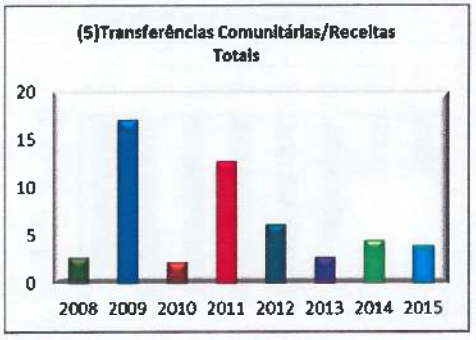
INDICADORES	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
(1) Receitas Próprias/Receitas Totais	20,14	14,18	22,59	20,89	20,89	26,96	27,84	24,45
(2) Impostos e Taxas/Receitas Totais	8,34	4,92	4,91	7,49	7,49	11,95	14,68	9,94
(3)Vendas de Bens e Serviços/Receitas Totais	5,96	5,29	6,09	6,34	6,34	7,56	7,65	7,93
(4) Fundos Municipais/Receitas Totais	63,33	58,89	67,77	54,11	54,11	60,79	60,23	63,76
(5) Transferências Comunitárias/Receitas Totais	2,69	17,08	2,20	12,77	12,77	2,75	4,43	3,98
(6) Passivos Financeiros (Rec)/Receitas Totais	11,24	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(7) Receitas Correntes/Receitas Totais	60,50	55,69	62,54	56,40	56,40	82,16	91,13	90,30
(8) Receitas de Capital/Receitas Totais	39,50	44,31	37,46	43,60	43,60	17,84	8,87	9,70
(9) Pessoal/Despesas Totais	28,43	31,34	34,91	30,42	30,42	38,28	37,07	34,56
(10) Aquisição de Bens e Serviços/Despesa Total	19,66	22,79	24,02	19,47	19,47	25,65	24,58	25,39
(11) Serviço da Dívida/Despesas Totais	4,42	5,10	4,90	3,26	3,26	2,94	2,74	1,83
(12) Investimento/Despesas Totais	40,20	32,96	28,41	36,09	36,09	23,80	23,21	24,38
(13) Despesas Correntes/Despesas Totais	54,41	60,27	64,16	55,73	55,73	71,74	71,47	71,43
(14) Despesas de Capital/Despesas Totais	45,59	39,73	35,84	44,27	44,27	28,26	28,53	28,57
(15) Receitas Totais/Despesas Totais	98,97	102,00	98,97	103,75	103,75	114,41	103,39	96,37
(16)Receitas Correntes/Despesas Correntes	110,04	94,24	96,47	104,99	104,99	131,03	131,83	121,83
(17) Receitas de Capital/Despesas de Capital	85,76	113,77	103,43	102,18	102,18	72,22	32,13	32,71
(18) Pessoal/Receitas Correntes	47,47	55,17	56,40	51,98	51,98	40,72	39,34	39,72
(19) Receitas Próprias/Investimento	49,57	43,87	78,72	60,04	60,04	129,57	124,01	96,62
(20)Empréstimos /Investimento	11,00	15,49	17,27	9,02	9,02	12,33	11,79	7,51
(21) Fundos Municipais/Investimento	155,91	182,21	236,12	155,54	155,54	292,20	268,29	252,00
(22) F. Municipais/Investimento+ Tranf. Capital (Desp)	148,52	167,99	214,20	141,12	141,12	272,83	240,48	236,05

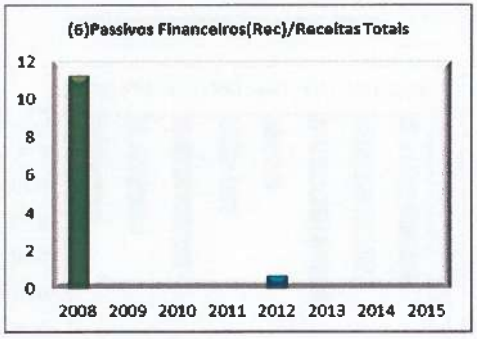

(1) Receitas Próprias/Receitas Totais
30
20
10
0
2008 2009 2010 2011 2012 2013 2014 2015

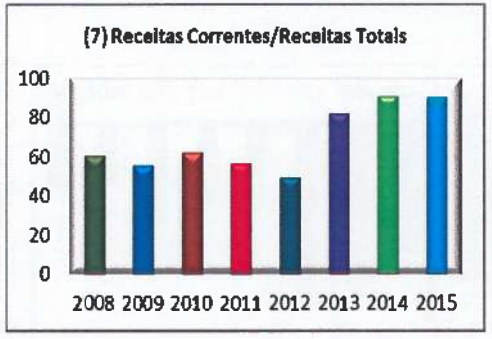

(2) Impostos e Taxas/Receitas Totais
20
15
10
5
0
2008 2009 2010 2011 2012 2013 2014 2015

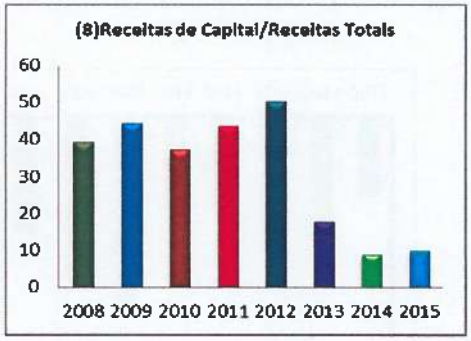

(3)Vendas de Bens e Serviços/Receitas Totais
10
8
6
4
2
0
2008 2009 2010 2011 2012 2013 2014 2015

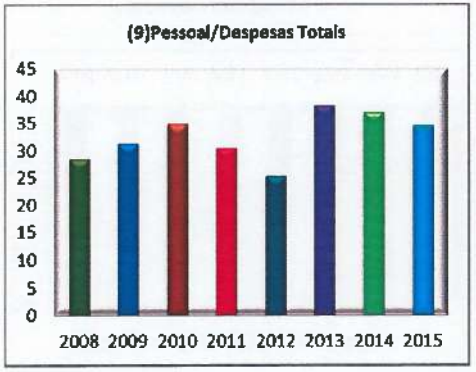

(4)Fundos Municipais/Receitas Totais
80
70
60
50
40
30
20
10
0
2008 2009 2010 2011 2012 2013 2014 2015

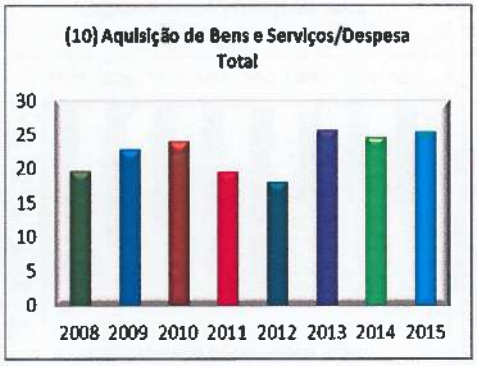

(5)Transferências Comunitárias/Receitas Totais
20
15
10
5
0
2008 2009 2010 2011 2012 2013 2014 2015

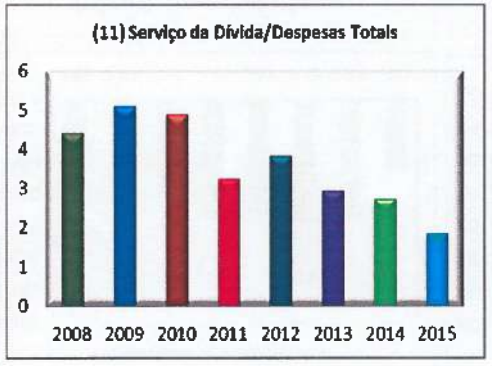

(6)Passivos Financeiros(Rec)/Receitas Totais
12
10
8
6
4
2
0
2008 2009 2010 2011 2012 2013 2014 2015

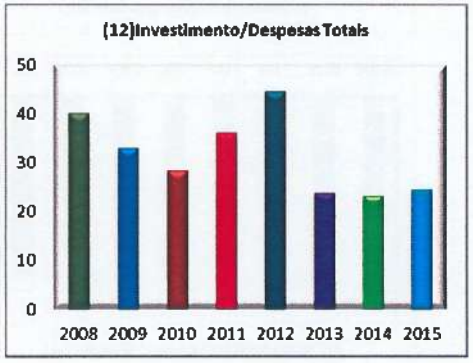

(7) Receitas Correntes/Receitas Totais
100
80
60
40
20
0
2008 2009 2010 2011 2012 2013 2014 2015

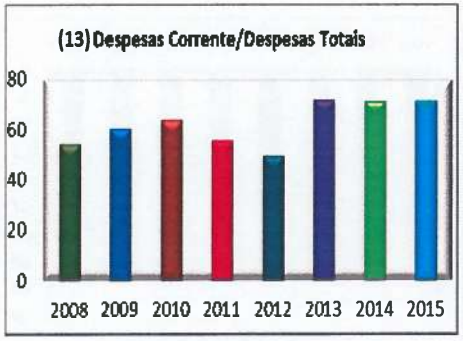

(8)Receitas de Capital/Receitas Totais
60
50
40
30
20
10
0
2008 2009 2010 2011 2012 2013 2014 2015

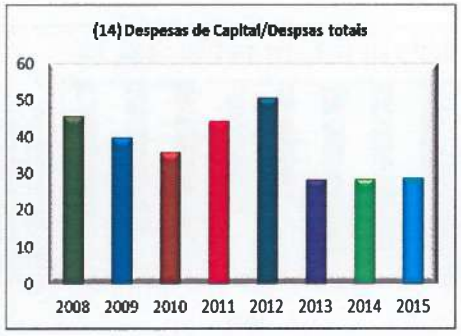

(9)Pessoal/Despesas Totais
45
40
35
30
25
20
15
10
5
0
2008 2009 2010 2011 2012 2013 2014 2015

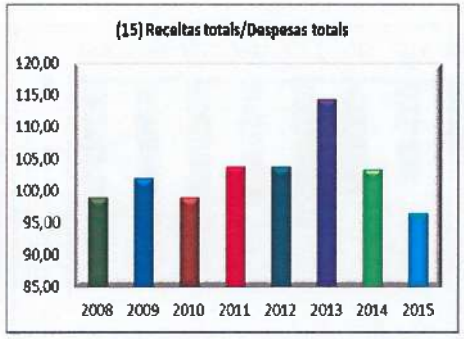

(10) Aquisição de Bens e Serviços/Despesa Total
30
25
20
15
10
5
0
2008 2009 2010 2011 2012 2013 2014 2015

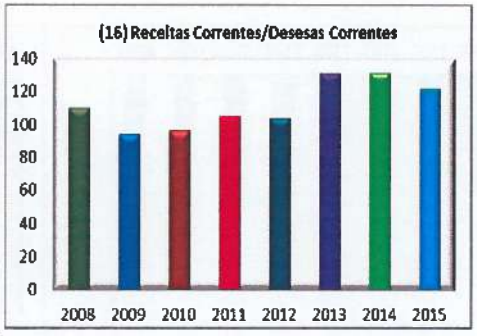

(11) Serviço da Dívida/Despesas Totais
6
5
4
3
2
1
0
2008 2009 2010 2011 2012 2013 2014 2015

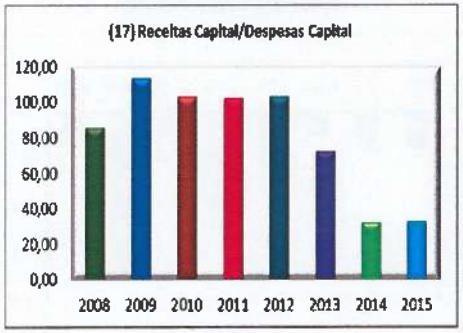

(12)Investimento/Despesas Totais
50
40
30
20
10
0
2008 2009 2010 2011 2012 2013 2014 2015

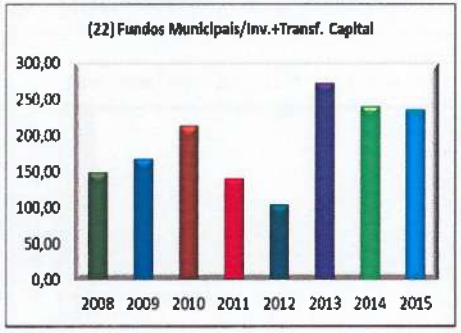

(13) Despesas Corrente/Despesas Totais
80
60
40
20
0
2008 2009 2010 2011 2012 2013 2014 2015

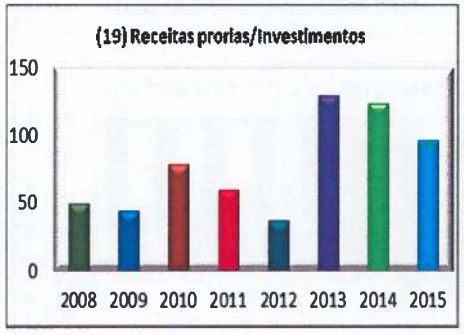

(14) Despesas de Capital/Despsas totais
60
50
40
30
20
10
0
2008 2009 2010 2011 2012 2013 2014 2015

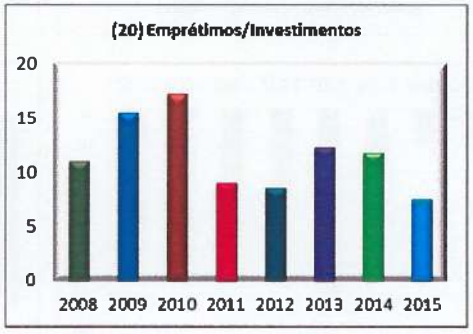

(15) Receitas totais/Despesas totais
120,00
115,00
110,00
105,00
100,00
95,00
90,00
85,00
2008 2009 2010 2011 2012 2013 2014 2015

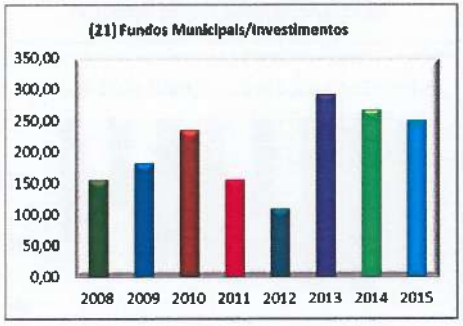

(16) Receitas Correntes/Desesas Correntes
140
120
100
80
60
40
20
0
2008 2009 2010 2011 2012 2013 2014 2015

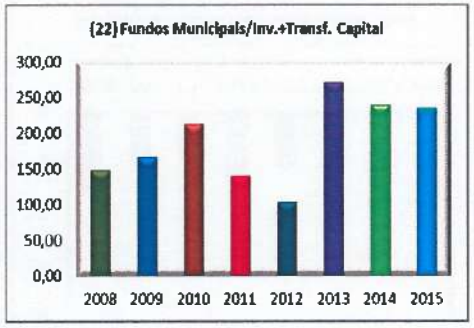

(17) Receitas Capital/Despesas Capital
120,00
100,00
80,00
60,00
40,00
20,00
0,00
2008 2009 2010 2011 2012 2013 2014 2015


(22) Fundos Municipais/Inv.+Transf. Capital
300,00
250,00
200,00
150,00
100,00
50,00
0,00
2008 2009 2010 2011 2012 2013 2014 2015


(19) Receitas proprias/Investimentos
150
100
50
0
2008 2009 2010 2011 2012 2013 2014 2015


(20) Emprétimos/Investimentos
20
15
10
5
0
2008 2009 2010 2011 2012 2013 2014 2015


(21) Fundos Municipais/Investimentos
350,00
300,00
250,00
200,00
150,00
100,00
50,00
0,00
2008 2009 2010 2011 2012 2013 2014 2015


(22) Fundos Municipais/Inv.+Transf. Capital
300,00
250,00
200,00
150,00
100,00
50,00
0,00
2008 2009 2010 2011 2012 2013 2014 2015

NOTAS EXPLICATIVAS

Gráfico 1: **Receitas Próprias/Receitas Totais**

O valor apresentado por este indicador ao longo dos anos, variando entre os 14,18% e os 27,84%, atingindo em 2015 o valor de 24,45%, reflectindo o baixo peso das receitas próprias no orçamento municipal e, consequentemente, o forte grau de dependência deste dos recursos alheios (empréstimos e transferências). Em 2015, o indicador sofreu um decréscimo significativo de 12,18%, tendo as receitas próprias do Município sofrido um decréscimo de 12,64% face ao ano transato. Para o valor deste indicador contribuiu exclusivamente a redução das receitas próprias arrecadadas, tendo mesmo as receitas totais sofrido uma ligeira redução (-0,52%). O decréscimo das receitas próprias deveu-se á redução das rubricas com maior peso nesta natureza de receitas, sobretudo pela redução dos impostos diretos (derrama e IMT) e dos rendimentos de propriedade.

Gráfico 2: **Impostos e Taxas/Receitas Totais**

Os impostos e taxas representaram, em média, ao longo dos oito anos, 8,48% das receitas totais, sofrendo um decréscimo significativo de 32,30% face ao último ano, pelo que passou a representar 40,66% das receitas próprias da autarquia. O indicador atingiu assim, em 2015 o valor de 9,94%. Contribuiu para este resultado o decréscimo das rubricas dos impostos diretos (-33,50%), por via da redução da derrama (90,34%) e do IMT (11,93%) e dos impostos indiretos (-23,71%), tendo mesmo as taxas, multas e outras penalidades sofreram um ligeiro acréscimo de 0,94% face ao ano anterior.

Gráfico 3: **Venda de Bens e Serviços/Receitas Totais**

A venda de bens e serviços correntes representam, em média, cerca de 6,61%, das receitas totais e cerca de 32,43% das receitas próprias da autarquia, arrecadadas em 2015. Neste último ano o indicador sofreu um acréscimo de 3,64%, apresentando um valor de 7,93%, resultante quer da redução das receitas totais, quer do ligeiro aumento da venda de bens e serviços (3,10%) face ao ano transato.

Gráfico 4: **Fundos Municipais/Receitas Totais**

Os fundos municipais representaram em média, ao longo dos últimos anos, 59,52% das receitas totais, tendo-se registado, no ano de 2015, um valor de 63,76%, dos valores mais altos do período. O acréscimo em relação ao ano transato, de 5,87%, obteve-se por via da subida generalizada de todas as naturezas dos fundos provenientes do orçamento do estado (FEF,FSM e IRS), que representaram um acréscimo em cerca de 222 mil euros, tendo as receitas totais registado um ligeiro decréscimo.

Gráfico 5 : **Transferências Comunitárias/Receitas Totais**

Este indicador representa o peso das transferências de fundos comunitários, referente à comparticipação projetos de natureza corrente e de capital, no total das receitas, pelo que se encontra na dependência direta do montante transferido dos financiamentos aprovados. No ano de 2015, verificou-se um decréscimo face ao ano anterior (-10,20%), atingindo o indicador o valor de 3,98%, obtido quer por via da redução das receitas comunitária arrecadada (-10,67%), quer por via da redução das receitas totais (-0,52%). No final de 2015 existia um valor de € 753.384,47 em pedidos de pagamento já efetuados e não reembolsados.

Gráfico 6 :**Passivos Financeiros (Receitas)/Receitas Totais**

O valor deste indicador está diretamente relacionado com a contratação de empréstimos e respetiva libertação de capital. Como não existiu a necessidade de proceder à contratação de novos empréstimos, encontrando-se os empréstimos contratualizados integralmente utilizados, o indicador apresenta o valor 0.

Gráfico 7: **Receitas Correntes/Receitas Totais**

As receitas correntes arrecadadas pelo município têm representado, em média, ao longo dos últimos oito anos, cerca de 68,53% das receitas totais. No ano de 2015 o indicador apresentou um ligeiro decréscimo de 0,91%, tendo as receitas correntes representado cerca de 90,30% das receitas totais. Este aumento operou por via do decréscimo das receitas correntes em 1,43%, tendo mesmo as receitas totais sofrido um ligeiro decréscimo (-0,52%).

Gráfico 8: **Receitas Capital/Receitas Totais**

As receitas de capital representaram, ao longo dos anos, uma média de 31,47% das receitas totais. Este indicador, com comportamento inverso ao anterior, sofreu um acréscimo em cerca de 9,37%, passando a representar, em 2015, as receitas de capital 9,70% das receitas totais arrecadadas, dos valores mais baixos do período.

Gráfico 9: **Pessoal/Despesas Totais**

O peso dos gastos com o pessoal representou em média, ao longo dos últimos anos, 32,55% das despesas totais da autarquia, nunca ultrapassando os limites impostos por lei. No ano de 2015, o indicador apresentou um valor de 34,56%, representando um decréscimo de 6,75% face ao ano transato. A redução deste indicador ocorreu quer por via da redução das despesas com pessoal (-0,48%), quer por via do acréscimo das despesas

totais (6,72%), ocorrido essencialmente pelo acréscimo registado na aquisição de bens e serviços correntes e nos bens de capital.

Gráfico 10: **Aquisição de bens e serviços /Despesas Totais**

Este indicador representa, em média, 22,45% das despesas da autarquia, apresentando para o ano de 2015 o valor de 25,39%. Verificou-se assim um ligeiro acréscimo do indicador face ao ano transato (3,29%), devido ao acréscimo das aquisições de bens e serviços, tendo mesmo aumentado as despesas totais.

Gráfico 11: **Serviço da dívida /Despesas Totais**

O indicador em análise representa o peso dos encargos decorrentes dos empréstimos de médio e longo prazo contratados no total das despesas do município, apresentando um valor médio para os oito últimos anos de 3,63%, evidenciando o fraco peso desta despesa no valor global da despesa. Este indicador, voltou a descer em 2015, tendo sofrido um decréscimo significativo de 33,09% face ao ano anterior, representando o serviço da dívida dos quatro empréstimos contratualizados apenas 1,83% das despesas totais da autarquia. O serviço da dívida reduziu 28,60% face ao ano anterior.

Gráfico 12 :**Investimentos/Despesas Totais**

Este indicador reflete o peso do investimento na execução das despesas, verificando-se que o mesmo variou, ao longo dos últimos oito anos, entre 23% e 45%. Na gerência de 2015 o indicador apresenta um valor de 24,38%, representando um acréscimo de 5,06%, face ao ano anterior, reflexo direto do aumento verificado na aquisição de bens de Investimento (12,12%), verificando-se mesmo o acréscimo das despesas totais (6,72%).

Gráfico 13: **Despesas Correntes/Despesas Totais**

O peso das despesas correntes no total das despesas da autarquia, representou, em média, ao longo dos últimos oito anos, um valor de 62,32%. Na gerência de 2015, as despesas correntes representaram 71,43% das despesas totais, correspondendo a um ligeiro decréscimo de 0,05% em relação ao ano anterior, em virtude do acréscimo registado nas receitas totais ter sido ligeiramente superior ao que se registou nas despesas correntes.

Gráfico 14: **Despesas Capital/Despesas Totais**

Este indicador, sendo um complemento do anterior, tem comportamento inverso. Da comparação entre as despesas de capital e as despesas totais, têm resultado valores entre 28% e 51%. No último ano, o indicador sofreu um ligeiro acréscimo (0,13%), representando as despesas de capital apenas 28,57% das despesas totais, devido ao acréscimo ocorrida na despesa de capital (6,86%) ter sido superior ao registado na despesa de corrente (6,66%).

Gráfico 15:**Receitas Totais/Despesas Totais**

Da comparação entre as receitas e as despesas totais obtêm-se valores médios de 102,70%. No ano de 2015 o indicador atingiu o valor de 96,37%, valor mais baixo do período, significando que as receitas arrecadadas foram inferiores às despesas realizadas, situação que ocorreu pela conjugação da redução das receitas e acréscimo das despesas.

Gráfico 16:**Receitas Correntes/Despesas Correntes**

O valor deste indicador tem variado ao longo dos últimos oito anos entre os 94% e os 132%, apresentando em 2015 o valor de 121,83%, valor abaixo do atingido no ano anterior (-7,58%). O valor do indicador está diretamente relacionado com a redução registada na receita corrente e com o aumento da despesa da mesma natureza. Deste modo a receita corrente arrecadada foi superior à despesa suportada da mesma natureza, contribuindo assim para a verificação do princípio do equilíbrio na execução corrente.

Gráfico 17:**Receitas Capital/Despesas Capital**

Ao longo dos anos o peso médio das receitas de capital no total das despesas de capital foi de 80,70 %. Na gerência de 2015, este indicador apresenta um ligeiro acréscimo face ao ano transato, atingindo o valor de 32,71%, refletindo o acréscimo verificado nas receitas de capital (8,80%) e nas despesas de capital (6,86%).

Gráfico 18: **Pessoal/Receitas Correntes**

A despesa com pessoal representou, no ano de 2015, cerca de 39,72%, das receitas correntes arrecadadas pela autarquia, correspondendo a um ligeiro acréscimo do peso das despesas com pessoal nas receitas correntes (0,95%), reflexo direto da redução das receitas correntes, tendo mesmo diminuído as despesas com pessoal (-0,48%). O indicador tinha-se mantido, ao longo dos anos, entre os 40% e 56%, apresentando no ano de 2014 o valor mais baixo do período e uma média de 47,53% ou seja, cerca de metade da receita corrente é utilizada em despesas com pessoal. Atualmente, com a revogação do artigo 10º do Decreto-lei 116/84, de 6 de abril, com redação dada pela lei 44/85, de 13 de setembro,

pelo regime jurídico da organização dos serviços das autarquias locais (DL 305/2009, de 23 de outubro), foram abolido os limites às despesas com pessoal do quadro e ao pessoal em qualquer outra situação, passando a existir o impedimento de, no ano de 2015, aumentar a despesa com pessoal, estipulado pela Lei do Orçamento de Estado (art.º 62.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de Dezembro).

Gráfico 19: **Receitas Próprias/Investimentos**

O valor apresentado por este indicador, ao longo dos anos não é muito significativo, devido ao facto, já mencionado, da baixa execução ao nível das receitas próprias da autarquia, contudo o indicador é influenciado inversamente pelo valor do investimento ocorrido no respetivo ano. Assim, no ano de 2015, as receitas próprias do município representaram 96,62% do investimento, quer por via da redução registada nas receitas próprias, quer pelo acréscimo no investimento (12,12%)

Gráfico 20: **Empréstimos/Investimentos**

Este indicador representa o peso do recurso a capitais alheios no total do investimento. É influenciado diretamente pelo aumento do recurso a empréstimos e inversamente pelo aumento do investimento. Em 2015 o indicador sofreu um decréscimo de 36,32%, atingindo o valor de 7,51%, valor mais baixo do período, reflexo quer do acréscimo registado no investimento quer pela redução dos encargos com empréstimos (-28,60%).

Gráfico 21: **Fundos Municipais/Investimentos**

O indicador é influenciado diretamente pelo volume de fundos transferidos do orçamento do estado e inversamente pelo montante do investimento. Em 2015 o indicador apresenta um valor de 252,00%, tendo reduzido 6,07% face ao ano anterior devido ao aumento da rubrica investimentos, tendo mesmo os fundos municipais sofrido um acréscimo em 5,31%.

Gráfico 22: **Fundos Municipais/(Investimentos + Transferências Capital)**

Este indicador compara o peso dos fundos transferidos do orçamento de estado na totalidade das despesas de investimento e das transferências de capital da autarquia. O indicador tem apresentado grandes oscilações, apresentando um valor médio de 190,67% e atingindo em 2015 o valor de 236,05%, reflexo do acréscimo do investimento (12,12%), tendo mesmo os fundos municipais sofrido um acréscimo (5,31%) e as transferências de capital uma redução (-34,49%).

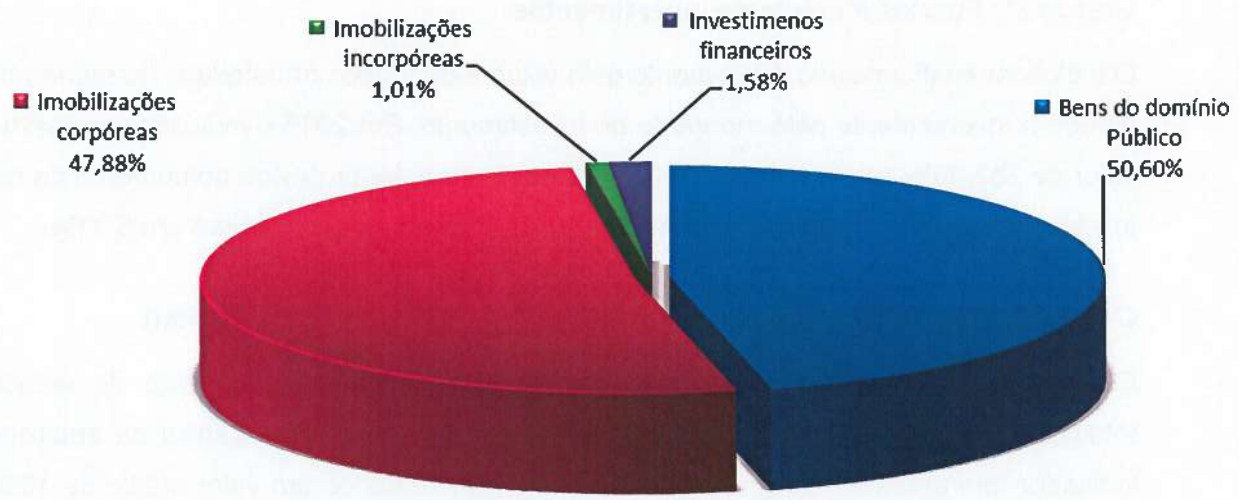
5. ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

5.1. ESTRUTURA DO IMOBILIZADO LÍQUIDO

Aquando da elaboração do inventário inicial, em 2002, o património municipal apresentava o valor de €15.774.022,43. No exercício de 2015, o Património Municipal registou o valor do imobilizado líquido de **€ 32.399.946,11**,valor este que representa 90,47% do total do ativo líquido.

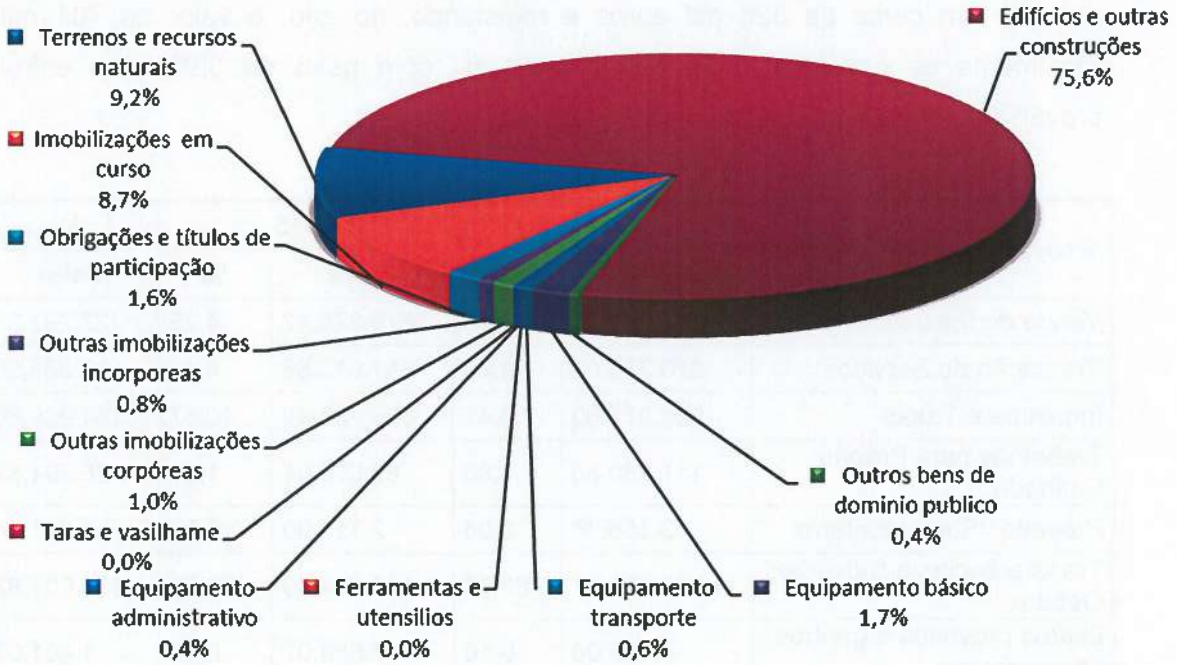
O imobilizado é constituído essencialmente por imobilizações corpóreas e bens de domínio público em proporções aproximadas (51,31% e 46,32%), correspondendo a valores de € 16.624.560,14 e € 15.008.520,90, respetivamente, tendo-se verificado um decréscimo dos bens do domínio público face ao ano anterior (-0,03%) e um acréscimo das imobilizações corpóreas (0,22%). As restantes contas do imobilizado, as imobilizações incorpóreas e os investimentos financeiros, representaram apenas cerca de 2,37% do imobilizado total.

ESTRUTURA DO IMOBILIZADO LÍQUIDO



A conta com maior peso na estrutura do imobilizado líquido respeita a "Edifícios e Outras Construções", onde se encontram inscritos, para além dos edifícios, as outras construções como estradas, caminhos, arruamentos e passeio, parques e jardins e as infraestruturas relacionadas com os serviços de água e saneamento. Esta conta, com um peso de 75,66%, sofreu um decréscimo de 2,48% face ao ano anterior, atingindo assim cerca de 24.512 mil euros. Seguem-se as contas "Terrenos e Recursos Naturais", com um peso de 9,22%, que corresponde a um valor de 2.989 mil euros e que regista um acréscimo de 3,49%, em relação ao ano anterior e as "Imobilizações em Curso", com um peso de 8,72%, que sofreu um ligeiro acréscimo de 0,82% face ao ano transato, registando um valor de 2.826 mil euros, em virtude da passagem a imobilizado firme de algumas projetos em curso. As contas relativas a "Equipamento Básico", "Outras Imobilizações Corpóreas" e "Equipamento de Transporte" apresentam valores pouco significativos, representando 3,27% da estrutura do imobilizado líquido. As "Obrigações e títulos de participação", que representaram um peso de 1,58% na estrutura do imobilizado líquido, registando o valor de 511 mil euros, integram o valor referente ao Fundo de Apoio Municipal.

ESTRUTURA DO IMOBILIZADO LÍQUIDO - POR TIPO DE BEM



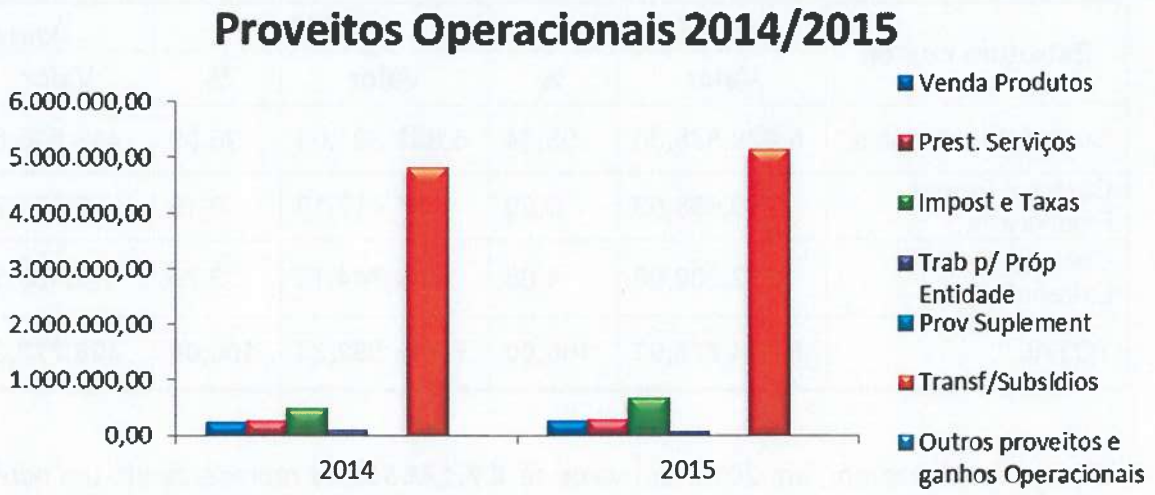
5.2. ANÁLISE ECONÓMICA

5.2.1. PROVEITOS

Estrutura Proveitos	2014		2015		$\Delta_{2014/2015}$	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Proveitos Operacionais	5.962.930,68	81,84	6.494.820,04	86,71	531.889,36	8,92
Proveitos e Ganhos Financeiros	295.219,31	4,05	294.670,23	3,93	-549,08	-0,19
Proveitos Extraordinários	1.028.355,63	14,11	700.501,13	9,35	-327.854,50	-31,88
TOTAL	**7.286.505,62**	**100,00**	**7.489.991,40**	**100,00**	**203.485,78**	**2,79**

Os proveitos atingiram, no exercício de 2015, o valor de **€ 7.489.991,40,** representando um acréscimo de 2,79% face ao ano anterior e correspondendo a um aumento de valor em cerca de 203 mil euros, facto para o qual contribuiu a acréscimo dos proveitos operacionais, tendo-se mesmo verificado um decréscimo nas restantes naturezas de proveitos. A estrutura de proveitos é constituído essencialmente por proveitos de natureza operacional, que representam 86,71% do total dos proveitos, atingindo o valor de 6.495 mil euros, tendo esta rubrica sofrido um acréscimo de 8,92%, o que correspondeu a uma aumento deste tipo de proveito em cerca de 532 mil euros. Contrariamente, os proveitos extraordinários, que passaram a representar 9,35% do total dos proveitos, registaram um decréscimo percentual significativo (-31,88%), face ao ano transato, correspondendo a uma redução em cerca de 328 mil euros e registando, no ano, o valor de 701 mil euros. Finalmente os proveitos e ganhos financeiros, com peso de 3,93% na estrutura de proveitos, sofreram um decréscimo irrelevante.

Proveitos Operacionais	**2014**		**2015**		**$\Delta_{2014/2015}$**	
	Valor	**%**	**Valor**	**%**	**Valor**	**%**
Venda de Produtos	248.092,05	4,16	275.879,42	4,25	27.787,37	11,20
Prestação de Serviços	278.778,01	4,68	291.613,56	4,49	12.835,55	4,60
Impostos e Taxas	501.273,63	8,41	686.223,49	10,57	184.949,86	36,90
Trabalhos para Própria Entidade	111.180,88	1,86	82.676,01	1,27	-28.504,87	-25,64
Proveitos Suplementares	3.358,34	0,06	2.116,90	0,03	-1.241,44	-36,97
Transferências e Subsídios Obtidos	4.814.052,77	80,73	5.148.654,59	79,27	334.601,82	6,95
Outros proveitos e ganhos Operacionais	6.195,00	0,10	7.656,07	0,12	1.461,07	23,58
TOTAL	**5.962.930,68**	**100,00**	**6.494.820,04**	**100,00**	**531.889,36**	**8,92**



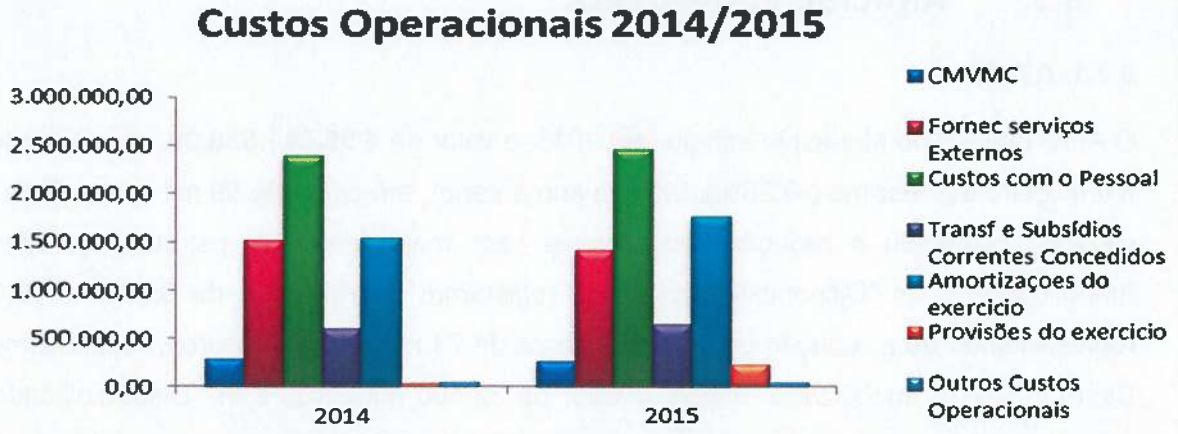
Os proveitos operacionais do exercício totalizaram ***€ 6.494.820,04*** representando um acréscimo face ao ano transato de 8,92 %, a que correspondeu um aumento em valor de 532 mil euros, contribuindo para tal o acréscimo da conta com maior peso na estrutura dos proveitos desta natureza. Este tipo de proveitos é constituído essencialmente por "Transferências e Subsídios Obtidos" (79,27%), tendo-se verificado nesta conta um acréscimo de 6,95%, que se traduziu num aumento de valor em cerca de 335 mil euros, atingido assim esta conta o valor de 5.149 mil euros. A conta que sofreu maior acréscimo percentual foi os "Impostos e Taxas" (36,90%), correspondendo a um aumento de valor em cerca de 185 mil euros, o que permitiu, face ao seu peso nesta natureza de proveitos (10,57%), atingir o valor de 686 mil euros. As contas "Prestações de Serviços" e "Venda de Produtos", com pesos de 4,49% e 4,25% nos proveitos operacionais, sofreram ligeiros acréscimos, atingindo assim valores de 292 mil euros e 276 mil euros, respetivamente. As contas "Trabalhos para a própria Entidade" e "Proveitos Suplementares" sofreram reduções percentuais de 25,64% e 36,90%, contudo, em virtude do seu peso nesta natureza de proveitos, apenas representaram uma redução em cerca de 30 mil euros.

5.2.2. CUSTOS

Estrutura custos	2014		2015		$\Delta_{2014/2015}$	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Custos Operacionais	6.428.875,36	95,74	6.842.391,03	96,05	413.515,67	6,43
Custos e Perdas Financeiros	13.688,93	0,20	11.417,19	0,16	-2.271,74	-16,60
Custos e Perdas Extraordinários	272.209,68	4,05	269.744,12	3,79	-2.465,56	-0,91
TOTAL	**6.714.773,97**	**100,00**	**7.123.552,34**	**100,00**	**408.778,37**	**6,09**

Os custos totalizaram, em 2015, um valor de ***€ 7.123.552,34*** representando um acréscimo de 6,09% relativamente ao ano transato, resultante do acréscimo registado na natureza dos custos com maior peso no total dos custos, os custos operacionais, que sofreram um acréscimo de 6,43%. Os custos operacionais, que representam 96,05% do total dos custos, atingiram assim em 2015, cerca de 6.842 mil euros, tendo as restantes naturezas da estrutura de custos sofrido decréscimos de valor. Os custos e perdas financeiros, com um peso de 3,79% na estrutura de custos, sofreram um decréscimo irrelevante, registando esta natureza de custos o valor de 270 mil euros. Os custos e perdas extraordinárias, sofreram um decréscimo de 16,6%, correspondendo a uma redução de valor em cerca de 2 mil euros, atingindo assim, em 2015, o valor de 11 mil euros

Custo Operacionais	2014		2015		$\Delta_{2014/2015}$	
	Valor	Valor	Valor	%	Valor	%
CMVMC	282.114,65	4,39	263.277,44	3,85	-18.837,21	-6,68
Fornecimentos e Serviços Externos	1.513.518,43	23,54	1.418.918,87	20,74	-94.599,56	-6,25
Custos com o Pessoal	2.400.038,06	37,33	2.470.281,98	36,10	70.243,92	2,93
Transferências e Subsídios Correntes Concedidos	605.115,10	9,41	653.352,27	9,55	48.237,17	7,97
Amortizações do exercício	1.540.698,05	23,97	1.763.565,03	25,77	222.866,98	14,47
Provisões do Exercício	38.500,00	0,60	225.735,98	3,30	187.235,98	486,33
Outros Custos Operacionais	48.891,07	0,76	47.259,46	0,69	-1.631,61	-3,34
TOTAL	**6.428.875,36**	**100,00**	**6.842.391,03**	**100,00**	**413.515,67**	**6,43**



Os custos operacionais do exercício de 2015 totalizaram **€ 6.842.391,03**, tendo sofrido um acréscimo, em cerca de 414 mil euros (6,43%), face ao ano anterior, devido essencialmente ao acréscimo das contas com maior peso nesta natureza dos custos e ao aumento das provisões do exercício. A conta com maior peso na estrutura dos custos operacionais (36,10%), os "Custos com o Pessoal", atingiu o valor de 2.470 mil euros, tendo registado um ligeiro acréscimo em cerca de 70 mil euros (2,93%). As "Amortizações do Exercício" sofreram um acréscimo em cerca de 223 mil euros (14,47%), passando a representar 25,77% dos custos operacionais e a registar o valor de 1.764 mil euros. A conta que sofreu o maior acréscimo percentual nesta natureza de custos, foi as "Provisões do Exercício (486,33%), passando a representar 3,30% desta natureza de custos, que correspondeu a um acréscimo em cerca de 187 mil euros, passando a registar o valor de 226 mil euros. Contrariamente outra conta com algum peso nos proveitos operacionais, os "Fornecimentos e Serviços Externos" (20,74%), registou um decréscimo em cerca de 95 mil euros face ao ano transato, atingindo assim o valor de 1.419 mil euros. As "Transferências e Subsídios Correntes Concedidos", com um peso de 9,55% nesta natureza de custos, registaram um acréscimo em cerca de 48 mil euros (7,97%), atingindo em 2015, o valor de 653 mil euros. As restantes contas desta natureza de custos registaram decréscimos de valor, mas face ao seu peso nos custos operacionais, apenas corresponderam a uma redução de valor em cerca de 21 mil euros.

5.2.3. RESULTADOS

No exercício de 2015 apurou-se um resultado líquido do exercício de **€ 366.439,06**. Para este valor do resultado líquido contribuiu os vários tipos de resultados da seguinte forma:

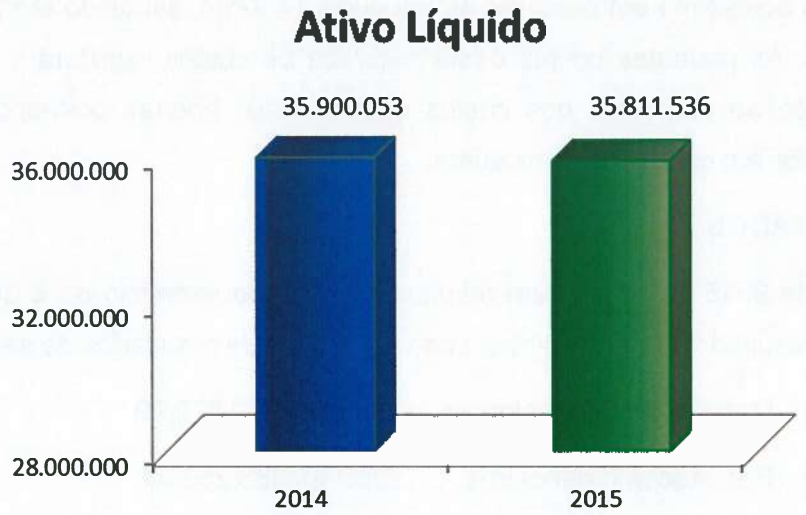
- Resultados Operacionais..... € - 347.570,99
- Resultados Financeiros..... € 283.253,04
- Resultados Extraordinários.....€ 430.757,01

5.3. ANÁLISE FINANCEIRA

5.3.1. ATIVO

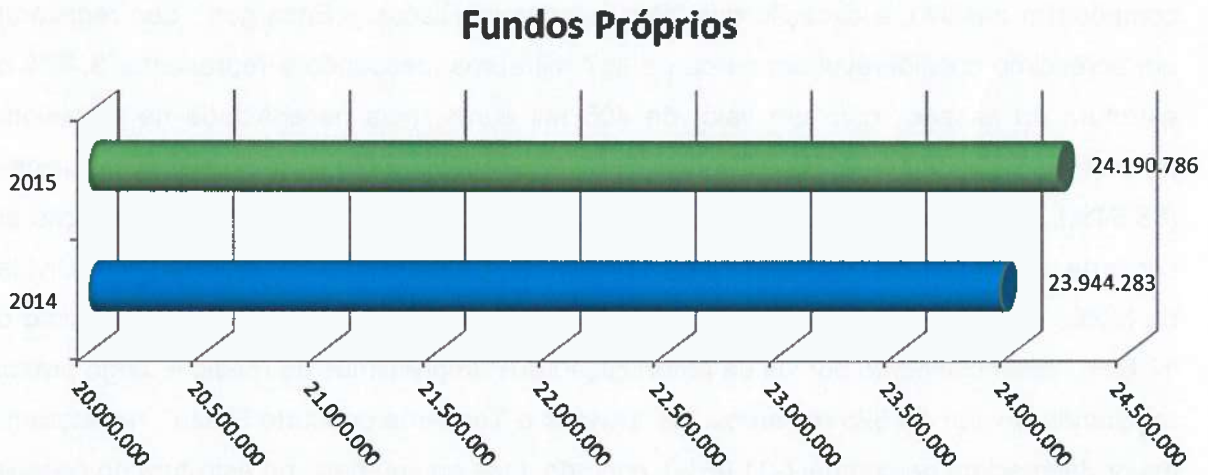
O Ativo Líquido do Município atingiu, em 2015, o valor de **€ 35.811.536,29,** correspondendo a um ligeiro decréscimo (-0,25%), face ao ano anterior, em cerca de 89 mil euros. Para esta situação contribuiu a redução das classes com maior peso na estrutura do ativo, o "Imobilizado" e as "Disponibilidades", que registaram decréscimos de 0,22% e 15,02%, representando uma redução de valor em cerca de 71 mil e 289 mil euros, respetivamente. Deste modo, o "Imobilizado" atingiu o valor de 32.400 mil euros e as "Disponibilidades" o valor de 1.634 mil euros. O maior acréscimo percentual (22,30%) ocorreu nos "Acréscimos e Diferimentos", mas face ao seu peso na estrutura do ativo (2,21%), apenas representou um aumento em cerca de 144 mil euros, atingindo o valor de 791 mil euros. As restantes classes do ativo, as "Dividas de Terceiros" e as "Existências", registaram variações positivas face ao ano anterior que resultou num acréscimo de valor em cerca de 127 mil euros, atingindo assim o valor de 792 mil e 194 mil euros, respetivamente.

Ativo	2014		2015		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Imobilizado	32.470.744,16	90,45	32.399.946,11	90,47	-70.798,05	-0,22
Existências	170.377,62	0,48	194.219,23	0,54	23.841,61	13,99
Dividas de terceiros	688.829,22	1,94	791.969,56	2,21	103.140,34	14,97
Disponibilidades	1.923.250,38	5,41	1.634.326,32	4,56	-288.924,06	-15,02
Acréscimos e Diferimentos	646.851,28	1,82	791.075,07	2,21	144.223,79	22,30
TOTAL	**35.900.052,66**	**100,00**	**35.811.536,29**	**100,00**	**-88.516,37**	-0,25

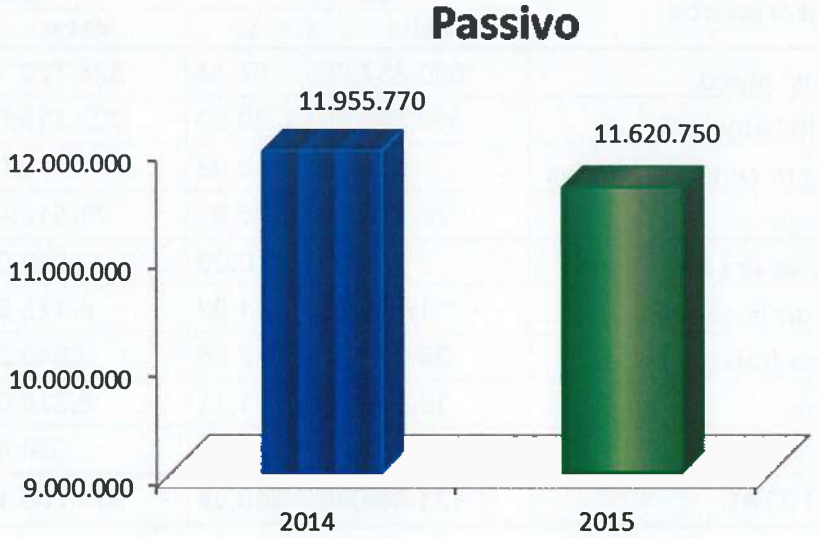


5.3.2. FUNDOS PRÓPRIOS

Os Fundos Próprios registaram, em 2015, o valor de ***€24.190.786,06***, tendo contribuído para este valor o acréscimo generalizado de todas as classes de contas que constituem os fundos próprios, à exceção do "Resultado Líquido", que sofreu um decréscimo em cerca de 205 mil euros face ao ano anterior (-35,91%), atingindo, em 2015, o valor de 366 mil euros. O "Património", classe que representa 87,22% dos fundos próprios, sofreu um ligeiro acréscimo em cerca de 164 mil euros, passando a registar, em 2015, o valor de 21.099 mil euros. As "Reservas" sofreram o maior aumento percentual (12,22%), que se traduziu num aumento de valor em cerca de 286 mil euros. As "Doações" sofreram um ligeiro acréscimo (1,58%), mas face ao seu peso na estrutura dos fundos próprios, não tiveram influência na variação dos fundos.



5.3.3. PASSIVO



Passivo	2014		2015		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Provisões para Riscos e Encargos	38.500,00	0,32	405.974,33	3,49	367.474,33	954,48
Dividas a Terceiros M/L Prazo	1.001.006,55	8,37	824.838,90	7,10	-176.167,65	-17,60
Dividas a Terceiros Curto Prazo	132.060,27	1,10	89.867,28	0,77	-42.192,99	-31,95
Acréscimos e Diferimentos	10.784.202,84	90,20	10.300.069,72	88,64	-484.133,12	-4,49
TOTAL	**11.955.769,66**	**100,00**	**11.620.750,23**	**100,00**	**-335.019,43**	-2,80

No exercício de 2015, o Passivo do Município de Vila Velha de Ródão sofreu um decréscimo em cerca de 335 mil euros (-2,80%), tendo atingido o valor de **€ 11.620.750,23**, Para esta situação contribui o decréscimo generalizado de todas as classes de contas que compõem o passivo, à exceção das "Provisões para Riscos e Encargos", que registaram um acréscimo considerável em cerca de 367 mil euros, passando a representar 3,49% da estrutura do passivo, com um valor de 406 mil euros, pela necessidade de provisionar novos factos. Os "Acréscimos e Diferimentos", classe com maior peso no passivo municipal (88,64%), na medida em que a integram os proveitos diferidos, sofreram uma redução em cerca de 485 mil euros, registando assim o valor de 10.300 mil euros. A classe das "Dividas de Médio e Longo Prazos," com um peso de 7,10% no passivo, sofreu um decréscimo de 17,60%, essencialmente por via da amortização dos empréstimos de médio e longo prazos, registando o valor de 825 mil euros. As "Dividas a Terceiros de Curto Prazo", registaram o maior decréscimo percentual (-31,95%), contudo, face ao seu peso na estrutura do passivo, não teve grande reflexo no valor total deste, passando a apresentar o valor de 90 mil euros.

Dividas a terceiros	2014		2015	
	Valor	%	Valor	%
Empréstimos m/l prazo	650.867,75	57,44	524.720,10	57,36
Fundo de Apoio Municipal	350.138,80	30,90	300.118,80	32,81
Adiantamento por conta de vendas	315,00	0,03	0,00	0,00
Fornecedores c/c	78.290,09	6,91	71.612,47	7,83
Fornec.c/ Faturas em conferência	0,00	0,00	0,00	0,00
Fornecedores de Imobilizado c/c	11.566,73	1,02	6.128,99	0,67
Estado e Outros Entes Públicos	28.955,21	2,56	3.543,28	0,39
Outros Credores	12.578,79	1,11	8.228,09	0,90
Cauções de Clientes	354,45	0,03	354,45	0,04
TOTAL	**1.133.066,82**	**100,00**	**914.706,18**	**100,00**

As "Dívidas a Terceiros", atingiram o valor global de € 914.706,18, representando um decréscimo, face ao ano anterior, em cerca de 218 mil euros (-19,27%), reflexo da descida generalizada de todas as contas que compõem esta classe do passivo, essencialmente por via da amortização dos empréstimos de médio e longo prazos e da amortização anual, no montante total de 50 mil euros, da dívida ao Fundo de Apoio Municipal (FAM). A conta "Empréstimos de Médio e Longo Prazos", tipo de dívidas que representa cerca de 57,36% do total das dívidas do município, sofreu assim uma redução em cerca de 126 mil euros, passando a registar o valor de 525 mil euros enquanto o FAM, com um peso de 32,61%, passou a registar o valor de 300 mil euros. O "Estado e Outros Entes Públicos", sofreu um decréscimo considerável de 87,76%, mas face ao seu peso neste tipo de dívidas (0,39%), representando um decréscimo de valor em cerca de 25 mil euros. Nas contas de "Fornecedores Conta Corrente" e "Fornecedores de Imobilizado" registaram-se decréscimos em cerca de 7 mil e 5 mil euros, passando a registar valores de 72 mil euros e 6 mil euros, respetivamente. A conta "Outros Credores" sofreu também um decréscimo percentual de 34,59%, mas face ao seu peso na estruturada divida a terceiros (0,90%), representou apenas uma redução em cerca de 4 mil euros.

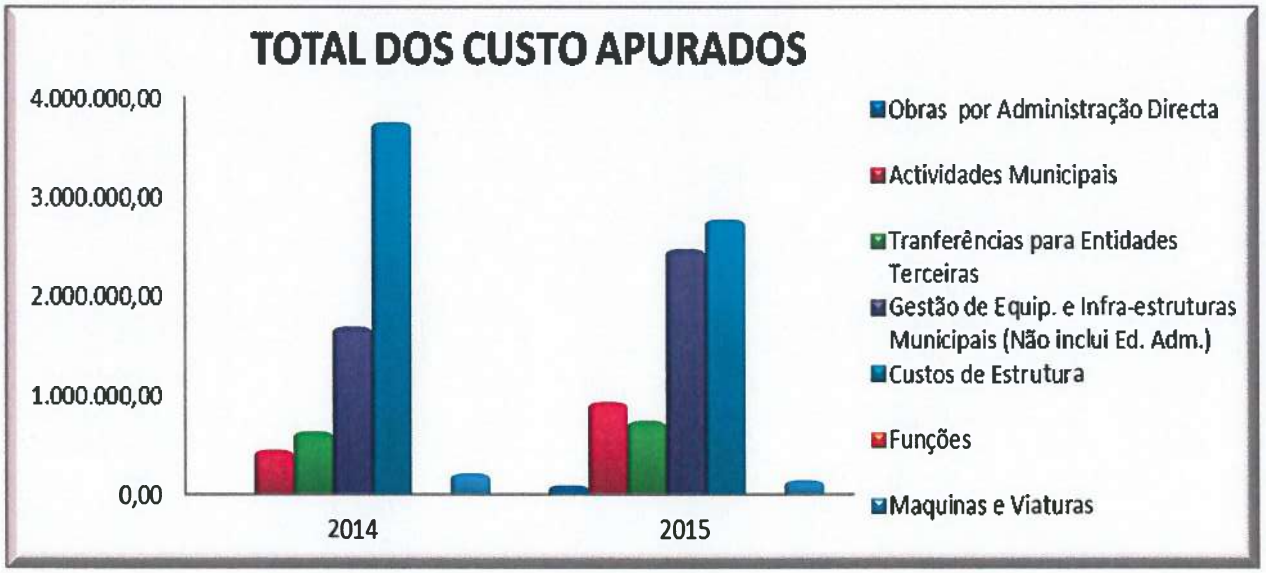
6. APURAMENTO DOS CUSTOS POR FUNÇÕES

O sistema de Contabilidade de Custos encontra-se implementado no Município desde 2010. Este processo, bastante complexo e rigoroso, para o qual é indispensável o empenho e a colaboração de todos os colaboradores do Município, necessita de um trabalho de melhoria contínua, de modo a atingir os seus objetivos. No ano de 2015 foi possível apurar os resultados que a seguir se apresentam.

TOTAL DOS CUSTO APURADOS

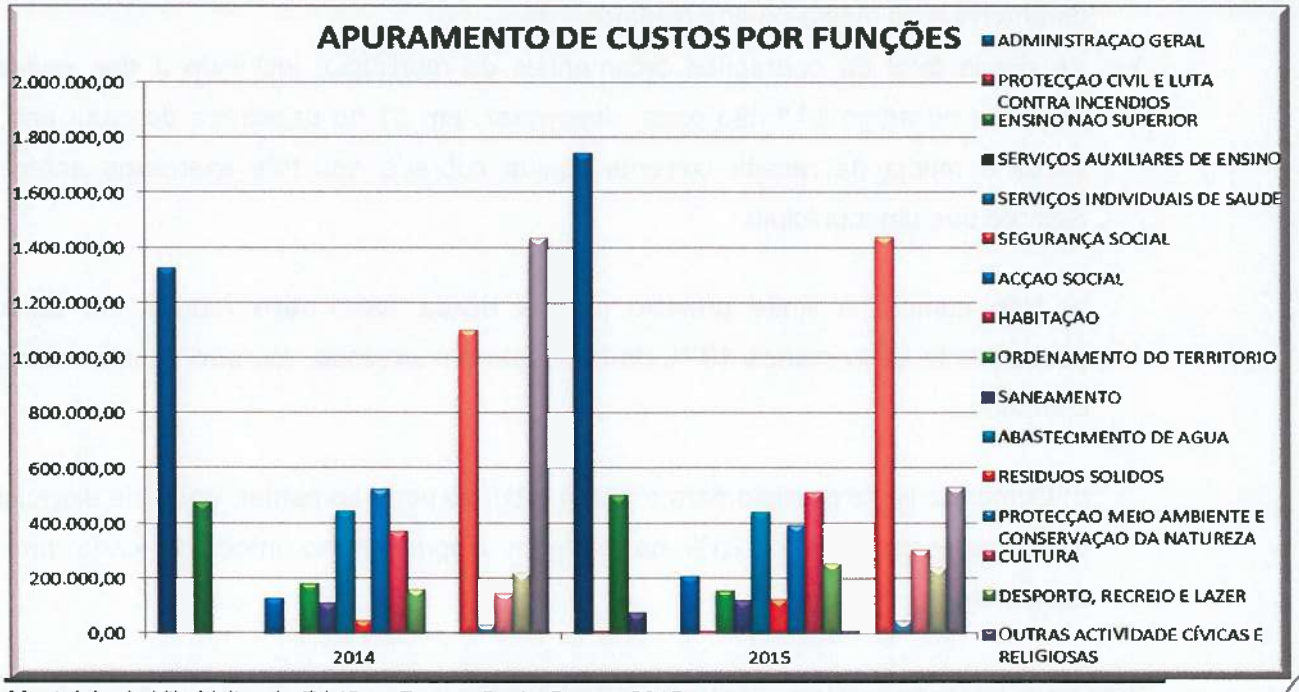
Contabilidade de Custos	2014	2015
Custos Diretos a Bens	184,30	88.662,48
Custos Diretos a Atividades	6.714.589,67	7.034.889,86
Custos Diretos a Funções	0,00	0,00
Custos por Funções	**6.714.773,97**	**7.123.552,34**

Grupos	Designação dos Grupos	2014	2015
91	Obras por Administração Direta	184,30	88.662,48
92	Atividades Municipais	443.601,32	923.880,32
93	Transferências para Entidades Terceiras	631.683,18	740.170,03
94	Gestão de Equip. e Infraestruturas Municipais (Não inclui Ed. Admin.)	1.683.592,58	2.467.023,86
95	Custos de Estrutura	3.745.865,13	2.765.103,53
99	Máquinas e Viaturas	209.847,46	138.712,12
TOTAL		**6.714.773,97**	**7.123.552,34**



APURAMENTO DE CUSTOS POR FUNÇÕES

Função	Designação da Função	2014	2015
111	ADMINISTRAÇAO GERAL	1.324.925,42	1.745.230,02
121	PROTECÇAO CIVIL E LUTA CONTRA INCENDIOS	1.337,26	7.445,24
211	ENSINO NAO SUPERIOR	476.604,36	501.727,32
212	SERVIÇOS AUXILIARES DE ENSINO	2.328,75	75.326,66
213	ENSINO SUPERIOR	1.000,00	1.997,15
221	SERVIÇOS INDIVIDUAIS DE SAUDE	0,00	0,00
231	SEGURANÇA SOCIAL	0,00	0,00
232	ACÇAO SOCIAL	127.916,62	208.419,25
241	HABITAÇAO	0,00	6.488,21
242	ORDENAMENTO DO TERRITORIO	181.656,98	156.559,64
243	SANEAMENTO	110.776,62	120.463,53
244	ABASTECIMENTO DE AGUA	446.396,30	441.294,61
245	RESIDUOS SOLIDOS	46.107,28	123.073,36
246	PROTECÇAO MEIO AMBIENTE E CONSERVAÇAO DA NATUREZA	524.132,36	393.123,21
251	CULTURA	369.910,87	511.246,62
252	DESPORTO, RECREIO E LAZER	160.211,32	254.872,41
253	OUTRAS ATIVIDADES CÍVICAS E RELIGIOSAS	3.863,10	14.665,69
310	AGRICULTURA, PECUARIA, SILVICULTURA, CAÇA E PESCA	316,39	1.583,33
331	TRANSPORTES RODOVIARIOS	1.102.328,37	1.439.483,16
341	MERCADOS E FEIRAS	32.594,49	45.817,70
342	TURISMO	145.442,97	302.915,18
343	COMERCIO	1.500,00	0,00
420	TRANSFERENCIAS ENTRE ADMINISTRAÇOES	221.191,50	238.196,53
430	DIVERSAS NAO ESPECIFICADAS	1.434.233,01	533.623,52
	TOTAL	**6.714.773,97**	**7.123.552,34**



7. EVOLUÇÃO DO ENDIVIDAMENTO

Conforme se observa no quadro abaixo, o valor do Endividamento Líquido resultante da contratação de empréstimos sofreu, em 2015, uma redução de **€ 126.147,65** resultante da amortização de capital dos empréstimos.

EVOLUÇÃO DA DÍVIDA	2014	2015
1. Capital em Dívida a 1 de janeiro	827.601,00	650867,75
2. Receitas provenientes de Empréstimos	0,00	0,00
3. Amortização da Capital	176.733,25	126.147,65
4. Capital em Dívida a 31 dezembro (1+2-3)	650.867,75	524.720,10
5. Endividamento Líquido (4-1)	**-176.733,25**	**-126.147,65**

Com a publicação da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, foram definidas novas regras para o endividamento municipal. O município estava sujeito, durante o ano de 2015, aos seguintes limites:

- "Os municípios podem contrair empréstimos, incluindo aberturas de crédito junto de quaisquer instituições autorizadas por lei a conceder crédito. Os empréstimos a médio e longo prazos podem ser contraídos para aplicação em investimentos ou ainda para proceder de acordo com os mecanismos de recuperação financeira municipal. As amortizações anuais previstas para cada empréstimo não podem ser inferiores a 80 % da amortização média de empréstimos "; e
- "A dívida total de operações orçamentais do município, incluindo a das entidades previstas no artigo 54.º não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores. Sempre que um município:

  a) Não cumpra o limite previsto para a dívida total, deve reduzir, no exercício subsequente, pelo menos 10 % do montante em excesso, até que aquele limite seja cumprido;

  b) Cumpra o limite previsto para a dívida total, só pode aumentar, em cada exercício, o valor correspondente a 20% da margem disponível no início de cada um dos exercícios."

De acordo com os dados reportados à DGAL, o limite da dívida total para 2015 do município de Vila Velha de Ródão foi de ***€ 8.220.363.***

Assim, o município de Vila Velha de Ródão apresenta a seguinte situação face ao endividamento:

Limite Dívida Total* (Art.º 52.º da Lei 73/2013)	Divida do Município em 31/12/2015	Divida das entidades relevantes para Divida Total do Município**	Divida Total do Município em 31/12/2015	Margem disponível	Limite da margem (20% /ano)
8.220.363	605.410,15	66.193,00	671.603,15	7.548.759,85	1.509.751,97

*Valores indicados pela DGAL **Valor Registados no SIIAL (4.º Trimestre 2015)

De acordo com o artigo 54.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, para efeitos de apuramento do montante da dívida total relevante para o limite de cada município, são ainda incluídos, para além da dívida total de operações orçamentais do município, a divida total das seguintes entidades: os serviços municipalizados e intermunicipalizados; as entidades intermunicipais e as entidades associativas municipais, de acordo com o critério a estabelecer pelos seus órgãos deliberativos, com o acordo expresso das assembleias municipais respetivas, ou, na sua ausência, de forma proporcional à quota de cada município para as suas despesas de funcionamento; as empresas locais e participadas proporcional à participação, direta ou indireta, do município no seu capital social, em caso de incumprimento das regras de equilíbrio de contas; as cooperativas e as fundações, proporcional à participação, direta ou indireta, do município e as entidades de outra natureza relativamente às quais se verifique o controlo ou presunção de controlo por parte do município, pelo montante total.

O valor da divida total do município apurado teve em consideração, relativamente às entidades que integram o conceito de dívida total do município relevantes para Divida Total deste, os dados registados no SIIAL, relativos ao quarto trimestre de 2015, em virtude de ainda não terem sido fornecidos os dados referentes à prestação de contas dessas entidades, pelo que o valor apurado não reflete os dados definitivos de apuramento do final de exercício de 2015.

8. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO

O resultado líquido apurado em 2015 foi de **€ 366.439,06**. Nos termos do disposto no ponto 2.7.3 do POCAL, propõe-se que o Resultado Líquido do Exercício, seja distribuído da seguinte forma:

- Resultados transitados.....€ 366.439,06;
- Reservas legais .....€ 183.219,53;
- Património.....€ 183.219,53.